UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

HISTÓRIAS (IM)POSSÍVEIS DO CADEIÃO DE LONDRINA-PR (1994-2014): SENTIDOS NA/DA CIDADE

KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

HISTÓRIAS (IM)POSSÍVEIS DO CADEIÃO DE LONDRINA-PR (1994-2014): SENTIDOS NA/DA CIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

Orientador: Prof. Dr. Émerson César de Campos.

Gonçalves, Kawanni dos Santos

Histórias (im)possíveis do Cadeião de Londrina-PR

(1994-2014): sentidos na/da cidade / Kawanni dos Santos Gonçalves. -- 2020.

114 p.

Orientador: Émerson César de Campos

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação -- Selecione --, Florianópolis, 2020.

1. Política urbana. 2. Revitalização. 3. Cadeião de Londrina. 4. História do Tempo Presente. I. Campos, Émerson César de. II.

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação -- Selecione

--. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da Biblioteca Setorial do FAED/UDESC, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

HISTÓRIAS (IM)POSSÍVEIS DO CADEIÃO DE LONDRINA-PR (1994-2014): SENTIDOS NA/DA CIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Émerson César de Campos

Orientador: Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Alexandre Assis Tomporoski Universidade do Contestado

Florianópolis, 17 de dezembro de 2020.

À minha irmã, Ketlyn, por sua sensibilidade e afeto. Aos demais familiares e amigos/as, com amor.

Em memória, ao prof. Dr. Luiz Felipe Falcão, luz aos descaminhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares e amigas/os, com as/os quais fui presenteada, por todo o apoio em minha trajetória pessoal; em particular, na acadêmica.

Ao meu orientador, prof. Dr. Émerson César de Campos, por seus conselhos e sua sensibilidade nesses dias sui generis.

Aos professores do PPGH, que contribuíram com meu desenvolvimento intelectual e pessoal. Em especial, meu agradecimento ao prof. Dr. Reinaldo Lohn, pelas discussões no Laboratório de Estudos Contemporâneos e pelas contribuições na qualificação.

Aos entrevistados, Zani, Vianna e Sugeta, Barbosa Neto, Batigliana e Parisotto, por sua disponibilidade e colaboração com meus estudos, agradeço pelos saberes proporcionados.

À CAPES, em especial, pelo financiamento dessa pesquisa no PPGH UDESC.

Pois bem, a narratividade urbana, enquanto fala que desorganiza, é um modo discursivo de se trabalhar a espessura semântica da cidade, atravessar o urbano e flagrar o real da cidade se significando em faíscas de luminosidades que não duram senão o tempo de um flash, de uma mirada, de um lembrete (efêmero). (ORLANDI, 2001b, p.14)

RESUMO

Esta narrativa visa contribuir com os estudos da temática urbana a partir das questões da História do Tempo Presente. Apresenta como objeto de pesquisa a antiga Cadeia Pública de Londrina, mais conhecido por "Cadeião" (1939-1994). O recorte temporal delimitado na pesquisa (1994-2014) está circunscrito à desativação da instituição, bem como aos 20 anos subsequentes em que esteve inoperante até sua revitalização, em 2014, como centro cultural – denominado Sesc Cadeião Cultural. Localizada no centro histórico da cidade, a cadeia testemunhou o desenvolvimento de Londrina ao longo do século XX, uma vez que este município foi emancipado em 10 de dezembro de 1934. Diante da presença significativa do Cadeião no ambiente citadino investiguei, prioritariamente, as condições socioculturais e políticas que possibilitaram a emergência de um Sesc Cadeião Cultural no centro histórico de Londrina. Decorrente desse problema de pesquisa, outras questões se apresentaram, a exemplo das conjunturas que conduziram à desativação da cadeia pública de Londrina, os eventuais usos daquela edificação e quais as propostas elaboradas – concretizadas ou não – nos anos subsequentes à desativação da cadeia. Por último, discuto ainda o projeto de revitalização da antiga cadeia em centro cultural. No rastro das questões explicitadas para o referido espaço urbano – a partir de fontes diversificadas como imprensa, legislação, atas de audiências públicas e depoimentos orais -, esta narrativa discorre acerca da ação, do discurso, e de suas significações, dos diversos sujeitos envolvidos nesses processos, inclusive da opinião pública apresentada pela imprensa. Para tanto, destaco as categorias analíticas ação política, violência e revitalização urbana. Os resultados evidenciam a multiplicidade e articulação entre dinâmicas políticas, sociais e culturais que atravessam a cidade capitalista nessa temporalidade presente.

Palavras-chave: Política urbana; Revitalização; Cadeião de Londrina; História do Tempo Presente.

ABSTRACT

This narrative aims to contribute to the study of urban themes from the issues of the History of the Present Time. The former Londrina Public Prison, better known as "Cadeião" (1939-1994), is the object of research. The time frame delimited in the research (1994-2014) is limited to the deactivation of the institution, as well as to the subsequent 20 years in which it was inoperative until its revitalization, in 2014, as a cultural center - called Sesc Cadeião Cultural. Located in the historic center of the city, the jail witnessed the development of Londrina throughout the 20th century, since this municipality was emancipated on December 10, 1934. Due to the significant presence of the jail in the city environment, I investigated, primarily, the sociocultural conditions and policies that made possible the emergence of a Sesc Cadeião Cultural in the historic center of Londrina. As a result of this research problem, other questions arose, such as the circumstances that led to the deactivation of the public chain in Londrina, the possible uses of that building and which proposals were elaborated - whether or not they were realized - in the years after the chain was deactivated. Finally, I also discuss the project to revitalize the old chain in a cultural center. In the trail of the issues made explicit for that urban space - from diverse sources such as the press, legislation, minutes of public hearings and oral testimonies - this narrative discusses the action, the discourse, and its meanings, of the various subjects involved in these processes, including public opinion presented by the press. For that, I highlight the analytical categories political action, violence and urban revitalization. The results show the multiplicity and articulation between political, social and cultural dynamics that cross the capitalist city in this present temporality.

Key words: Urban policy; Revitalization; Londrina Cadeião; History of the Present Time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cadeia pública de Londrina	12
Figura 2 – Região do centro histórico de Londrina	14
Figura 3 – Região central de Londrina, 1971. Vista aérea do Cadeião	72
Figura 4 – Sesc Cadeião Cultural	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIL Associação Comercial de Londrina

CMTU Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização

CTNP Companhia de Terras Norte do Paraná

Fecomércio PR Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

HTP História do Tempo Presente

IHTP Instituto de História do Tempo Presente

IPAC Inventário do Patrimônio Cultural de Londrina

IPPUL Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

NDPH Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica

PML Prefeitura Municipal de Londrina

Sesc Serviço Social do Comércio

Sindipol Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	. 12
2	DISTOPIAS URBANAS: CADEIA PÚBLICA DESATIVADA	30
2.1	URBANIZAÇÃO BRASILEIRA, DESATIVAÇÃO DO CADEIÃO LONDRINA	
2.2	"VAZIOS URBANOS": PROPOSTAS, DISCURSOS E USOS RELATIVOS CADEIÃO DE LONDRINA	
3.	O TEMPO DAS REVITALIZAÇÕES. EMERGÊNCIA DO SESC CADE CULTURAL (2010-2014)	
3.1	REVITALIZAÇÃO URBANA: O CENTRO HISTÓRICO LONDRINA	
3.2.	"AVISO DE LICITAÇÃO": SESC, CENTRO CULTURAL	85
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECE (MODELO), ANTÔNIO CARLOS ZANI	108 OSA
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO, SOLANGE CRIST BATIGLIANA	
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO, CILAS VIANNA PATRICIA ERIKA SUGETA	
	ANEXO A – "PESQUISA TARDIA REVELA: CADEIA DEVE CAIR"	113
	ANEXO B – "MANTIDA A IDEIA DE SHOPPING NO CADEIÃO"	114

1. INTRODUÇÃO

Em 2014, através de intensas divulgações nos meios de comunicação de massa, tal como se segue, conheci o espaço denominado Cadeião, na cidade de Londrina, norte do Paraná – na ocasião dos eventos do aniversário da cidade:

Cenário de rebeliões, fugas em massa e denúncias de tortura, o prédio da antiga cadeia da Rua Sergipe, número 52, agora servirá de palco para as mais variadas expressões artísticas. Batizado como Sesc Cadeião Cultural, o imóvel passou por um processo de restauração executado pelo Sistema Fecomércio Sesc Senac PR, e no lugar de presos vai abrigar cursos, oficinas e apresentações culturais. A inauguração acontece hoje, às 19 horas, em evento exclusivo para convidados e que integra as comemorações do aniversário dos 80 anos de Londrina¹.

Deteriorada, superlotada e repleta de histórias de abusos aos direitos humanos, a referida cadeia pública de Londrina – ativa desde dezembro de 1939, terceira cadeia pública da cidade, mas a primeira construída em alvenaria e com expressiva capacidade à época, para 60 detentos – foi desativada em janeiro de 1994. Localizada no centro histórico da cidade, seu edifício quase fora demolido naquele mesmo ano, em episódio de significativa repercussão na imprensa local. O imóvel foi preservado pela Prefeitura de Londrina (PML), todavia, permaneceu desativado por quase duas décadas – ou seja, sem utilização plena pelas autoridades responsáveis.



Figura 1. Cadeia pública de Londrina

Fonte: Milton Dória. Folha de Londrina, 26.01.1994.

1

¹ ROMAN, Marcos. Londrina ganha Cadeião Cultural. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 2014. Folha 2, s/p. Disponível em: < https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/londrina-ganha-cadeiao-cultural-902205.html>. Acesso em: 14.ago.2019.

Em 2010, a Prefeitura e o governo do Estado cederam o referido espaço urbano ao Serviço Social do Comércio (Sesc) por 20 anos, em regime de comodato, a fim de que essa instituição restaurasse o edifício, requalificando-o em centro cultural – sendo inaugurado, efetivamente, em 2014. Essa responsabilidade foi assumida em contrapartida à doação, do executivo municipal ao Sesc, de terreno localizado na zona norte da cidade, para que essa instituição construísse suas novas instalações. Enquanto um dos protagonistas dessa narrativa, faz-se necessário destacar que o Serviço Social do Comércio é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, administrada, no Paraná, pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR) – entidade sindical representante de (e mantida por) empresários paranaenses ligados ao comércio, bens e serviços. Essa instituição promove atividades que visam o bem-estar social – prioritariamente, dos mantenedores da mesma, ou seja, de empresários e seus respectivos funcionários (e dependentes) – a partir de cinco programas: educação, cultura, assistência, saúde e lazer.

Apesar de londrinense – e embora localizado no centro histórico da cidade –, do "triângulo" constituído entre as ruas Sergipe, Brasil e Jacobe Bartolomeu Minatti (figura 2), estava familiarizada apenas com a delegacia da 10ª Subdivisão Policial presente no quarteirão, ou seja, ignorava o edifício desativado do Cadeião – ainda que, virtualmente, o tenha visto; talvez em decorrência de maior circulação na rua Jacobe Bartolomeu Minatti, extensão da avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (popularmente, avenida "Leste-Oeste"). Logo, a notícia da transformação de uma antiga cadeia – abandonada no centro da cidade – em centro cultural, evidentemente, despertou minha atenção². Assim, defini esse espaço para objeto de estudos tanto durante a graduação em História (pesquisa mencionada posteriormente), quanto em minha especialização e no desenvolvimento da presente pós-graduação.

A princípio, meu projeto de pesquisa do Mestrado, na linha "Linguagens e Identificações", previa o estudo do período em que a cadeia esteve ativa (1939-1994), a partir das vivências dos detentos que estiveram encarcerados ali. Entretanto, em reuniões com meu orientador, o professor Émerson César de Campos, optamos por maior aproximação do recorte temporal aos anos atuais — a fim de trabalhar o período pós-desativação do Cadeião até sua reinauguração em centro cultural —, e do recorte temático mais à dinâmica das cidades do que das instituições prisionais, exclusivamente. Definidas essas alterações, no início, priorizamos estudar o processo de transformação do Cadeião a partir das sociabilidades circunscritas ao

_

²Meu interesse por instituições prisionais já havia sido despertada desde minha leitura, durante o ensino básico, do livro "Estação Carandiru", de Drauzio Varella (1999).

edifício. Posteriormente, previstas as dificuldades dessa temática durante a investigação das fontes, voltei ao estudo das articulações políticas (e suas identificações com a "cidade capitalista") referentes ao processo – também mais pertinente à ênfase na transformação do objeto; do contrário, esse movimento seria tangente à temática das sociabilidades.



Figura 2. Região do centro histórico de Londrina. Fonte: "Webhotel Guide" ³ Paraná. Londrina.

Essa historiografia, portanto, insere-se em narrativas do tempo presente a partir do objeto de pesquisa denominado Cadeião, antiga cadeia pública de Londrina (Paraná) e, atualmente, centro cultural do município. Em decorrência do extenso e significativo percurso do Cadeião na história de Londrina, a vigente pesquisa selecionou o recorte temporal entre 1994 e 2014. Desse modo, diante desse denso processo urbano envolvendo, conforme a cronologia limitada, a desativação da cadeia pública, seu longo período sem destinação específica e sua posterior revitalização em espaço cultural, a presente dissertação discorre acerca desses movimentos bem como problematiza alguns de seus aspectos, objetivos dessa pesquisa.

³ Disponível em: https://www.webhotel.com.br/parana/mapas/mp_londrina.htm. Acesso em: 19.nov.2020.

Nesse sentido, quais condições possibilitaram a emergência de um Sesc Cadeião Cultural no centro histórico de Londrina? Eis meu problema de pesquisa, no qual se encontra o objetivo geral. Decorrentes desse problema, outras reflexões se apresentaram e se configuraram enquanto objetivos específicos: quais situações de funcionamento conduziram à desativação da cadeia pública de Londrina e quais as motivações relativas a manutenção do prédio? Quais foram os eventuais usos desse edifício e quais as propostas elaboradas (se houve, de fato) e não concretizadas (e por quê?) nos, aproximadamente, 20 anos subsequentes à desativação da cadeia? Por que um projeto de revitalização da antiga cadeia em centro cultural se efetivou? Quais os sentidos e significados inerentes a todos esses processos - que atravessam o fenômeno urbano contemporâneo? Desse modo, através das problemáticas abordadas, essa narrativa perscruta e discute características de uma temporalidade recente – tanto relacionado à temática de pesquisa quanto à própria historiografia –, inserindo-se nas reflexões concernentes à denominada História do Tempo Presente (HTP).

O processo de refletir e escolher caminhos teóricos que me possibilitassem condensar uma narrativa composta por tantas dinâmicas quanto as que caracterizam o fenômeno urbano foi desafiador – outro desafio foi, por conseguinte, condensar e organizar na dissertação uma abundância de fontes diversificadas. Setores de ordem econômica, social, cultural e política – que, necessariamente, são intercambiáveis na mesma medida em que detém sua autonomia, e se influenciam desigualmente conforme as conjunturas (REMÓND, 2003b) – se interpõem a minha proposta historiográfica. Assim, diante das inúmeras variáveis que incidem sobre o espaço público do Cadeião, bem como das distintas possibilidades de abordá-las, meu propósito é perscrutar algumas dessas circunstâncias (e sentidos) que atravessam o problema dissertativo, consciente de que essa narrativa não esgota àquelas variáveis ou a discussão a respeito das mesmas.

A fim de que possa construir essa ampla narrativa acerca da antiga cadeia pública de Londrina, especificamente entre as décadas de 1990 e 2010, escolhas, recortes, limites diversos são inevitáveis. Desse modo, privilegiei a dimensão política como amálgama dissertativo, uma vez que a política é *locus* privilegiado da gestão dos demais setores da sociedade elencados acima. Além disso, essa dimensão distingue-se das demais consoante o problema de pesquisa determinado — tratando-se de um espaço urbano pertencente ao Estado. E, sobretudo, considerando-se minha linha de pesquisa, no âmbito das cidades, destaca-se o fato de que "porque ele recapitula os outros níveis da realidade, o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de

viver a política quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha" (REMÓND, 2003a, p.449-450). Teço, portanto, uma sintetizada narrativa das políticas urbanas na densidade do tempo presente.

O "tempo" é um termo bastante corriqueiro nos meios de comunicação de massas – hoje, fundamentalmente, o meio cibernético – nesse momento atual, crítico e singular de pandemia resultante de um determinado vírus. Reflete-se acerca de suas percepções e de seus significados para a sociedade vigente; reflexões que, embora evidenciadas em "tempos de pandemia", não se limitam aos últimos meses. Tal exercício de pensamento acerca do tempo caracteriza a HTP que, por sua vez, foi institucionalizada nas últimas décadas do século XX. Proveniente (e depositária) de demandas sociais, é "mister" algumas considerações, desse modo, tanto a respeito de historiografias que versam sobre o tempo presente, especificamente (inclusive a HTP), quanto a respeito do tempo em si – bem como os encadeamentos que suscitaram o desenvolvimento de um tempo propriamente histórico.

Em suas reflexões acerca do tempo, o sociólogo alemão Norbert Elias (1998) admite, entre as quatro dimensões físicas estruturadas pelo espaço e pelo tempo, uma quinta dimensão constituída pela experiência humana⁴, na qual o tempo é igualmente integrante na ordem do simbólico. Em seguida, o autor argumenta que há conciliação entre as dimensões temporais nos planos físico e simbólico – contrastando com abordagens epistemológicas tradicionais, nas quais há cisão acerca do entendimento do tempo como algo objetivo ou subjetivo –, à medida que a própria percepção do tempo "pressupõe seres dotados de um poder de síntese acionado e estruturado pela experiência" (ELIAS, 1998, p.31). Ou seja, enquanto unidade imperceptível pelos sentidos, a temporalização da vida apenas foi possível em decorrência da inteligibilidade do ser humano em transformar fenômenos físicos – em geral naturais, recorrentes e com repetição regular, tais como as fases da lua, o nascer e o pôr do sol, os batimentos cardíacos, entre outros, desse modo, captáveis aos sentidos – em demarcações temporais para fins de orientação e regulação em sua existência social.

Depreende-se disso, portanto, que o tempo é uma medida própria da experiência humana, decorrente da capacidade de síntese dessa espécie. Em outras palavras, a percepção temporal deriva da consciência humana, de sua capacidade de apreender e ordenar o fluxo do devir. Tais apreensão e ordenamento se desenvolveram e se distinguiram ao longo da história, conforme os diferentes agrupamentos humanos: "O tempo tornou-se, portanto, a representação

⁴ Experiência compreendida como "o encontro da mente com o mundo, no qual nem este nem aquela são jamais simples ou totalmente transparentes" (GAY, 1988, p.19).

simbólica, de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico" (ELIAS, 1998, p.17). Logo, é possível investigá-lo através dessas mesmas relações e, desse modo, historicizar a experiência humana do tempo.

Evidentemente, a história sempre se relacionou com o tempo. Entretanto, até a Idade Média, as referências cronológicas da história pautavam-se em dados genealógicos/biológicos, tais como as dinastias de príncipes ou papas, por exemplo. Essa configuração se altera à medida que a própria experiência humana do tempo se modifica. No Medievo, por exemplo, os horizontes de expectativa eram teológicos, com a perspectiva de Juízo Final. A partir de indícios de uma experiência da modernidade, na qual o futuro torna-se aberto, indefinido, desenvolve-se a ideia de um "tempo novo", de progresso, derivados da própria conceituação de Idade Média. Ou seja, há evidências de uma experiência temporal distinta da precedente a partir, aproximadamente, do século XIII, indicadas pela própria invenção da "Idade Média" e o estabelecimento, no século XIX, do "Renascimento" como um conceito demarcador de um período histórico.

Nessas conjunturas de uma nova experiência temporal – de "tempos modernos", portanto –, desenvolvem-se as noções de tempo histórico, que fundamenta suas balizas cronológicas a partir do conhecimento histórico em si. As categorias "novo tempo" e "progresso" expressam as reflexões acerca desse conceito:

"Essa experiência do tempo histórico como tempo novo possibilitou numerosas inferências. [...]. Novo tempo e progresso eram idênticos. Pois o progresso expressou em um único conceito a diferença entre passado e futuro. Com isso, o tempo adquiriu uma nova qualidade histórica que, no horizonte das coisas imutáveis e do retorno dos eventos exemplares, nunca possuíra. Podemos também dizer que o progresso foi a primeira determinação temporal genuinamente histórica que não extraiu seu sentido de outras áreas de experiência, como a teologia ou o pré-conhecimento mítico. O progresso só pode ser descoberto quando o próprio tempo histórico começou a ser objeto de reflexão" (KOSELLECK, 2014, p.300).

Em síntese, as transformações políticas e filosóficas (secularização do Estado e da hermenêutica, do pensamento teológico para o Iluminista) e econômico-tecnológicas (capitalismo industrial) modificaram as experiências do homem com o tempo – vivenciado e percebido enquanto aceleração. Tais transformações, concebidas como "modernidade", apontavam e engendraram a produção de uma historiografia que analisa o tempo histórico como processo. Eis uma distinção fundamental entre historiografias de épocas precedentes que continham narrativas do tempo presente! Essa inflexão na experiência temporal, na qual o futuro torna-se aberto e ilimitado em possibilidades, na qual revela uma "atualidade mutável", distingue o que Koselleck (2014) denominou a nossa história contemporânea – referente àquela

que narra o tempo presente na contemporaneidade – das precedentes exercidas, por exemplo, por Tucídides na Antiguidade.

As mudanças na experimentação temporal, portanto, na qual há sempre um "novo tempo" – uma divisão qualitativa e em contínua expansão entre passado e futuro –, necessariamente alteraram a epistemologia da História e, por conseguinte, a própria historiografia. Mais do que corrigir erros ou realizar simples reescritas conforme novas descobertas, passou-se a reescrever a história a partir de outras perspectivas desenvolvidas nos tempos presentes.

"[...] somos capazes de reconhecer as particularidades da história antiga e medieval em sua alteridade. Desde então, tornou-se possível não só dar continuação à história, mas também reescrevê-la desse novo ponto de vista. A observação de Goethe segundo a qual a história precisa sempre ser reformulada, não só por causa da descoberta das novas fontes, mas também em virtude da mudança dos tempos, vem sendo cumprida e confirmada até hoje". (KOSELLECK, 2014, p.243).

Ou seja, há uma "atualidade mutável" nessa nova historiografía, que a singulariza.

A partir da configuração do tempo histórico, outro elemento que se destaca é a presença ascendente da reflexão teórica acerca da prática historiográfica, que a qualifica como ciência histórica no século XIX. Ou seja, a história não é apenas narrativa das experiências, mas, igualmente, um exercício investigativo e crítico no bojo da compreensão das mesmas. Destaco, por exemplo, as dimensões da sincronia e da diacronia, diagnosticadas como tais nas histórias do tempo presente; expressão, aliás, conceituada nesse ambiente de transformações: "[...] a análise sincrônica e a dedução diacrônica pertencem igualmente ao conceito de história do tempo presente, que, a partir do século XVII, pôde ser verbalizado e reunia ambos os aspectos por volta de 1800" (KOSELLECK, 2014, p.237). Retomo o momento de inflexão da experiência temporal, para narrar, brevemente, a historiografia desde sua constituição como História.

A profissionalização da História, no século XIX, com a escola metódica, promoveu um "rompimento" entre passado e presente – atribuindo a necessidade de distanciamento temporal entre autor e objeto de estudo – na defesa da objetivação da escrita historiográfica, privilegiando documentos escritos como fontes. A partir dos anos 1930, a escola dos "Annales" reintroduziu "a história ao presente" (DOSSE, 2012, p.08), ao reconhecer o tempo do historiador como intrínseco às questões e à interpretação do profissional acerca do passado. Há um movimento de renovação dos objetos, dos temas, dos problemas. Todavia, aquela escola, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, orientou os pesquisadores para o estudo das estruturas – ou seja,

das permanências, dos processos de longa duração –, estabelecendo uma preeminência de fontes seriais e de sua quantificação. Tal fato, "ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos também desqualifica o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias" (FERREIRA, 2018, p.83). E nesse ambiente, o estudo de eventos recentes foi desqualificado a partir do entendimento da necessária "visão restrospectiva" à análise dos tempos históricos – em outras palavras, a "validação" da disciplina em sua pretensa objetividade decorria do distanciamento temporal, de processos históricos com desfechos concluídos. O tempo presente, desse modo, foi negligenciado até sua "banalização" crescente, argumenta Dosse (2012), a partir do final do século anterior.

Entretanto, apesar dessa "historiografia dos Annales", havia pesquisadores que defendiam e produziam uma história do tempo presente, entre os quais, o supracitado René Rémond. Este autor argumentava também a favor da reestruturação da historiografia política – defendendo uma história política do contemporâneo –, que ainda negligenciava, em meados do século XX, uma renovação epistemológica da ciência histórica que a incitava à elaboração crítica dos acontecimentos; ou seja, permanecera predominantemente uma narrativa descritiva. A partir da década de 1970, evidencia-se uma demanda social para a discussão e interpretação do tempo presente em decorrência do impacto de inúmeros e distintos eventos recentes, dentre os quais, aqueles referentes às crises econômicas, sociais e políticas:

A exigência da verdade própria da atividade histórica transformou-se em exigência social de reconhecimento, em políticas de reparação, em discursos de desculpa e "arrependimento" em relação às vítimas das últimas catástrofes recentes. Foi nesse contexto que se desenvolveu uma nova história do tempo presente, chamada, logo depois de instituída, a responder aos desafios da amnésia de um passado próximo enunciado em sua versão mortífera, às necessidades da reparação que exige muita perícia, às exigências de um discurso onipresente sobre a memória [...]. (ROUSSO, 2016, p.30).

Ebulições representadas, por exemplo, tanto pelas guerras mundiais, a crise econômica de 1929 e as revoluções socialistas e iraniana, quanto pela irrupção de ditaduras na América Latina e de diversificados movimentos sociais — como, de maneira geral, o movimento negro e o movimento feminista.

Enfim, nas últimas décadas desse "breve século XX", portanto, o tempo presente, "como fonte de significado, era o objeto de exploração histórica em resposta às solicitações e indignações do momento" (DOSSE, 2012, p.09). Nesse ambiente, os laboratórios de estudo de um tempo recente se proliferam pelos continentes; entre os quais, na Alemanha, o Instituto para a História Contemporânea – uma generalização do que, previamente, seria denominado

Instituto Alemão para a História da Era Nacional-Socialista; na França, a transformação do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial em Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado em 1978. Tal Instituto e seus pesquisadores tornaram-se referenciais para os projetos de estudo do tempo presente; cuja instituição denotava "uma verdadeira mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos paradigmas utilizados nas Ciências Sociais, bem como uma crescente incerteza sobre o presente e o futuro" (DOSSE, 2012, p.5-6). Tais elementos – memória, identidade, diacronia, sincronia, subjetividade e experiência temporal – são chaves no reestabelecimento de historiografias do tempo presente a partir do final do século. Experenciamos, desse modo, o "retorno do acontecimento". Assim, algumas discussões de ordem epistemológica e metodológica se impuseram; inclusive como resistência à produção de uma história que estuda o presente. No caso do Brasil, essa historiografia, na argumentação de Marieta Ferreira (2018) se disseminou a partir do desenvolvimento da história oral.

O movimento de redemocratização brasileira, a partir dos anos de 1980, propiciou maior interesse pela história recente no país. Interesse derivado da necessidade de conhecimento acerca do período da recém destituída ditadura civil-militar e da enunciação de movimentos de grupos minoritários preocupados com a preservação de suas memórias. Também houve preocupação com a formação de acervos de depoimentos orais, "com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população aos benefícios da cidadania" (FERREIRA, 2018, p.90). Nesse ambiente, diferentes centros de pesquisa foram elaborados, voltados à preservação da memória e aos temas contemporâneos - por exemplo, na década de 1970, a inauguração do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) na Fundação Getúlio Vargas.

Por sua vez, as dissertações e teses que usufruíam do método da história oral se intensificaram; ou seja, há crescente valorização dos testemunhos na historiografia. Desse modo, a partir dos anos de 1970, são implantados programas de história oral no país, prioritariamente relacionados aos estudos locais; e, em 1994, é criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). A partir daí, Ferreira (2018) argumenta que, da necessidade de se legitimar esse campo da história oral, desenvolveram-se reflexões que questionaram os significados da "visão retrospectiva" na história e possibilitaram a emergência de histórias do tempo presente no país – que, embora virtualmente já elaboradas, não haviam produzido, até aquele momento, reflexões teóricas densas a respeito dessa prática. Contudo, a autora aponta

que as discussões a respeito do dever de memória de eventos traumáticos e de grupos marginalizados, cristalizadas após sancionadas a criação da Comissão Nacional da Verdade – que perscrutou crimes contra os direitos humanos entre 1946 e 1988 – e a Lei de Acesso a Informações, em 2011, foram, de fato, responsáveis pela expressiva ascensão das pesquisas em história recente. Conforme Ferreira (2018, p.99):

Assim, podemos dizer que, se a história oral no início dos anos 1990 foi o elemento de estímulo para a afirmação da história do tempo presente no Brasil, no século XXI foi por meio da história política e dos desafios trazidos pelos debates acerca da memória dos grupos excluídos que de fato ocorreu um crescimento exponencial dos trabalhos nesse campo.

Reitero, a princípio, a diversidade e a abundância de fontes que caracterizam essa historiografia. Atualmente, as fontes digitais e virtuais estão sendo bastante usufruídas na escrita acadêmica, fato que impulsiona algumas discussões a respeito de tal prática. Por exemplo, a confiabilidade de informações produzidas em grande volume em um curto espaço de tempo; bem como a fragilidade no armazenamento de arquivos online. Outra discussão é a ética no uso de tais fontes, uma vez que são passíveis de adulteração com maior facilidade em relação às consolidadas. Evidentemente – e aqui a reflexão é válida para outras resistências à HTP – o ofício do historiador implica em especificidades epistemológicas e metodológicas. Nesse caso, tratamentos pontuais com os documentos são necessários; entre os quais, de maneira geral, verificar seus conteúdos a partir da pesquisa em variadas fontes – embora um documento falso ou com informações equivocadas possa ser usufruído, quando explicitado, para argumentação do historiador –, registrar sítios e datas de acesso de documentos online – se possível, salvar os documentos –, além do óbvio compromisso ético com a profissão.

Essas questões foram devidamente debatidas, recentemente, também em relação ao uso de depoimentos orais, ou seja, verificação das enunciações – bem como tratamentos peculiares relativos ao exercício da memória –, formatos de arquivamento e de transcrição de áudios e/ou de recursos audiovisuais, além da ética imprescindível – particularmente delicada no caso da HTP – ao lidar com testemunhos vivos. Há, portanto, precauções importantes referentes à utilização dos materiais mencionados que, por sua vez, estendem-se às demais modalidades de fontes. Logo, apesar de suas especificidades, as premissas metodológicas não são exclusivas às novas fontes utilizadas pela HTP. Esse raciocínio é igualmente válido em outras ponderações relativas às histórias do tempo presente; entre as quais, duas provenientes das contestações da "visão retrospectiva": a subjetividade na narrativa e a ausência de desfecho nos eventos pesquisados.

Em relação à primeira objeção à HTP, a contemporaneidade entre o tempo histórico do historiador e do evento narrado comprometeria a pretensa objetividade da pesquisa. Sempre haverá níveis de subjetividade nos estudos acadêmicos; principiando na escolha de seu objeto, por exemplo, que, em geral, é de ordem afetiva — bem como as abordagens e os recortes que também demandam escolhas do pesquisador. O necessário "distanciamento" do estudioso é um exercício epistemológico de compreensão dos fenômenos históricos, ou seja, independe da distância temporal entre autor e objeto. A segunda objeção supracitada refere-se ao fato de que os eventos do tempo presente ainda estão em processo, ou seja, não foram concluídos em seus desdobramentos para que se possa haver maior clareza no entendimento a respeito. Esse ponto fora justificado anteriormente.

Se as narrativas são sempre passíveis de serem reescritas – conforme novas descobertas e/ou a partir de perspectivas reelaboradas no âmbito dos tempos presentes –, trata-se de um processo independente do tempo histórico dissertado. Além disso, tal carência de "desfecho" dos eventos recentes permitiu à historiografia questionar o indeterminado na história:

A história do tempo presente na medida em que ela é confrontada com a opacidade total de um futuro desconhecido é uma bela escola de desfatalização que encontra a indeterminação do presente e que reflete sobre a abordagem do passado, ou seja, como o presente "deslizando", ou ainda, como o presente continuado. O historiador, então, recebe uma nova tarefa que é a de encontrar a indeterminação do presente das sociedades passadas. Essa nova ambição leva a uma reavaliação da continência, da pluralidade das possibilidades, da diversidade das escolhas possíveis dos atores. (DOSSE, 2012, p.15).

Indeterminado que, no caso da HTP, se transforma em característica singular, portanto, e aponta para a preeminência da interdisciplinaridade como fator indispensável à interpretação de fenômenos contemporâneos. Nesta dissertação, pesquisadores de diversas áreas contribuíram para que eu compreendesse os sentidos do acontecimento denominado Sesc Cadeião Cultural, tais como historiadores, geógrafos, urbanistas, filósofos, linguistas, sociólogos e advogados.

Estabelecida a indeterminação dos eventos no tempo presente, que resta questionar qual recorte temporal pertence à HTP. Em linhas gerais, os autores se referenciam ao campo da memória para estabelecê-lo. Henry Rousso, participante do IHTP, remete essa dimensão do tempo a nossa "última catástrofe": "se acha em todo lugar em que o passado recente deixou marcas a ferro quente, nos corpos, nos espíritos, nos territórios, nos objetos" (ROUSSO, 2016, p.19). Em outras palavras, em uma interpretação abrangente, a expressão refere-se a acontecimentos significativos que reverberam nos dias atuais. No caso brasileiro, particularmente no contexto temático desta dissertação, qual seria nossa "última catástrofe"?

Outros delineiam o tempo presente a partir de "acontecimentos o fenómenos sociales que constituyen recuerdos de al menos uma de las generaciones que comparten um mismo presente histórico". (MUDROVCIC, 2013, p.81). Desse modo, podemos considerar que a HTP, ou a história das vivências, ainda em elaboração e consolidação, apresenta "balizas móveis". Quais os propósitos dessa História que a singulariza em relação a outras historiografias que contemplam o presente como objeto de estudo?

A HTP é uma historiografia desenvolvida na esteira da reflexão do tempo, essencialmente. Tempos históricos vivenciados (e interpretados) não mais como escatológicos ou lineares, mas como estratificados, ou seja, "vestígios da experiência" ordenados que, simultaneamente, se articulam e são independentes. No limite, ela estuda o tempo das vivências, desloca-se para a ação, no intuito de analisar e esboçar elementos de uma possível temporalidade presente: "O tempo deixa de ser um pano de fundo para tornar-se a própria trama social construída em distintas dimensões e tensões". (CAMPOS; LOHN, 2017, p.99). Desse modo, a HTP perscruta a percepção social do tempo para os agentes históricos. É também significativa a busca de sentidos nos acontecimentos, bem como nos agenciamentos, própria dessa historiografia. Tal evidência, por sua vez, reporta-se às transformações na experiência temporal, cujo distanciamento progressivo entre experiência e expectativa se iniciou com o advento da modernidade:

Há uma superabundância de eventos considerados relevantes, de que somos informados simultaneamente a seu acontecimento, acumulando-se em ritmo rápido demais para sua assimilação ou sua consideração em perspectiva. [...] O resultado do consequente desnorteamento é a forte necessidade sentida pelas pessoas de achar sentido para um presente que parece imprevisível, estranho, inexplicável: "outro", portanto. Daí um excesso de investimento no sentido; ou, mais exatamente, na busca do sentido". (CARDOSO, s/d, p.03).

Logo, quais os sentidos do fenômeno urbano contemporâneo?

Ao longo do século XX, decorrem processos crescentes e acelerados de urbanização nas cidades brasileiras. Esse fenômeno urbano, ao consolidar sua importância na dinâmica das experiências sociais, consolidava-se como objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. A princípio, a partir de meados do século XIX, o domínio da discussão pertencia a médicos, sanitaristas, higienistas, engenheiros, urbanistas. Entretanto, entre os anos 1960 e 1970 – conforme as delimitações desse campo de pesquisa balizadas pelo historiador Charles Monteiro (2012) –, realizam-se estudos mais consistentes entre historiadores dos Estados Unidos da América e do Reino Unido. Por sua vez, as historiadoras Marisa Carpintério e Josianne Cerasoli (2009) elucidam inúmeras pesquisas imbricadas entre Arquitetura e História, e afirmam que o

estudo específico acerca das cidades, no Brasil, se organiza em grupos de pesquisa em programas de pós-graduação de história apenas no final da década de 1980.

Na esteira dessa temática e dessa década, o historiador Michel de Certeau critica o que denominou de "cidade-conceito", ou seja, a cidade projetada em discursos urbanistas cuja racionalização ou "organização funcionalista, privilegiando o progresso (o tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não pensado de uma tecnologia científica e política" (CERTEAU, 2003, pp.160-161). E como para Certeau (2003, p.184) o espaço se caracteriza por ser "um lugar praticado", o autor critica o estudo das cidades que pesquisa (ou projeta) a arquitetura e/ou a urbanização das cidades sem considerar a prática dos sujeitos nela inseridos. Em "A invenção do cotidiano: Artes de fazer", Certeau (2003, p.162) propõe, portanto, atenção aos agentes sociais em seu cotidiano nas cidades. A partir dessa perspectiva, esta narrativa reflete as transformações no Cadeião de Londrina, ou seja, a gestão oficial, articulada às ações e aos posicionamentos de sujeitos ordinários envolvidos nesse processo.

Por sua vez, na relação entre cidade e espaço, Eni Orlandi (2001a, p.07) compreende a cidade "como um espaço que significa e é significado". Posteriormente, a autora conceitua o espaço urbano: "Esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalho na/pela história, um espaço de sujeito e de significantes". (ORLANDI, 2001b, p.12). Considerando-se esse entendimento, o objeto de estudo narrado – o Cadeião de Londrina – é conceituado como espaço urbano, e a partir dos atores sociais que o produziram e o produzem como tal, a presente dissertação visa significar o referido município, contribuindo para a consolidação da história das cidades.

No intuito de relacionar o objeto de pesquisa nas produções a seu respeito, há poucos estudos acadêmicos que enfatizam o espaço propriamente dito, seja a antiga cadeia pública ou mesmo o Sesc Cadeião Cultural. A maioria dos textos que fazem referência direta são artigos em jornais locais e outras produções sem vínculo acadêmico disponíveis na internet — por exemplo, o livro encomendado pelo Serviço Social do Comércio ao escritor Domingos Pelegrini (2014), "A arte da transformação", e o livro "Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense" do historiador Leandro Henrique Magalhães (2012). Indiretamente, o Cadeião é mencionado em livros de crônicas policiais no período em que a cadeia esteve ativa, como "Dos porões da delegacia de polícia", de Marinósio Filho (1979), e em trabalhos acadêmicos de discussão de grupos sociais marginalizados ou de instituição policial, tal qual a dissertação de

Rivail Carvalho Rolim (1996), "O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina: 1948-1962".

Entretanto, atualmente, há dois escritos acadêmicos publicados, ambos monografias, que discorrem acerca do Cadeião de Londrina. Uma das monografias é meu próprio trabalho de conclusão de curso intitulado "De 'Cadeião' a centro cultural londrinense: processo de ressignificação de um edifício histórico" (2017), cuja escrita possibilitou a percepção dos problemas elencados nesta dissertação. Na monografia realizo uma discussão patrimonial, discorrendo acerca da preservação e dos significados públicos desse espaço sob a ótica do "dever de memória"⁵. O segundo trabalho acadêmico é da arquiteta Denise Lezo, a monografia "Antiga Cadeia Pública de Londrina: do Cárcere ao Cinema". A autora apresenta como objeto de estudo um projeto para transformação do Cadeião em cinema — projeto, obviamente, não concretizado. Interessa para minha pesquisa a leitura da autora acerca do desenvolvimento da região de entorno do espaço público, bem como suas referências acerca dos processos de revitalização em áreas centrais — parte das discussões de minha dissertação.

Diante de sua notória e histórica presença em Londrina (PR), testemunha do crescimento do município ao longo do século XX, e o único edifício da cidade que remete às décadas de 1930 e 1940, é significativo estudar o Cadeião de Londrina para a compreensão do desenvolvimento citadino, bem como dos atores sociais das cidades contemporâneas — nas quais, afinal, os sujeitos significam e são significados por elas. Essa pesquisa traduz-se, desse modo, na microanálise, "uma modalidade historiográfica que se mostra pronta a mergulhar no projeto de enxergar grandes questões sociais a partir de uma escala de observação reduzida, porém com um olhar intensivo [...]." (BARROS, 2010, p.77). Trata-se, portanto, de problematizar ações políticas em espaços urbanos; no presente caso, a singularidade de uma instituição prisional nos remete também à reflexão de temas como a preservação de memórias difíceis e a violência urbana. No limite, a partir dos recortes estabelecidos, a dissertação problematiza a própria cidade contemporânea.

A pesquisa discute, portanto, ações que se apresentam na temporalidade vigente; tramas sociais desenvolvidas em uma modernidade anômala, à brasileira (MARTINS, 2008); inserindo-se, desse modo, na historiografia do tempo presente. Para tanto, em vistas aos objetivos de pesquisa elencados incialmente, diversificadas fontes foram consultadas, imprensa, atas de expedientes da câmara de vereadores, legislação, depoimentos orais, imagens, mapas, entre outras – majoritariamente, as três primeiras. Determinou-se variadas fontes a fim

⁵ Cf. RICOEUR, 2007.

de que o diálogo entre elas ampliasse as possibilidades de compreensão dos problemas de pesquisa – para ampliar a percepção dos eventos, invariavelmente, se extrapolou o recorte temporal na pesquisa das fontes.

Quanto à imprensa, pesquisei jornais de circulação local, sobretudo, o periódico "Folha de Londrina". Em decorrência de sua notoriedade nesta narrativa — personagem, de fato, seguese, aqui, breve descrição desse periódico. O "Folha de Londrina" foi fundado pelo catarinense João Milanez e seu sócio, o jornalista Correia Neto, em 1948. A princípio semanário, circulava duas vezes por semana. A partir de 1952, tornou-se veículo diário de informação, e, atualmente, apresenta tiragem impressa de, aproximadamente, 35 mil exemplares dia. Direcionado às classes A e B, o periódico circula em mais de 250 municípios do Estado do Paraná e possui versão digital, sendo o terceiro periódico, nos anos 1960, a adquirir uma impressora off set em âmbito nacional. Nesse sentido, em decorrência de sua tradição, público e expressiva circulação em Londrina, apesar de regional, considero seu perfil de "grande imprensa"⁶.

A Folha de Londrina, de expressiva circulação na cidade, portanto, está disponível "online" a partir de 1996 e, anteriormente a esse ano, disponível para consulta e cópia no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina. Neste espaço, foi realizado o levantamento de, aproximadamente, 30 notícias diretamente no impresso, referentes aos meses de janeiro, março e abril de 1994. O NDPH também disponibiliza recortes de notícias do "Folha de Londrina" em "Compact Disc" (CD), em catálogo referenciado por temas e objetos, no qual selecionei 190 imagens – pois algumas contém mais de uma matéria – distribuídos em 11 CDs pertencentes às séries Geral e Cidades. Nestas, portanto, pesquisei recortes nas sessões Londrina, Associação de Shopping Center, Coluna Londrina, Comissão Pró-Segurança, Conselho Comunitário de Segurança Pública de Londrina, Instituto de Criminalística de Londrina, Lei Municipal de Incentivo à Cultura, Urbanismo e Polícia – subseções Cadeia Pública Londrina e Penitenciária Estadual de Londrina.

"Online", por meio da busca com as palavras-chave "cadeião Londrina", "cadeia pública Londrina", "projeto cadeião Londrina" e "revitalização centro Londrina", foram selecionadas, entre os milhares de resultados disponíveis, aproximadamente, uma centena de matérias. Com semelhantes palavras-chave, no portal da Prefeitura de Londrina, selecionei 10 comunicações

-

⁶ GRUPO Folha. Nossa história. Folha de Londrina, Londrina. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/grupofolha. Acesso em: 28 nov. 2019. Cf. TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991.

no arquivo de notícias e outras 10 no Jornal Oficial do Município – encontradas apenas com a palavra-chave "cadeia pública". Ainda há outras cinco notícias online, duas editadas pelo extinto "Jornal de Londrina", outras duas disponíveis no núcleo de comunicação do Estado, a "Agência de Notícias do Paraná" – contém arquivo de notícias a partir de 2011 – e também um "Aviso de Licitação" no "Jornal Oficial da União".

No que diz respeito a fontes disponíveis no site da Câmara Municipal de Londrina (CML), por meio das palavras-chave "cadeião" e "cadeia pública" – e do recorte temporal entre 1990 e 2014, foram selecionados três Projetos de Lei, 13 Leis Municipais e 19 atas de expedientes da Câmara. Quanto às fontes orais, realizei quatro entrevistas com sujeitos relevantes aos processos abordados pela presente pesquisa – sujeitos relativos à desativação da cadeia pública, à Prefeitura e ao Sesc Londrina: da Universidade Estadual de Londrina, o arquiteto e professor aposentado Antônio Carlos Zani; da Secretaria Municipal de Cultura, a atual diretora do Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural de Londrina Solange Cristina Batigliana – com eventual participação do servidor municipal Marcos Roberto Parisotto, da assessoria técnico-administrativa; do Sesc, a coparticipação do gerente executivo do Sesc Londrina Norte, Cilas Vianna, e da gerente do Sesc Londrina Cadeião, Patrícia Sugeta; e o jornalista e ex-prefeito de Londrina Homero Barbosa Neto (2009-2012, PDT). Quanto às demais fontes, imagens, mapas, planos diretores, será realizado levantamento "online", em sites de domínio público, respeitando direitos autorais, tais como o site do Museu Histórico de Londrina ou presentes em trabalhos acadêmicos, além de pesquisa em estabelecimentos da administração pública, como nos arquivos da secretaria de cultura de Londrina.

Usufruir fontes historiográficas implica questionar tais documentos e não os considerar "passivamente". Ou seja, compreender o que é o documento, quem o elaborou, a quem se refere e em quais condições e temporalidade foi elaborado. Para tanto, o historiador interpreta esses documentos com métodos adequados aos respectivos suportes (textual, imagético, oral) e à luz da temática a ser desenvolvida em seu projeto. Assim, para refletir os suportes específicos e diversificados, a obra organizada por Carla Pinsky, "Fontes históricas" (2008), foi referência – destaco ainda, para a execução e análise das entrevistas, a metodologia da história oral a partir do livro "História oral: como fazer, como pensar" (2010), de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda. No limite, devem-se compreender as fontes como "processos comunicativos", o que envolve as figuras do emissor e do receptor, a existência de uma mensagem, os objetivos desta (comover, divertir, manipular, persuadir, impor, esclarecer, mover, paralisar)" (BARROS, 2010, p.95). No que se refere, propriamente, à interpretação dos

conteúdos dos documentos, conforme as temáticas de pesquisa, foram utilizadas as categorias analíticas revitalização, violência e ação política.

Acerca do fenômeno da revitalização, a discussão percorrerá as definições presentes no livro "De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos" (2006), coordenado pela socióloga Catherine Bidou-Zachariensen. Em linhas gerais, o termo refere-se a planejamentos urbanos que visavam revitalizar, de fato, áreas deterioradas nos centros históricos das cidades modernas, decorrentes dos processos de descentralização dos núcleos urbanos. O livro elenca artigos que retratam o fenômeno em diversas cidades europeias e americanas – no Brasil, em São Paulo –, e discutem a gentrificação como consequência, ou seja, políticas voltadas à atração de camadas médias sociais aos centros urbanos em detrimento das camadas populares residentes ou frequentadoras dessas localidades.

No âmbito das ações políticas, analisaremos os movimentos e discursos dos sujeitos a partir do que Félix Guattari denominou de micropolítica; ou, nos termos de Sueli Rolnik, "as estratégias da economia do desejo no campo social" (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p.14). Nesse contexto, em "Micropolítica: cartografías do desejo" (2000), Guattari analisa as produções de "subjetividade capitalística", ou seja, o quanto os interesses capitalistas estão presentes não apenas no ordenamento econômico mas, igualmente, em processos de "sujeição subjetiva": "É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade." (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p.16). Em contrapartida, considera e incentiva processos de subjetivação singulares desenvolvidos pelos sujeitos contemporâneos.

No que diz respeito à violência, não será condicionada a sentidos estritos de situações de violência, mas refletida a partir da tese de livre docência intitulada "A gestão urbana do medo e da insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea" (1996), de Sérgio França Adorno de Abreu. Este argumenta que a violência se encontra historicamente intrínseca na sociedade brasileira e que, apesar da redemocratização, tal faceta permanece na atualidade; não apenas nas instituições do Estado relacionadas diretamente à criminalidade, mas presente, igualmente, nas instituições familiares, escolares, trabalhistas. O sociólogo baliza suas reflexões estudando as hipóteses da impunidade no Brasil que, para o autor, "não resulta de crise de autoridade ou de erosão da lei, porém de uma crise mais profunda na sociedade, a qual resiste a entrar no 'compasso civilizatório' (Elias, 1990) e que se 'moderniza na tradição'". (ABREU, 1996, pp.47-48).

Além dessas categorias analíticas, reitero a utilização de Koselleck (2006; 2014) e suas categorias meta-históricas "espaço de experiência" e "horizonte de expectativas", bem como o conceito de "estratos do tempo", para a apreciação dos tempos históricos. Por sua vez, o filósofo Paul Ricoeur (2007) e suas reflexões acerca da "representância historiadora" são pertinentes à construção narrativa dessa historiografia do tempo presente. Em ambos os capítulos, haverá discussões e ênfases acerca de elementos e significações possíveis à definição de uma temporalidade presente. Nesse processo, o "otimismo brasileiro" — na esteira do historiador Carlos Fico — é evidente nas fontes e torna-se variável importante de tais discussões abordadas na narrativa.

Desse modo, o primeiro capítulo, intitulado "Distopias urbanas, cadeia pública desativada", é subdividido em duas partes. A princípio, descreve o processo de urbanização brasileira do século XX e narra o fenômeno em Londrina – enfatizando as conjunturas que acarretaram na desativação do Cadeião. O subcapítulo seguinte discorre (e perscruta sentidos!) acerca dos eventuais usos do Cadeião em seus anos inoperantes e das sugestões elaboradas para esse espaço – entrementes, os discursos dos sujeitos na e da imprensa a respeito desse "vazio urbano" no centro histórico da cidade. Nesse capítulo, autores como Milton Santos, Raquel Rolnik, Bárbara Freitag e Beatriz Sarlo são referenciais.

O segundo capítulo — "O tempo das revitalizações. Emergência do Sesc Cadeião Cultural (2010-2014)" — disserta a respeito da edificação do Sesc Cadeião Cultural, enfatizando as negociações entre a Prefeitura e o Sesc à luz das expectativas contemporâneas ao planejamento urbano, nas quais se inserem os processos de revitalização urbana. Nesse sentido, o primeiro subcapítulo dedica-se a narrativa dos processos citadinos de revitalização, particularmente àquele desenvolvido no centro histórico de Londrina. O último subcapítulo, por sua vez, narra a transformação da antiga cadeia em centro cultural, perscrutando o movimento de políticas públicas semelhantes efetivados em outras cidades brasileiras. Destacam-se nesse capítulo os escritores Eder Sader, René Remond e Marta Farah.

2. DISTOPIAS URBANAS: CADEIA PÚBLICA DESATIVADA

Este capítulo narra de maneira breve, a princípio, o desenvolvimento das cidades em geral, desde seus primórdios à "cidade capitalista" – a partir da obra "O que é cidade" (1995), de Raquel Rolnik⁷. A arquiteta e urbanista visa, na referida obra, compreender a cidade a partir do espaço urbano, destacando sua dimensão arquitetônica⁸. Seu livro divide-se em duas partes: na primeira, a autora perscruta definições de cidade através de apontamentos essenciais e comuns a essas – "Cidade Ímã", "Cidade Escrita", "Cidade Política" e "Cidade Mercado" (dimensões que, de fato, atravessam a presente dissertação). Na segunda parte, desdobra-se em discussões acerca da "cidade capitalista", modelo dos mais expressivos centros urbanos contemporâneos. A autora narra, de maneira geral, desde o processo de sedentarização dos grupos humanos – e a transformação das relações entre o homem e o meio ambiente –, e a formação dos primeiros núcleos urbanos murados, às cidades capitalistas atuais (representadas, particularmente, pelas metrópoles contemporâneas). E inicia suas reflexões argumentando que, afinal, "o próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. [...]. Por isso além de continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história". (ROLNIK, 1995, p.09).

Na primeira parte do livro, portanto, Rolnik assume que o aspecto essencial a quaisquer cidades — seja no tempo e/ou no espaço — é sua capacidade de atração e subsequente concentração de pessoas, tal qual um "ímã". Desse modo, segundo a arquiteta, uma das primeiras evidências de sedentarização humana seriam os zigurates, templos mesopotâmios que, assim, modificaram a relação do homem com seu habitat, não apenas no sentido de reunir grupos, mas, sobretudo, à medida que consideramos a "técnica do tijolo cozido" com o qual os templos eram construídos, relativo à possibilidade de formulação do ambiente segundo os desejos do homem. (ROLNIK, 1995, pp.13-14). Na esteira do empreendimento de novas construções, subsequentemente, da "necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo", desenvolve-se a escrita. (ROLNIK, 1995, p.16).

Na "cidade-escrita", a arquiteta evidencia que sua memória se fixa não apenas através da dimensão textual, também se materializa na perenidade da arquitetura urbana, e, em seguida,

⁷ Inúmeros autores escrevem acerca das cidades. Há, inclusive, a clássica definição de Weber (1921). Entretanto, por sua contemporaneidade, pelo fato de desenvolver sua escrita de compreensão das cidades a partir da materialidade do espaço urbano, tal qual exercitamos na presente dissertação, bem como por considerações acerca da "vida política" das cidades, esta foi a referência contemplada para ser, brevemente, descrita aqui. https://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0017.pdf

⁸ "Dimensão arquitetônica" compreendida aqui em termos de "estética e funcionalidade" (SOUZA, 2006, p.57).

destaca a dimensão simbólica – e seus significados – das (re)construções arquitetônicas que implicam em valorização ou, ao contrário, em depreciação de zonas citadinas...

Com a retirada dos presos da Cadeia Pública de Londrina, a expectativa dos moradores da região é de noites mais tranquilas e, principalmente, valorização de seus imóveis. O estigma da rua, aliado à intranquilidade provocada pelas constantes rebeliões, fizeram com que os bons negócios parassem a duas quadras de distância daquele local por muitos anos.⁹

Evidentemente, tais diferenciações (ou segregações) espaciais reportam-se, na prática, às diferenciações entre grupos sociais. Assim, a urbanista destaca, na sequência, o espectro político-econômico das cidades e as hierarquias sociais decorrentes da divisão do trabalho, evidenciando, a princípio, o âmbito político: "há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva a ser organizada" (ROLNIK, 1995, p.20).

São elaboradas, desse modo, as instâncias político-administrativas com suas respectivas autoridades para o gerenciamento dessa vida coletiva, dando origem ao denominado "poder urbano", cuja primeira forma foi a realeza presente nas cidadelas, denotando a centralização desse poder. (ROLNIK, 1995, p.21). A autora indica essa "dimensão política da cidade" tanto relativa, propriamente, à atuação das autoridades político-administrativas em suas relações com a sociedade mais ampla, quanto à própria participação do indivíduo na vida pública, que implica em uma relação política "mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos". (ROLNIK, 1995, pp.21-22). Aliás, conforme a autora, a "polis" grega ou a "civitas" romana referenciavam mais a "participação dos cidadãos na vida pública" do que "um lugar geográfico". (ROLNIK, 1995, p.22). Todavia, se, a princípio, a dimensão política das cidades superou sua dimensão mercantil, essa configuração se altera a partir da constituição das cidades capitalistas no fim da Idade Média, na Europa Ocidental.

A arquiteta argumenta que "quando há a possibilidade de obter parte dos produtos necessários à sobrevivência através da troca, configura-se a especialização do trabalho e instaura-se um mercado" (ROLNIK, 1995, p.26). Da troca de mercadorias em nível local – com o desenvolvimento das cidades e da divisão do trabalho – tem-se a emergência de um mercado interurbano, desde que em territórios unificados politicamente. Articulando, desse modo, o espectro político e econômico das cidades, Rolnik narra, na segunda parte de seu livro, a dissolução das "vilas medievais" e a formação da cidade-capital, bem como problematiza a

⁹ BIANCHI, Bene. Rua Sergipe agora terá sossego. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 jan. 1994. Folha Paraná, p.02.

atuação do Estado no espaço urbano contemporâneo – considerações que se apresentam no decorrer da presente dissertação (não apenas nesse capítulo) e que conferem sua tônica.

Compreender as ações que envolveram o Cadeião de Londrina requer tais entendimentos acerca do desenvolvimento das cidades, referentes não apenas à inauguração do Sesc Cultural, mas igualmente às principais propostas que nortearam o espaço:

foi a partir do século XIX com a industrialização, que as cidades tornaram-se uma variável central para compreender a nova organização social e política da sociedade ocidental. O que se aprofunda no século XX, que assistiu a um acelerado processo de urbanização, sobretudo nos países emergentes. (MONTEIRO, 2012, p.102)

A partir da "teoria do palimpsesto" (e tal qual sua imagem) (FORTUNA, 2009) – traduzida pela atualização dinâmica das teorias relativas às cidades, possibilitando a apreensão da cidade em sua "globalidade", que supera uma "lógica dicotomizada de pensar a cidade", ou seja, ora a partir de um discurso "anti-urbano" que enfatiza a "barbárie civilizacional", ora a partir do "mito da cidade por excelência", que idealiza a "possibilidade de equacionar o caos" –, o presente texto se desdobra da investigação da cadeia pública desativada ao Sesc Cadeião Cultural inaugurado em Londrina, a fim de compreender, a partir do recorte a esse espaço urbano em particular, as transformações, os movimentos nas cidades do tempo presente em geral.

2.1. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA, DESATIVAÇÃO DO CADEIÃO DE LONDRINA

No Brasil, o processo de urbanização, introduzido no século XVIII, amadurece no XIX e transforma-se, de fato, em acontecimento significativo e acelerado no decorrer do século XX. Até meados deste século, a população brasileira era majoritariamente rural. A transformação nessa geografia física e social se apresenta entre as décadas de 1950 e 1960, com características que se estendem até os anos de 1980. Há nesse sentido, dois momentos de urbanização ao longo do século XX: a partir de 1930 até os anos de 1960, e, posteriormente, um segundo momento até meados de 1980. Em síntese,

Entre 1945 e 1964 vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham um ritmo acelerado. O ano de 1964 marca uma inflexão, com a mudança do 'modelo' econômico, social e político de desenvolvimento, e esta transformação vai se consolidando a partir de 1967-68. [...] A partir de 1980 ('a década perdida'), finalmente, a nova realidade se impõe. (MELLO; NOVAIS, 1998, p.560-561).

Há, desse modo, necessária imbricação entre os processos de industrialização – que se desenvolve a partir do século XIX no Brasil, no bojo da produção cafeeira – e de urbanização. Não pretendo me estender, demasiadamente, acerca da narrativa de fundação e urbanização de Londrina. Entretanto, alguns elementos desse processo, bem como ponderações a respeito dos mesmos, são necessários à compreensão dos problemas pautados nessa dissertação. Portanto, realizarei uma escrita que pensa o desenvolvimento da cidade em um contexto ampliado da urbanização brasileira.

Em comemoração aos 59 anos de Londrina, o periódico Folha de Londrina publica reportagem relatando o processo de colonização do norte do Estado e da cidade, em particular:

O Norte do Paraná não seria o que é se não estivesse experimentado o modelo de colonização aplicado pela Companhia de Terras, e é a esta companhia, portanto, que sua história está associada. [...]. E a história dessa região começou a ser delineada em 1922, quando o Brasil comemorava seu primeiro centenário de independência e recebeu, a convite do então presidente Arthur Bernardes, uma missão econômica britânica chefiada por lorde Montagu. O objetivo da missão, apresentado oficialmente como "de cortesia", é interpretado por alguns estudiosos, entre eles o escritor e historiador residente em Londrina José Joffily, como uma imposição dos financistas britânicos para a liberação de novos empréstimos pretendidos pelo Brasil. A missão teria, portanto, a tarefa de investigar a situação do caixa do governo e o potencial brasileiro em recursos naturais. ¹⁰

Destacam-se no trecho, desse modo, elementos importantes do processo colonizador da área em estudo. Entre os quais, evidências identitárias de uma região – qual seja, o norte paranaense –, um modelo de colonização padrão e privado, além da presença de uma dinâmica capitalista globalizada – na qual o lucro e os interesses estrangeiros são duas de suas variáveis. Discorrerei a respeito desses três aspectos.

Além de sua óbvia especificidade de orientação geográfica, a expressão "Norte do Paraná" remete a significações múltiplas (a partir das considerações sobre a ideia de região) consoante a perspectiva abordada, mas que apresentam aproximações. Conforme expresso na dissertação da historiadora Sônia Adum (1991), há definições de cunho historiográfico, que consideram como critério ora a ocupação específica da área por jesuítas, bandeirantes e grupos indígenas; ora o movimento de colonização relacionado à expansão da agricultura cafeeira — o que, por sua vez, aproxima essa porção do Paraná aos interesses do Estado de São Paulo. Nessa esteira, há perspectivas geológicas que significam a expressão "Norte do Paraná" a partir das terras roxas — que, igualmente, se caracterizam terras paulistas. Outras definições são

¹⁰ PEDRIALI, J.A. Uma clareira é aberta em meio à floresta. Chegam os colonizadores ingleses. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993. Paraná Especial, p.4.

etnológicas, caracterizando grupos nacionais e estrangeiros que desenvolveram a região; entre as quais, paulistas, mineiros, "nordestinos, italianos, espanhóis, japoneses, árabes, entre outros, como os ascendentes indígenas caingangues, guaranis e xetás – frequentemente negligenciados na historiografia local. Há também definições que residem no campo político-ideológico, como a imagem bastante difundida – e sobre a qual a dissertação de Sônia Adum se desenvolve – em que o Norte do Paraná configura-se como "a nova terra prometida",

a nova Canaan, onde todo mundo espera fazer fortuna rápida e facilmente... É a terra onde [...] se pisa sobre dinheiro... É um presente do Céu às pessoas de boa vontade. É uma chama do inferno para aqueles que só visam a exploração indébita, anti-humana, anti-nacional, tornando a vida impossível lá onde ela deveria ser a mais fácil em todo território nacional. (ADUM, 1991, p.52).

Referências, portanto, como a terra roxa, a colonização, o café, o Estado de São Paulo e o ideário de prosperidade são elementos que atravessam as definições a respeito do Norte do Paraná ao longo dos anos.

De fato, tais atributos se evidenciam na reportagem especial supracitada da Folha de Londrina, em comemoração aos 59 anos da cidade:

A Folha de Londrina é fruto de um milagre chamado "Norte do Paraná", milagre que se concretizou graças ao denodo, à garra, ao desprendimento e à ousadia dos colonizadores dessa terra excepcionalmente fértil, aqueles homens e aquelas mulheres vindos de todos os quadrantes do mundo, que tiveram um comportamento digno do título de pioneiros e desbravadores que carregam com merecido orgulho. O Norte do Paraná — que teve Londrina como ponta-de-lança de sua expansão, [...] foi uma explosão vertiginosa de progresso, que projetou o nosso Estado entre os mais prósperos e de melhor qualidade de vida do País.¹¹

A constatação dessas referências, portanto, são imprescindíveis ao entendimento do processo de crescimento vertiginoso que, de fato, caracteriza a urbanização de Londrina ao longo do século XX, à medida que tais adereços referentes ao Norte do Paraná confundem-se com Londrina (ADUM, 1991). Além desses elementos, o modelo de colonização britânico é importante para o entendimento da inclusão desse interior paranaense à lógica capitalista do período; bem como o posicionamento da cidade nesse processo contribui para àquele entendimento. Seguem-se, assim, considerações a respeito.

¹¹ MILANEZ, J. Um milagre chamado Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993. Paraná Especial, p.2.

A urbanização brasileira, conforme mencionado, apresenta novo patamar de desenvolvimento conquanto se concretiza a "lógica da industrialização" que, em seu sentido amplo,

tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. (SANTOS, 1993, p.27).

Desse modo, em meados do século XIX, o desenvolvimento das estradas de ferro e dos meios de comunicação, os influxos do mercado internacional e as premissas do capitalismo industrial convergiram para a integração de centros urbanos escassos e esparsos nas regiões sul e sudeste, cuja produção cafeeira os tornou interdependentes. No que diz respeito a urbanização do interior do país, na qual se encontra o desenvolvimento de Londrina, caracteriza-se por uma ocorrência proveniente de investimentos de capital privado, pulverizada e acelerada apenas a partir da década de 1920, a medida que há intervenção estatal impulsionando o processo de industrialização apenas a partir da década de 1930 e, fundamentalmente, após a segunda guerra mundial.

No Norte do Paraná, a colonização agrícola espontânea – sobretudo por paulistas e mineiros – alcançara Cambará e, posteriormente, o Rio Tibagi, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Paraná para o escoamento da produção. Até o início do século XX, as terras à oeste do Rio Tibagi haviam sido negligenciadas em decorrência da morosidade governamental, o que acarretara uma "séria frustração nas expectativas de ocupação" da região. Todavia, a partir de 1920, o governo estadual concede terras a empresas privadas de colonização. Nesse período, havia capital e interesse britânico na aquisição de terras estrangeiras para o plantio de algodão, matéria-prima de sua indústria têxtil. Assim, no início dos anos 1920, o escocês Simon Joseph Frazer, ou Lord Lovat, adquire terras no Norte do Paraná:

Lord Lovat produzia e industrializava algodão através de sua companhia, a "Sudan Plantations Cotton", e acreditava que nas terras férteis do Brasil essa cultura encontraria as condições ideais de cultivo. Ele estava parcialmente certo, pois o produto era realmente m produto em expansão no país, mas o destino aconselharia o mentor do projeto a alterar radicalmente seus planos. Em vez de plantar algodão, os ingleses iriam colonizar as terras ainda virgens e extremamente férteis do Norte do

¹² PML. **História da cidade de Londrina**. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>. Acesso em: 8 out. 2020b.

Paraná, permitindo que nelas prosperasse um dos produtos mais rentáveis da época – o café. 13

O "destino" destacado no trecho remete tanto ao fracasso nas expectativas de cultivo de algodão, bem como ao progresso de Londrina através do projeto colonizador da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Assim, através da criação da "Paraná Plantations" por Lord Lovat, em Londres, e de sua subsidiária brasileira, a mencionada Companhia de Terras Norte do Paraná, o plantio de algodão foi substituído por um investimento imobiliário-colonizador. Desse modo, em agosto de 1929, a primeira caravana da CTNP funda o Patrimônio Três Bocas, distrito de Jatahy, que, posteriormente, obtém sua emancipação política; transformando-se, em 1934, na comarca de Londrina, sede do empreendimento colonizador. O projeto da CTNP pautava-se na fundação de polos de produção distanciados, bem como de sítios intermediários entre estes:

esta formação em rede de cidades visava certo isolamento político e a possibilidade de se formarem núcleos econômicos com a implantação de patrimônios, polos comerciais e centros abastecedores intermediários" (ARCHELA et al., 2008, s/p).

De fato, tal empreendimento caracterizou-se por um planejamento específico das cidades.

Ao estudar projetos e realizações urbanísticas nas cidades brasileiras, bem como as teorias acerca das cidades e os principais teóricos brasileiros, Bárbara Freitag (2006) discorre que, no decorrer das primeiras décadas do século XX, a principal influência nas projeções brasileiras sobre o urbano foi a escola francesa¹⁴, embora houvesse casos de influências da escola inglesa, tal qual Londrina, na qual se distingue o pensamento pragmático-utilitarista dos ingleses. Tal pensamento, nesse caso específico, situava a racionalidade a favor da simplificação, da ordenação citadina (no presente e no futuro) e da maior obtenção de lucro possível. Esboçado pelo engenheiro agrimensor da CTNP, o traçado original de Londrina tratava-se de uma malha na qual "o plano geométrico, o tabuleiro de xadrez, é uma construção consciente e racionalizadora, que permitirá a construção da ordem de uma forma rápida, econômica e eficaz, como deveria ser no bojo da ação de um empreendimento capitalista" (ADUM, 1991, p.85). O centro histórico de Londrina configura-se em formato semicircular ou no desenho do "grão de café", tal como se menciona popularmente (figura 02).

¹³ PEDRIALI, J.A. Uma clareira é aberta em meio à floresta. Chegam os colonizadores ingleses. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993. Paraná Especial, p.4.

¹⁴ Cf. FREITAG, B. (2006).

A CTNP, assim, divide as terras referentes a Londrina em milhares de pequenos e médios lotes rurais e datas urbanas para comercialização, projetando a cidade para cerca de 30.000 habitantes. O tamanho dos lotes foi estabelecido a partir do perfil do comprador – em geral, colonos, pequenos pioneiros e modestos chefes de família –, ou seja, tanto suas condições financeiras quanto suas necessidades de plantio:

Exigia-se uma entrada de 20 por cento e o restante seria pago mensalmente num prazo de cinco anos. Os lotes rurais foram divididos de tal forma que todos possuíam uma parte alta – o espigão –, ideal para o plantio de café e uma parte baixa limitando-se ao rio, que servia como marco divisório, onde o colono construía sua casa, criava animais e plantava a horta. ¹⁵

O sucesso do empreendimento da CTNP, contudo, não dependeu apenas da partilha racionalizada dos lotes e da facilitação dos pagamentos, mas, igualmente, da substancial utilização da propaganda, na qual a terra roxa aliada ao café, nosso "ouro verde", era uma variável significativa à medida que esse, no começo do século, era o terceiro produto presente na agenda das exportações brasileiras. Além disso, o projeto da CTNP incluía o fornecimento de infraestrutura necessária, tais quais o abastecimento de água encanada, a geração de energia elétrica e a presença da estrada de ferro para escoamento da produção — a CTNP adquire a supracitada Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, cujo trilho alcançou Londrina em 1935.

Londrina progride, portanto, na esteira de um investimento imobiliário-colonizador de capital privado internacional, cristalizado na CTNP e possibilitado pela produção cafeeira industrializada. Contudo, à medida que a Companhia vendia expectativas a seus compradores, colhia dividendos em seu presente:

No ano de sua emancipação política, 1934, Londrina – a porta de entrada para os vastos domínios de terra roxa em processo de colonização – possuía 1350 habitantes. A fama da região se espalharia rapidamente [...]: dez anos depois, a população de Londrina já seria de 60 mil pessoas, a maioria provenientes dos estados de São Paulo e Minas Gerais e uma parcela significativa de migrantes europeus e asiáticos, sobretudo japoneses e árabes"16.

Na década de 1940, portanto, Londrina já apresentava o dobro dos habitantes previstos no projeto original da cidade, com 63% desse total residindo em zona rural¹⁷. Em decorrência da

¹⁵ PEDRIALI, J.A. A terra é roxa. O 'ouro' é verde. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993. Paraná Especial, p.6.

¹⁶ PEDRIALI, J.A. Paulistas, os pioneiros. A fertilidade do solo já havia atraído os agricultores paulistas, que se fixaram no Norte Pioneiro, construíram uma estrada de ferro e convenceram os ingleses a investir na região. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993. Paraná Especial, p.5.

¹⁷ PML. **Dados populacionais**. Evolução da população residente do município de londrina – 1940/2010. Disponível em:

expansão da cultura cafeeira naquela década, que demandava significativa quantidade de mão de obra, verificou-se migrações exponenciais no período e extensivo progresso na cidade: "Todo tipo de negócio prosperava em Londrina: hotéis, pensões, bares, casas comerciais". (JANUZZI, 2005, p.90).

Nesse ambiente de progressivas transformações, o Cadeião de Londrina é inaugurado em 1939:

Com a presença do capitão Fernandes Flores, chefe de polícia do estado, será inaugurada hoje às 14 horas a cadeia pública de Londrina. O prédio, que no gênero é um dos melhores do estado, será um atestado de nosso progresso e dos sentimentos de humanidade do nosso povo; pois foi este, pelos expoentes do comércio e da indústria local que, de fato, atendendo ao apelo do tenente Luiz dos Santos, forneceu dinheiro e materiais para a construção do edifício. (Paraná Norte, 22. dez. 1939 apud PELLEGRINI, 2014, p.22).

Desse modo, destaca-se o advento da cadeia púbica citadina, significada enquanto progresso no tempo vigente. De fato, as cadeias públicas eram expoentes da modernização do sistema penal. O filósofo Michel Foucault, em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2014), disserta que esse movimento de modernização se desenvolveu, na França, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, caracterizando-se pela supressão das punições físicas ou pela "economia do castigo". A violência explícita no "espetáculo" das punições não era mais sinônimo de justiça. Desse modo, ao longo do período de vultosas transformações políticas e sociais (aproximadamente, 1760-1840), o sistema penal inverteu a lógica da punição para a lógica da correção. Sem pretender me estender na discussão, na prática, evidentemente, os castigos físicos continuaram e permanecem nos dias atuais; e o Cadeião foi exemplo dessa realidade.

No decorrer dos anos de 1950-70, de modo geral, as cidades brasileiras se desenvolvem – não de maneira homogênea e/ou sincrônica – conforme experiências e expectativas próprias ao conceito de progresso na modernidade. Compreendido como um fenômeno cuja existência decorre de uma experiência temporal na qual singularidades, inovações, são interpretadas progressivamente, há singularidades próprias à modernidade de meados do século XX. O filósofo estadunidense e marxista, Marshall Berman (1986, p.14) classifica a história da modernidade em três fases. A primeira, entre os séculos XVI e XVIII, segundo o autor, ainda não há consciência de uma comunidade moderna. A segunda fase, transitória no século XIX, denota-se com as reverberações da Revolução Francesa. No século XX, por sua vez, a terceira

-

https://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66. Acesso em: 8 out. 2020a.

fase da modernidade caracteriza-se por uma "cultura mundial do modernismo", grosseiramente, em termos quantitativos e qualitativos. E tal interpretação da terceira fase é evidenciada, no Brasil, a partir da década de 1950.

No decorrer de meados do século XX, o país construíra hidroelétricas, produzia alumínio, modernizara as indústrias de cimento, vidro e papel, bem como as tradicionais, como a têxtil, a de confecções, a de móveis e a alimentícia. Produziu-se automóveis, ônibus, caminhões e tratores que correspondiam ao sistema rodoviário em franco desenvolvimento; além da fabricação de aviões e navios. Na esfera doméstica, os aparelhos eletrônicos modificaram substancialmente o ambiente privado, tais como o ferro elétrico, a panela de pressão, a frigideira de alumínio, o chuveiro elétrico, o liquidificador e as geladeiras, a fita e o videocassete, bem como as máquinas de lavar roupas. Por sua vez, aparelho de som e, posteriormente, os televisores com controle remoto e a construção de centrais telefônicas ampliaram e sofisticaram os meios de comunicação. Quanto aos hábitos alimentícios, passouse a consumir o alimento industrializado, predominantemente; desenvolve-se o hábito de "comer fora" e surgem os primeiros "fast-foods". Modificam-se também os hábitos higiênicos e de limpeza, com o detergente, o sabão em pó; populariza-se o uso da escova de dentes e do creme dental, do "shampoo" e do condicionador, do desodorante e do absorvente feminino. O vestuário, igualmente, se transformou com a massificação das confecções em tecido sintético, fato que baratearam os preços – além das mudanças na moda, com a popularização da calça feminina, por exemplo. As indústrias farmacêutica e de cosméticos cresceram exponencialmente. Há um progresso expressivo na indústria farmacêutica – com o predomínio do laboratório estrangeiro no país – com a produção de antibióticos no final dos anos de 1940, que tratam doenças como a tuberculose, a sífilis e a pneumonia, recorrentes no Brasil – além das produções de vitaminas, analgésicos, antitérmicos e corticoides, por exemplo. Todos esses elementos, entretanto, se associavam, fundamentalmente, à realidade citadina.

A população rural brasileira do início do século constituía-se, em sua quase totalidade, por pequenos proprietários, assalariados temporários ou permanentes, posseiros e parceiros que experenciavam uma vida miserável, sem esperanças: "Todos produziam de uma maneira tecnologicamente rudimentar, quase só para comer. As parcas sobras eram vendidas e o dinheiro apurado servia para adquirir o que era estritamente necessário" (MELLO; NOVAIS, 1998, p.575). Nesse sentido, o esgotamento do solo acontecia rapidamente e demandava contínuas movimentações dessa população campesina; as melhores terras pertenciam aos grandes proprietários, contudo. Diante dessa realidade, as transformações no cenário urbano

atraíam tal contingente populacional: "A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena para um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida do campo, ao contrário, repele e expulsa". (MELLO; NOVAIS, 1998, p.574).

A cidade, assim, se desenvolve conforme as experiências e expectativas próprias à modernidade, na qual o progresso econômico, social e tecnológico encontra-se nas vivências e nos horizontes dos sujeitos históricos. Londrina significava tal realidade e sua população total ultrapassa 70.000 habitantes nos anos de 1950, com cerca de 48% deles em zona urbana 18. Entre os anos de 1930 e 1950, o município apresentou primazia do setor agrícola com a cultura cafeeira, um setor industrial bastante tímido e um setor terciário estruturado e fortalecido ao longo do período. No decorrer da década de 1950, todavia, há uma política de erradicação da cultura cafeeira devido à queda no preço do produto. O Estado intervém, através do Instituto Brasileiro de Café, com a compra e estocagem desse grão, e incentivo à diversidade na produção agrícola. Evidentemente, esse fenômeno aliado a outros fatores posteriormente, como as geadas das décadas seguintes, acarretou consequências diretas no desenvolvimento de Londrina (ARCHELA, 2008, s/p).

A década de 1960, no que concerne à urbanização brasileira em geral, se transformou em um período decisivo com a pungente modernização da agricultura. Entre 1960 e 1980 assim, mediada pela ascensão da ciência, da tecnologia e da informação, a urbanização brasileira apresenta novos patamares de aceleração e desenvolvimento, e se generaliza. O índice de crescimento da população urbana ultrapassara o da população total nos anos de 1970. Milton Santos (1993, p.36) sintetiza o panorama da época:

[...] foi o movimento militar que criou as condições de uma integração do País a um movimento internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior. O País se torna grande exportador tanto de produtos agrícolas não tradicionais (soja, cítricos) parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, quanto de produtos industrializados. A modernização agrícola, aliás, atinge também produções tradicionais, como o café, [...]; alcança produtos como o trigo, cujo volume plantado e colhido se multiplica; implanta-se em muitos outros setores e se beneficia da expansão da classe média e das novas equações de um

https://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66. Acesso em: 8 out. 2020a.

-

¹⁸ PML. **Dados populacionais**. Evolução da população residente do município de londrina – 1940/2010. Disponível em:

consumo popular intermitente, [...]. A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito, servem como impulsão à expansão industrial.

Londrina, ainda que com suas singularidades locais, não escapa às conjunturas de um país, então, globalizado.

No processo de declínio da produção agrícola cafeeira, Londrina diversificou e modernizou seu setor primário, enfatizando culturas cerealistas, tais como soja, milho e trigo: "Com o início do desenvolvimento da agroindústria — especialmente através das cooperativas de produtores rurais — e a implementação das atividades de comércio e de prestação de serviços, algumas cidades se firmam cada vez mais como polos" A incapacidade dessas culturas em absorver a mão de obra do plantio de café, além da referida modernização agrícola a partir de 1960, impulsionou a urbanização no município consoante um significativo êxodo rural: "Agora, milhões de homens, mulheres e crianças serão arrancados do campo pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito, que deve ser honrado sob a pena da perda da propriedade ou da posse" (MELLO; NOVAIS, 1998, p.579-580). Diante desse quadro, as cidades tornam-se alternativas para a população rural frente às constantes e extenuantes migrações às fronteiras agrícolas — os atrativos na qualidade da vida urbana, descritos anteriormente, corroboram para esse processo. Desse modo, cerca de 40% da população rural brasileira da década de 1970 visa a esperança migrando para as cidades.

Segundo os censos demográficos do IBGE, em 1960, Londrina apresentava mais de 130.000 habitantes, com cerca de 57% do total da população residindo, agora, em zona urbana. Nesse período iniciante da segunda metade do século XX, o setor terciário, de comércio e serviços, é o que absorve essa significativa mão de obra urbana disponível em Londrina, representando 67% da produção citadina nos anos de 1980 – enquanto o setor secundário correspondeu a 29% e o setor primário a 3,8% (JANUZZI, 2005, p. 91). Nos anos de 1970, a criação da Universidade Estadual de Londrina e, posteriormente, de outras faculdades, contribuíram para o crescimento populacional do município e da expansão em seu setor terciário. A consolidação do nosso meio técnico-científico-informacional expandiu também as "formas de produção não material", tais como – além da educação -, a saúde, o lazer e a informação. (SANTOS, 1993, p.38). De fato, esse movimento histórico desencadeado no

.

¹⁹ P., P.R.. Década de 70 marca o apogeu da "soja society". **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993. Paraná Especial, p.14.

decorrer da década de 1960 gerou um círculo vicioso, caracterizado pela especialização progressiva do trabalho e do território, que confere expressiva mobilidade às cidades.

De maneira geral, portanto, a sociedade brasileira ostentou uma explosão demográfica no pós-guerra, decorrente tanto de elevadas taxas de natalidade quanto de acentuadas reduções nas taxas de mortalidade que, em certa medida, relaciona-se ao próprio movimento expressivo de urbanização — as condições da vida urbana favoreciam o aumento na expectativa de vida. As cidades, desse modo, vivenciam um crescimento substancial e sustentado, com menos oscilações; a importância das capitais nesse processo é relativizada, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo; e se o espaço citadino brasileiro é identificado, a princípio, por suas funções administrativas, nesse momento, a cidade capitalista caracteriza-se, fundamentalmente, por sua dimensão mercantil. Londrina, em particular, é significada nesse movimento capitalista mais amplo de industrialização (sobretudo a agroindústria) e urbanização acelerada.

No âmbito da experiência subjetiva dessa modernidade, essas profundas e recorrentes transformações/inovações traduzem-se como aceleração. A Folha de Londrina exibiu a seguinte matéria acerca de determinada exposição no Cine Teatro Ouro Verde sobre o cinquentenário da cidade, em 1984:

Um filho de imigrantes italianos quase realizou o sonho. Odilon Cotrim, 52 anos, há 6 é zelador do Cine Teatro Ouro Verde. "Viemo pra uma empreitada de café. Deu até um dinheirinho e compremo uma terrinha". A filha casou e ele, influenciado pelo genro, vendeu o sitiozinho e veio morar na cidade. Já conseguiu pagar uma casa. Odilon, que antes empunhava rastelo, enxada e abanada os vermelhos grãos na peneira, tem agora nas maõs rodo e vassoura para limpar o chão urbano da sala de projeção e o saguão do teatro. [...]. "Seo" Odilon já acabou o serviço. Tirou o guardapó e pita um cigarrinho enquanto olha atento às paisagens que mais lhe chamam a atenção. São lavradores espalhando no terreirão o café para secar. As plantações bonitas. As mulheres abanando o café. Odilon tem saudades. Ele não sabia fazer outra coisa, antes de vir para a cidade. Agora não conversa mais com os colonos nas noites de lua cheia. Quando um amigo vem visitar a família, não se contam mais histórias. "Sabe o que é? Não tinha televisão. Agora a gente não tem gosto de ir na casa dos outros. Eles dão mais atenção pro aparelho do que pra gente. É triste". O exlavrador não tem esperanças de voltar para a roça. Sabe que não dá mais. Cultiva no fundo de casa sua hortinha. Não vê televisão, nem assiste filmes no cinema que limpa todos os dias. À noite ouve o radinho de pilha ou vai à missa. Tenta não se dar conta do presente, mas é impossível. O ônibus o traz para o trabalho. Em vez do canto do galo, o relógio o desperta. Só a comida continua fria na marmita.²⁰

-

²⁰ GAIRADO, Ciça. História casual. Três figuras que conheceram os tempos de ouro da cidade se encontram casualmente a exposição que mostra os "50 anos de Londrina" e relembram os dias em que esta terra reservava outra paisagem para seus habitantes. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 ago. 1984. Caderno 2, p.13.

O trecho denota as inovações e adaptações necessárias aos sujeitos do século XX, no contexto da urbanização acelerada; bem como evidencia desejos e frustrações de épocas distintas. Estratos de tempo e velocidades múltiplas coincidem na existência do sr. Odilon. Se o presente se configura como o *locus do* passado e do futuro, aquele futuro conscientizado da modernidade, múltiplo em suas possibilidades, desde meados do século XVIII, apresenta um espaço ampliado e significativo na percepção social dos agentes de meados do século XX, orientando os sentidos de sua existência, tais como a "empreitada do café" e, posteriormente, a migração para a zona urbana. Há um distanciamento progressivo entre as experiências e as expectativas dos sujeitos que se traduzem, novamente, como aceleração. O ritmo da vida urbana nas grandes cidades, em meados do século XX, se modifica substancialmente e expressa tal processo, tão distinto dos ritmos no campo. Em síntese, a experiência temporal se modifica; afinal, "a técnica da vida na cidade grande não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas em um esquema temporal fixo e supra-subjetivo" (SIMMEL, 2005, p. 580).

O próprio tempo, logo, se moderniza, expresso, por exemplo, na construção permanentemente sofisticada do relógio: "[...] a auto-regulação em relação a uma cronologia só se instaurou muito progressivamente ao longo da evolução humana. E foi num estágio relativamente tardio que o 'tempo' se tornou símbolo de uma coerção universal e inelutável". (ELIAS, 1998, p.21). Ou seja, no advento da modernidade, o tempo transforma-se em uma instituição social coercitiva que, como parte do processo civilizador, constrói hábitos sociais de autodisciplina que corroborem com as necessidades do sistema capitalista vigente – expresso, por exemplo, no tempo do despertador. No sistema prisional, inclusive, o tempo torna-se métrica para as sentenças. Nesse sentido, a progressiva tecnicização da vida moderna é percebida como velocidade aos sujeitos, que tentam "não se dar conta do presente, mas é impossível". Ou seja, o ritmo acelerado e cronometrado da vida urbana decorre dessas experiências da modernidade. Tal período reveste-se de um otimismo que tende a mascarar a realidade social. Esse perfil é reforçado, em geral, pelos setores de comunicação contemporâneos, tal como as edições comemorativas da Folha de Londrina, no aniversário da cidade. Os anos de 1980, por sua vez, explicitam as contradições que estavam sendo vivenciadas durante essa experiência da modernidade.

Milhões de brasileiros migraram da zona rural para as cidades entre as décadas de 1950 e 1980. Londrina concentra, nos anos de 1980, mais de 300.000 pessoas; 88% delas residentes

em zona urbana.²¹ Um processo de urbanização tão acentuado em curto "espaço temporal", indubitavelmente, elenca inúmeros problemas à sociedade:

A cidade hoje povoada por malucos pichadores de muros, centenas de universitários à procura do incerto "status quo", bóias-frias, travestis, prostituas, comerciantes, ricaços (herdeiros da nobreza interiorana do café) e milhares de pobres espalhados em bairros e favelas, foi na década de 30 o Éden futurâmico dos aventureiros de 31 nações do planeta. Independente de raça ou credo, húngaros, chineses, japoneses, ingleses, alemães, italianos, portugueses e tantos outros se encontraram no meio de densos alqueires de mata virgem fincada na terra roxa. Todos acreditaram na proposta da Companhia de Terras Norte do Paraná, que anunciava: "Lá a terra é boa e tem muita mata pra derrubar". Eles tramaram tudo certo. Pra eles, é claro. [...]. Hoje, Londrina, como o resto do país, ainda procura seu perfil sócio-cultural. O econômico é fácil identificar. A maioria vive mal ou sobrevive apenas. Para esperançosos migrantes vindos em caravanas no trem – que parava em Jatahy, hoje Jataizinho – em busca de um pedaço de terra, não restou senão um barraco no "Grilo da Caixa Econômica", ou quatro espremidos cômodos em uma casa do BNH e mais o aperto diário para pagar as prestações atrasadas. Por sorte ou acaso, alguns deram certo²².

Tal como expresso no discurso do sr, Odilon Cotrim, a esperança concreta quanto ao futuro dos citadinos, apresentado nos primeiros anos da colonização de Londrina — e cujos elementos ainda identificam os londrinenses nos anos de 1980 — reveste-se em desilusão. Na referida década, em comemoração aos 50 anos do município — a Folha de Londrina publica um texto futurista, cujo presente era datado no ano de 2024:

Londrina acompanhou as mudanças da virada do século. Há grandes bairros, praticamente autossuficientes, ligados por largas avenidas que substituem a caótica malha viária dos anos 1970, 80. Não é para menos: os países mais adiantados atingiram uma tecnologia que possibilita ao homem fazer o que bem entenda. Até destruir o planeta, se desejar, em segundos. Mas este perigo não existe mais. Agora que a raça humana viaja pelo espaço a procura de outros lugares como a Terra e estes lugares não são encontrados no sistema solar e tão pouco em algumas estrelas mais próximas, através de sondas cósmicas, o homem parece ter aprendido que seu planeta deve ser preservado. Contudo, a vegetação e os animais primitivos foram banidos. Por isso as lavouras periféricas, com espaços hipercontrolados e controle químico, não seduzem os homens como em outras épocas. [...] — Estive pensando, como será esta cidade daqui a dez anos, no seu centenário? O que você acha, Cacá? — O futuro... Dez anos...

_

²¹ PML. **Dados populacionais**. Evolução da população residente do município de londrina – 1940/2010. Disponível em:

https://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66. Acesso em: 8 out. 2020a.

²² GAIRADO, Ciça. História casual. Três figuras que conheceram os tempos de ouro da cidade se encontram casualmente a exposição que mostra os "50 anos de Londrina" e relembram os dias em que esta terra reservava outra paisagem para seus habitantes. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 ago. 1984. Caderno 2, p.13.

É tão imprevisível o futuro, é uma temeridade falar em como seria. Prefiro dizer que agora ela é muito gostosa. É a nossa cidade".²³

Apesar da projeção em 2024, o texto traduz o presente dos autores: 1984. A frustração em relação a esse período é notória, tanto nas referências diretas a essa década e aos anos precedentes, quanto na descrição de um futuro sombrio e das expectativas limitadas para o "centenário". Ao final da publicação, os autores reportam-se e privilegiam em seus desejos o tempo presente.

Esse movimento é também percebido no âmbito do Cadeião da cidade. Associado ao otimismo do século XX, a acentuada superlotação das cadeias públicas ilustra as desigualdades criadas pelo sistema capitalista:

O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais "econômicos". Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as "virtudes" exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio. (MELLO; NOVAIS, 1998, p.581).

Essa mercantilização dos sujeitos pode ser observada na crescente individualização dos habitantes urbanos, cuja insensibilidade em relação a alteridade transforma a vida cotidiana em uma "vida anímica" (SIMMEL, 2005), tal como expresso no discurso de Odilon Cotrim.

A cadeia pública de Londrina, nos anos de 1953 e 1963, foi reformada e ampliada. Essa necessidade corrobora com o crescimento da cidade e evidencia outro aspecto da modernidade: sua barbárie. De fato, embora a instituição prisional represente um movimento civilizacional — à medida que a lógica da punição é substituída pela lógica da ressocialização —, sua existência pressupõe que outras instituições socais, entre as quais a escola, já falharam. Com o título "Espancamento e extorsão: mais um caso", o jornal "Panorama" exibiu o seguinte caso no Cadeião, década de 1970:

Quando Alcides foi preso, sob acusação de "furto de automóvel", no dia 23 de fevereiro passado, traria consigo um cheque de 22 mil cruzeiros, obtidos com a venda de seu carro. Saiu da Cadeia de Londrina oito dias depois, com apenas dois mil e quinhentos cruzeiros, em dinheiro. [...]. - A única coisa que pedi, quando fui preso, foi para ouvir o advogado que trabalhava para mim há uns dez anos, o Abis Doce. Mas o sargento Arthur não concordou: ele disse que meu advogado tinha de ser outro que ia me tirar dali "fácil-fácil". [...]

²³ MONTEIRO, N.; PEREIRA, E. O retrato aos 90 anos. **Folha de Londrina**, Londrina, 08.dez. 1984. Acervo NDPH, Folha de Londrina, Cidades, 2028 (CD 08).

Finalmente, Alcides disse que acabou confessando "o roubo" após ser torturado. Mas não diz por quem:

- Depois de uma "sessão de carícias", eu confessei e me fizeram deixar dinheiro por [sic] caso ser esquecido. Saí dali apenas com dois mil e quinhentos cruzeiros. Nem perguntei do resto, nem disseram coisa alguma. Só sei que esse dinheiro eu já perdi e o que não quero, agora, é que venham aqui em casa ameaçar minha mulher e meus dois filhos por isso.²⁴

Desse modo, apesar da premissa de políticas racionalizadas e humanizadas nas prisões modernas, a contradição também qualifica a modernidade.

De fato, não há nada mais óbvio para demonstrar a contradição da "modernidade" do que o sistema penitenciário. A cadeia pública de Londrina era cenário recorrente nas denúncias midiáticas acerca de inúmeros casos de corrupção, tortura, superlotação e ineficiência do sistema carcerário londrinense. Embora estivesse prevista a construção de um minipresídio em Londrina desde 1984 – a fim de desativar ou, ao menos, desocupar as celas do Cadeião –, e que tenha ocorrido, inclusive, breve interdição da cadeia em 1989, além de outra prevista em 1992, o novo espaço prisional foi inaugurado apenas dez anos depois. Neste mesmo ano, em 1994, o Cadeião foi, finalmente, desativado²⁵: "a expectativa das autoridades policiais é que, com a inauguração do minipresídio, sejam enterradas de vez as histórias de fugas, mortes, maus-tratos, doenças e superlotação que marcaram cada dia do prédio da Cadeia Pública [...]"26. Se as expectativas de inauguração do Cadeião remetiam ao futuro, explicitando confiança nesta dimensão temporal; em sua desativação, nesse último discurso, as expectativas voltam-se para o passado; fundamentalmente, para o apagamento dessa história. Há uma modificação, portanto, nas expectativas dos sujeitos a partir das vivências no decorrer do século passado mudanças expressas em fontes anteriores, inclusive, e que serão discutidas no capítulo seguinte. E a cadeia pública, desse modo, nas perspectivas dos sujeitos históricos, transita entre utopia e distopia ao atravessar cinquenta anos do século XX.

2.2."VAZIOS URBANOS": PROPOSTAS, DISCURSOS, USOS RELATIVOS AO CADEIÃO DE LONDRINA

_

²⁴ ESPANCAMENTO e extorsão: mais um caso. **Panorama**, Londrina, 08 mai. 1975. Violência, s/p.

²⁵ Não é objetivo dessa dissertação narrar o episódio específico de desativação da cadeia pública; mas elencar processos urbanos ao longo do século XX que corroboraram para esse evento, tal como efetivado no primeiro subcapítulo. A ênfase no acontecimento de desativação foi evidenciada, conforme mencionado na introdução, em minha monografia.

²⁶ BIANCHI, Bene. Velha cadeia. História de fugas e superlotação. **Folha de Londrina**, Londrina, 26. jan. 1994. Londrina, Folha Paraná, p. 01.

Concedida à Folha de Londrina, em 2004, o trecho a seguir expressa a opinião de Jurandir Gonçalves André – ex-delegado-chefe da 10^a Subdivisão Policial de Londrina – acerca da situação do edifício em que funcionou a terceira cadeia pública do município, ou o "Cadeião de Londrina", dez anos depois de ser desativada:

"Deveria ser tudo demolido para dar lugar a outro prédio público. Não sei até que ponto vale a pena preservar como patrimônio um imóvel que foi palco de tantos problemas e tanto sofrimento. Mas é preciso dar uma destinação. O que não dá é para continuar do jeito que está".²⁷

Nos dez anos subsequentes a essa declaração, aproximadamente, o prédio permaneceria "do jeito que está". Entre 1994 e 2013 – quando, de fato, se iniciou a movimentação na antiga cadeia pública de Londrina para as obras de restauro –, esse espaço caracterizou-se como um vazio urbano no centro histórico do município; ou seja, um local, aparentemente, sem utilidade, abandonado. No entanto, o que é, concretamente, um "vazio urbano"? Quais os sentidos passíveis de serem assumidos por esse espaço urbano, denominado vazio, no contexto citadino? Quais leituras desse "vazio" são possíveis à luz da historiografía e, essencialmente, de uma historiografía do tempo presente? O presente subcapítulo elucida tais questionamentos no decorrer de sua narrativa, e seu título remete à discussão elaborada pela historiadora Cristina Meneguello.

Em artigo publicado no livro "Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas" (2009), Meneguello, ao relacionar espaços e vazios urbanos, posiciona-se contrariamente à opinião do ex-delegado-chefe, que, entretanto, não foi o único a expressar seu desagrado pelo cenário da antiga cadeia pública. A autora reflete que, se outrora era possível definir um espaço urbano a partir do que não se considerava urbano – por exemplo, conforme a autora, o campo em relação à cidade industrial –, em cidades contemporâneas essa polarização é inviável, e propõe discursar, desse modo, a respeito "da tensão entre o construído e desconstruído" (MENEGUELLO, 2009, p. 128). Por sua vez, os vazios urbanos, em linhas gerais – tal como denotam as terminologias referentes a eles em diversos países –, associam-se aos fenômenos de desindustrialização; particularmente, no Brasil, "à desconcentração e à reestruturação industrial, ao declínio dos ciclos econômicos e à exurbanização das atividades industriais". (MENEGUELLO, 2009, p. 129).

-

²⁷ 'CADEIÃO' traz tristes lembranças. 16.jun.2004, Folha de Londrina, Londrina, Folha Cidades. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cadeiao-traz-tristes-lembrancas-493451.html. Acesso em: 14.ago.2019.

Na relação entre espaços e vazios urbanos, propriamente, Meneguello argumenta que — na esteira de Santo Agostinho, na obra "Confissões" —, tal como as categorias memória e esquecimento são complementares e não opositoras, "o vazio urbano não é o oposto, nem o outro, do espaço urbano. Espaço e vazio são contínuos, indissociáveis e incompreensíveis um sem o outro". (MENEGUELLO, 2009, p. 127). É necessário esquecer para lembrar! Nessa perspectiva, a autora compreende os vazios urbanos como ruínas do passado, assemelhando-os às "memórias difíceis": "o prédio [...] está sem destino, em pleno centro da cidade. Dentro de suas paredes, o cadeião, que por fora não esconde os sinais de abandono, guarda traços de uma história triste"²⁸. Memórias que, portanto, "se qualificam em seu próprio sentido de ausência e vazio". (MENEGUELLO, 2009, p. 134). Evidentemente, a autora tece tais reflexões em defesa da preservação do patrimônio industrial, no qual desenvolve muitas de suas pesquisas.

A partir dessas considerações, embora a discussão patrimonial não seja norteadora do presente texto, essa discussão atravessa a narrativa urbana; e conquanto a desativação do objeto dessa pesquisa não se relacione, diretamente, aos processos de desindustrialização, este evento está articulado, conforme vimos, aos processos mais amplos de industrialização e urbanização em Londrina. Desse modo, considerando-se a interpretação do conceito como "ruínas do passado" e sua "qualificação na ausência" é possível ressignificar a expressão "vazio urbano" e refletir o espaço do Cadeião como tal entre os anos de 1994 e 2013; ano em que, efetivamente, se iniciaram as obras para a construção do centro cultural. A importância da leitura de Meneguello reside em sua advertência para as significações possíveis aos vazios urbanos, para além de convites à "experimentação urbanística e artística", ou seja, para seu valor inerente (MENEGUELLO, 2009, p. 130). Assim, perscrutamos as décadas em que o Cadeião de Londrina esteve desativado a fim de atribuir sentidos a esses anos, discorrendo não apenas a respeito da negligência das autoridades públicas, mas das propostas, dos discursos e das (sub)utilizações que envolveram esse espaço público à luz das discussões referentes fenômeno urbano nas cidades contemporâneas.

A matéria da Folha de Londrina referida no início desse subcapítulo – a saber, "Cadeião traz tristes lembranças" – elucida, em linhas gerais, o desenrolar nas duas décadas em que o Cadeião esteve desativado, bem como o desdobramento da discussão neste tópico da dissertação:

A diretora do Patrimônio Histórico-Cultural de Londrina, Vanda de Moraes, lembra que desde a época de sua desativação, em 1994, surgiram

2

²⁸ SANTIN, Wilhan. Cadeião: o "inferno" abandonado em Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 04 set. 2008. Disponível em:https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cadeiao-o-inferno-abandonado-em-londrina-653738.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

várias propostas. "O Estado chegou a se manifestar no sentido de ceder recursos para transformá-lo em uma escola de música, mas a ideia não vingou. Hoje não existe nenhum projeto encaminhado para o local, que vem adquirindo um perfil cultural". [...]. Segundo ela, seja qual for o destino, a intenção da Secretaria de Cultura do município é desenvolver um projeto que preserve a sua memória²⁹.

Esse recorte, de 2004, ilustra o desmazelo das autoridades públicas reservado ao Cadeião de Londrina durante anos.

Ao pesquisar na imprensa e nos documentos da Câmara de Vereadores de Londrina algo que explicasse o fato de a antiga cadeia pública ter estado vinte anos desativada, mesmo localizada no centro do município, expectava – desde a escrita de minha monografia a partir de 2016 – encontrar dados concretos que explanassem sólidos projetos elaborados e as respectivas justificativas para a não execução dos mesmos. Nas fontes – sobretudo, nas entrevistas e nos periódicos, nos meses após a desativação da cadeia em 1994 e a partir de 2008, em um movimento das políticas públicas municipais em relação ao patrimônio histórico-cultural da cidade –, há indicação de carência de verbas ou outros trâmites burocráticos, divergências políticas ou mesmo debates públicos a respeito da destinação do prédio. Todavia, esse espaço esteve, predominantemente, invisibilizado no campo das discussões políticas.

Assim, tal qual a síntese elaborada pela então diretora do Patrimônio Histórico-Cultural de Londrina, Vanda de Moraes, nos meses subsequentes à desativação da cadeia houve escassas menções e propostas para o espaço nas mídias – algumas vezes, nas reuniões da Câmara Municipal e, moderadamente, nas leis orçamentárias anuais da cidade. É necessário, desse modo, refletir por que o edifício da antiga cadeia pública foi silenciado nas pautas da cidade. De qualquer modo, problematizo os rastros presentes em minhas fontes – fundamentalmente, no recorte, a imprensa e as entrevistas: o que as propostas pensadas para o Cadeião dizem a respeito das cidades contemporâneas? Afinal, as possibilidades (ou ideias) são da ordem de apreensão do historiador do tempo presente.

A primeira proposta oficial para o Cadeião desativado foi protocolada em 14 de abril de 1994, o Projeto de Lei PL001171994³⁰, de autoria do ex-vereador Renato Silvestre de Araújo. Não por acaso, o projeto arquivado previa a construção de um museu naquele espaço urbano, a

³⁰LONDRINA. **Projeto de Lei PL001171994**. Denomina Major Achilles Pimpão Ferreira o museu a ser construído na área pública localizada entre as ruas Sergipe e Brasil e a Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, da sede do Município. Londrina, PR: Câmara Municipal, 1994. Disponível em: https://www.cml.pr.gov.br/cml/site/projetodetalhe.xhtml?codigoproj=PL001171994&codigo=PL001171994>. Acesso em: 30. nov. 2020.

-

²⁹ 'CADEIÃO' traz tristes lembranças. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 jun. 2004. Folha Cidades, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cadeiao-traz-tristes-lembrancas-493451.html. Acesso em: 14 ago. 2019.

ser denominado "Major Achiles Pimpão Ferreira"³¹. Faz-se necessário um parêntese para reportar o episódio de demolição/manutenção do edifício do Cadeião. Em entrevista, o arquiteto Antônio Carlos Zani, participante dos protestos contra a demolição da cadeia em 1994, explicita os trabalhos de valorização do patrimônio histórico (não apenas arquitetônico) que, à época, desenvolvia com seus alunos na UEL, bem como sua participação no Inventário do Patrimônio Cultural de Londrina (IPAC – projeto de extensão da UEL, iniciado em 1986), e narra o evento do seguinte modo:

Então, estávamos – com os alunos também, todos afiados para a defesa do patrimônio público, não é? E que fosse um patrimônio histórico, não só arquitetônico, mas que tivesse um valor simbólico para as pessoas. E aí nós estávamos dando aula, não tinha nada a ver com patrimônio, era aula de projeto, eu e o Marcos Barnabé, quando alguém ligou para ele e falou: "Olha, vão demolir Cadeião!". E o Marco: "Mas nós não podemos deixar demolir o Cadeião, imagina, de jeito nenhum!". Nós mobilizamos alguns alunos aqui, 20, 30 alunos... lembro-me que era um dia a tarde, e nós fomos para lá. Chegamos lá e realmente cercamos, com os alunos, cercamos. O Tavares [José Tavares da Silva Neto, à época, Secretário Estadual de Justiça] estava em cima do trator e queria demolir, e começou a demolir... polícia, aquilo cheio de polícia, não é?! Lá estava eu, aqui da UEL, eu e o Barnabé, professores, e tinha um funcionário que, hoje, ele é professor da UNIOESTE em Francisco Beltrão, que é da área de Ciências Sociais, o Adilson Alves. Adilson estava com a gente também. Nesse meio tempo, aparece o Domingos Pelegrini, o "Dinho". E o Dinho e o Barnabé eram grandes, eu era baixinho; eu ficava era na reta guarda! O Dinho e o Barnabé chegaram na frente da máquina e "uaar"... Ou seja, quando o Tavares viu que não ia dar, que estava cheio de aluno, ele desistiu. Ele queria de qualquer jeito, mas o próprio cara da máquina falou: "Não, não posso"... e parou!³²

De fato, empreendida nos últimos anos, o movimento de consolidação democrática nos Estados ocidentais implicou em uma democratização das estruturas políticas, inclusive relativas às políticas públicas, que incluem setores educacionais, de seguridade, ambientais, culturais, de segurança, entre outros. Nesse sentido, democratizar memórias de grupos marginalizados e/ou de fenômenos dolorosos tornou-se sinônimo de justiça social³³. Compromissos internacionais, que emergiram após os anos de 1980, ressaltam a importância dos espaços museais, por

_

³¹ Achiles Pimpão Ferreira exerceu o cargo de delegado de polícia em Londrina pela primeira vez em 1938, e tornou-se bastante conhecido por sua austeridade em um período de elevado índice de criminalidade na cidade. O jornalista Marinósio Trigueiros Filho, no livro "Porões da delegacia de Polícia" – primeira edição em 1979 –, menciona uma das vítimas do Capitão e assim descreve, brevemente, suas ações: "Fui preso muitas vezes. Estou vivo por milagre'. [...]. Levavam pras barrancas do rio Tibagi. Lá a gente levava uma surra de chicote. Obrigavam a gente a beber uma caneca cheio de óleo de rícino, depois jogavam a gente no rio. Tudo debaixo de muita bala. Era uma desgraça'. [...]. Capitão Pimpão começava a vencer a batalha contra a criminalidade. Por sua ordem, os bordéis fechavam à zero hora. Bebidas alcoólicas proibidas. Aliás, com esta medida, o Capitão Pimpão assinou seu fim". (TRIGUEIROS FILHO, 2013, p.33).

³² Depoimento de Antônio Carlos Zani concedido a mim em 16 set. 2019.

³³ Cf. BENCHETRIT; BEZERRA; CHAGAS, 2008; RICOEUR, 2007.

exemplo, na reconciliação com passados traumáticos. Projetaram-se, assim, museus do holocausto, museus das ditaduras militares e "museus de prisão" ³⁴. A respeito dessa dinâmica, o professor Zani argumenta, entretanto, que "já estava se preservando alguma coisa, mas não cadeia, não é?! Quando se fala em 'cadeia', o sujeito diz: 'preservar para quê uma porcaria dessa'? [...] Eu acho que tinha que preservar, não é? 'Onde era a cadeia? A cadeia era aqui'?" ³⁵. Seu depoimento, de fato, expressa outros movimentos – embora igualmente concernentes ao âmbito patrimonial. O sentido de preservação apresentado por Zani se refere, fundamentalmente, à história do edifício na cidade. Curiosamente, o professor também se reporta ao "valor simbólico" do Cadeião para as pessoas, ao mesmo tempo em que revela:

Não pense que a população ficou satisfeita com a gente! Houve pessoas ali que não queriam não [preservar] ... "Imagina, tem que derrubar, isso é coisa ruim, tem que derrubar!" [...] Depois nós ficamos sendo criticados por colegas aqui, "por que nós tínhamos feito isso"? ... Ora, fez parte da cidade, como não?!³⁶

Sem dúvida, essa sensibilidade em relação à antiga cadeia pública encontra-se em suas memórias acerca do espaço que conhecia cotidianamente desde os nove anos, quando passou a residir em Londrina.

Eu era engraxate, engraxava sapato, né, [incompreensível]. E eu almoçava, pegava almoço na caixinha de sapato e ia pela linha levar almoço para meu irmão que trabalhava no Posto Ouro Verde, ficava ali na rua Rio Grande do Norte com a Duque de Caxias. E todo dia eu passava pela linha em frente ao Cadeião. Todo dia, aquilo para mim era uma imagem consagrada, todo dia eu passava ali. [...]., tinha contato direto, então de certa maneira já para mim representava alguma coisa, né, e para a população também, né, porque todo mundo estava acostumado com aquela imagem do "Cadeião amarelo da Sergipe", né, porque na verdade, é, você não tinha ainda aquela, quando eu passava, você não tinha aquela rua Benjamin que passava atrás, você só tinha a linha, e como eu passava na linha, eu vinha pela linha que era mais rápido, eu vinha pela linha, né, para levar almoço. Todo dia eu passava no fundo do Cadeião, não tinha esse negócio. Então é esse meu contato com o Cadeião.³⁷

Retornando à proposta museológica esboçada no Projeto de Lei PL001171994, vinculada à manutenção do Cadeião, conquanto as fontes pesquisadas não esclareçam os motivos do arquivamento dessa proposição para a antiga cadeia, é necessário refleti-los à luz das sugestões evidenciadas (ou negligenciadas) pela imprensa, que não demonstrou, em suas

³⁷ Idem.

³⁴ Conforme mencionado, a presente dissertação não visa incorrer em uma perspectiva patrimonial em sua narrativa. Entretanto, nas múltiplas dinâmicas que envolvem o espaço urbano objeto deste trabalho, não é possível deixar de aludir à discussão, tão inerente ao tempo presente, ainda que de maneira breve.

³⁵ Depoimento de Antônio Carlos Zani concedido a mim em 16 set. 2019.

³⁶ Idem.

páginas, a mesma sensibilidade apresentada pelo arquiteto Zani. A análise do periódico "Folha de Londrina" possibilita perceber a publicação prioritária dos desejos de autoridades locais e regionais referentes ao espaço urbano que não incluíam projeção museal — embora esse exercício não esgote as possibilidades de justificativas para o arquivamento do Projeto de Lei PL001171994, torna-se, de fato, um caminho para a compreensão no período.

Nesse sentido, a imprensa – fonte principal de rastros para a compreensão do "vazio urbano" – não veicula propostas concretas, por parte dos citadinos referenciados, de transformação do Cadeião em espaço museal. Ao contrário, as publicações evidenciam os anseios dos citadinos para a demolição do edifício – o que inviabilizaria, portanto, a projeção de um museu voltado à memória da antiga cadeia pública no local. Aliás, em meio às polêmicas de demolição a partir dos primeiros meses de 1994, as leituras das fontes jornalísticas permitem perceber que, em certa medida, mesmo para os londrinenses que desejavam a manutenção do prédio, não havia necessária vinculação entre a preservação da cadeia pública e sua transformação em espaço de memória. Há, todavia, duas singelas abordagens nesse sentido; em uma destas, expõe o leitor:

Transformou-se realmente em caso de cadeia a discussão em torno do antigo presídio de Londrina. A questão é se a antiga cadeia tem valor histórico. Em caso negativo, deve ser demolida para possibilitar a modernização do centro urbano. Caso contrário, deve ser conservada exatamente como está, para que a população possa verificar *in loco* o modo desumano, cruel e vergonhoso como eram tratados os presos e tomar consciência, através da história, como não se deve proceder com os semelhantes, mesmo que criminosos.³⁸

A declaração do leitor critica outra proposta que, ao contrário do espaço de memória, frequentemente era considerada para o Cadeião, a saber, sua transformação – por meio de demolição ou mesmo restauração – em shopping:

"Londrina é carente de áreas de lazer. Conservar o Cadeião em nada ajuda. Consulta popular, com urnas no Calçadão seria mais democrático. Sugiro um mini-shopping de arquitetura moderna, com calçada combinando com a do Terminal Rodoviário, com extensão visando o futuro centro de convenções".³⁹

De fato, na imprensa, ao contrário das projeções museológicas, muitas propostas vinculavam a ideia de shopping de artesanatos. E na fonte anteriormente expressa destaco a associação do leitor entre lazer e mini-shopping, ou seja, a significação da prática do consumismo como entretenimento – dimensão que será discutida posteriormente. Nesse sentido, portanto, é

³⁹ ANDRADE, Dair de. Memória. **Folha de Londrina**, Londrina, 16. abr. 1994, s/p.

³⁸ CARANI, José. Presídio. **Folha de Londrina**, Londrina, 17. abr. 1994, s/p.

necessário sinalizar para a singularidade da fonte jornalística, particularmente, a "grande imprensa", tal qual o referenciado periódico regional "Folha de Londrina" – que, "de forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro" (LUCA, 2008, p.01).

Especialista em estudos da imprensa brasileira, a historiadora Tania Regina de Luca (2008) discorre que houve "inflexão" na dinâmica desse veículo de comunicação à medida que, a partir do final do século XIX, há predomínio do "caráter industrial" em sua produção – em detrimento do artesanal que se caracterizava, essencialmente, pela luta política e não, tal como os atuais, pelo perfil mercadológico, "de negócio", no qual a publicidade tornou-se "fonte de recursos". Isto não significa, contudo, que os periódicos se isentavam de posicionamentos políticos, mas "aos poucos se delineava a distinção entre matéria de caráter informacional ou propriamente jornalística, supostamente neutra e objetiva, e o texto de opinião, que tomava posição e defendia idéias e valores". (LUCA, 2008, p.03).

Conforme a historiadora, as alterações no modo de produção da "grande imprensa" possibilitaram a ampliação substantiva e o "aprimoramento visual" das tiragens – compatíveis com os anseios de mercado –, além da especialização acentuada das tarefas. Nesse processo, não apenas a estrutura de produção se transforma, mas os conteúdos tornam-se também especializados, com seções específicas. Desse modo, no decorrer do final do século XIX e, essencialmente, no século XX,

Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano [...], delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração. (LUCA, 2008, p.02, grifo meu).

Sem dúvida, "aceleração" é a palavra que designa nossos "tempos modernos", haja vista, por exemplo, a quantidade de informações publicadas nos três meses pesquisados no periódico impresso; a saber, cerca de 40 referências anunciadas entre "Informe Folha", opinião dos leitores, matérias e reportagens de páginas inteiras. Consequências dessa exigência contemporânea aos jornais — que implica em obter e "vender" volume expressivo de informações —, são a eventual carência de consistência e, às vezes, credibilidade nas matérias. A leitura dos periódicos permitiu identificar, por exemplo, pequenos erros em datas dos eventos, inclusive do ano de inauguração do Cadeião, em 1939 — um dos textos a referenciou como 1941; outro, 1949. Em entrevista, o atual gerente do Sesc Londrina Norte, Cilas Vianna,

comentou acerca da matéria, no "Folha de Londrina", intitulada "Operário encontra osso na obra do Cadeião". A imprensa anuncia que

os trabalhadores encontraram um pedaço de osso quando reviravam a terra. Entre eles, não há dúvidas de que o material seja humano. Crença reforçada pelos túneis que eles próprios já "fecharam" no subsolo do presídio e pelo histórico de fugas e de mortes de presos do velho Cadeião. Os operários acreditam que o pedaço de osso, com cerca de 20 centímetros, seria parte dos restos mortais de algum preso que tentou escapar por um túnel e não conseguiu.⁴⁰

Segundo Vianna⁴¹, um jornalista do periódico telefonou para o presidente do Sesc, em Curitiba, a fim de confirmar a informação; mas antes que o gerente pudesse verificar e desmitificar os dados – uma vez que, conforme Vianna, tratava-se de um osso de costela bovina –, a matéria, sem dúvida sensacionalista, já havia sido publicada – e não foi retificada posteriormente.

Obviamente, outros periódicos não adentraram nesse "frenesi de publicação", próprio do perfil mercadológico, e ainda produziam seus materiais com equipamentos obsoletos ou que não compunham o quadro da "última geração" — de fato, "temporalidades e ritmos diversos, típicos de uma modernização contraditória e de um país plural, conviviam e articulavam-se de forma complexa". (LUCA, 2008, p.03). Todavia, os trechos destacados na citação anterior da autora são elementos centrais na dinâmica do tempo presente e que, de fato, resultaram em "outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social". Entre as quais, àquelas desenvolvidas no denominado shopping center.

Descrito esse fluxo de desenvolvimento da imprensa na contemporaneidade, hoje com notória presença na vida cotidiana, não é possível ignorar sua conexão recíproca com a sociedade; recíproca à medida que os periódicos – uma vez mercadoria – selecionam matérias e elaboram seções (e redações) que interessem ao seu público-alvo, corroborem com suas expectativas, e, concomitantemente, através desse processo, publicizam seus próprios interesses à população em geral – fenômeno que não deve ser negligenciado, uma vez que a "grande imprensa" se apresenta como pretensamente neutra (ou despolitizada)⁴³. Ao ponderar as

⁴⁰ AUGUSTO, Luciano; MONTEIRO, Paulo. Operário encontra osso na obra do Cadeião. **Folha de Londrina**, Londrina, 25 out. 2013. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/operario-encontra-osso-na-obra-do-cadeiao-860422.html. Acesso em: 26 nov. 2019.

⁴¹ Depoimentos de Cilas Fonseca Vianna e Patrícia Sugeta concedidos a mim em 31 out. 2019.

⁴² Por exemplo, diferentemente do "Folha de Londrina", o jornal "O Combate", fundado pelo supracitado jornalista Marinósio Filho em 1948. "O Combate" seria fechado em 1965, logo após o golpe militar. Consoante à formação de seu fundador, o veículo posicionava-se contrário à elite hegemônica de Londrina – conservadora e fortemente presente na cidade desde sua formação aos dias atuais.

⁴³ Tais reflexões surgem em consonância com a tese do historiador Carlos Fico acerca das propagandas veiculadas pelo regime militar. Cf. FICO, 1997.

relações entre jornalismo e – sua in(ter)venção da – história, a jornalista Karina Janz Woitowicz adverte acerca da necessidade de

encarar o trabalho com as notícias a partir de seus limites editoriais, efeitos de verdade, repercussões no social e, principalmente, construção da realidade pelo "dizer". Em outros termos, [...] perceber como estes elementos inerentes à discursividade "constroem" um acontecimento a partir das falas do jornal em meio a posições e interesses em jogo. (Woitowicz, 2015, pp.23-24)

Apesar de, propriamente, uma análise do discurso da imprensa não seja o objetivo dessa dissertação – ao menos em termos de estudos aprofundados acerca dos "elementos inerentes à discursividade" –, é imprescindível a compreensão de sua capacidade de persuasão, no limite, de "construção da realidade" através das informações que veicula. De fato, conforme a autora, os jornais são "produtos sociais" e, portanto, "objeto de expectativas, posições e lógicas específicas. As notícias e os fatos devem então ser encarados como situações plenas de significação, que adquirem sentido pelo modo como são representadas, produzidas e repercutidas". (WOITOWICZ, 2015, p.28). A leitura das matérias jornalísticas deve, portanto, considerar tais compreensões a respeito da grande imprensa.

Em relação às propostas para o Cadeião veiculadas na imprensa – a partir da desativação da cadeia pública até 2010, quando se iniciam as negociações com o Fecomércio –, datam em nossas seleções, predominantemente, no decorrer de 1994, envolvidas com as discussões acerca de demolição do prédio. As proposições mais explicitadas (distintas, eventualmente, na mesma matéria) são aquelas relacionadas a dinâmicas culturais para o espaço – entre as quais, para a construção de centro de música, duas destas propostas mencionam um museu (uma das quais supracitada) – e outras relacionadas a centro de artesanatos. Em seguida, àquelas relacionadas à construção de shopping (de artesanato, perfil comercial) – inúmeras vezes, algumas das quais relacionadas a outras funções culturais –, à praça – uma delas especifica "praça de esportes"–, à Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal, e à Escola de Polícia Civil (do Paraná). Além dessas, outras publicações sugerem "Casa da Ciência", um espaço para "fins educacionais", "centro de convenções", "mercado público" e outras poucas proposições evidenciam a reativação do Cadeião, virtualmente, a partir de sua reforma, em decorrência da crise de segurança pública do período.

Nos recortes jornalísticos, apesar das referências às expectativas culturais para a requalificação do Cadeião serem numericamente superiores às demais, há menos destaque em tais propostas do que na expectativa de construção de um shopping – virtualmente, de artesanato –; expectativas denotadas, inclusive, na "opinião pública" por meio de divulgação de pesquisa

(referenciada a seguir), bem como das seções reservadas à expressão cotidiana dos leitores do periódico "Folha de Londrina". Além disso, as proposições de perfil cultural na imprensa são circunscritas a autoridades públicas, embora seja necessário evidenciar os anseios do exprefeito Luiz Eduardo Cheida (PT, 1993-1997) no que tange às moções de shopping para a antiga cadeia pública, expressos desde março de 1994, durante o "impasse" da demolição do edifício: "Mesmo diante do impasse, o prefeito afirma que mandou fazer um estudo 'para criar a possibilidade do município juntar-se com a iniciativa privada e, em forma de parceria, implantar um shopping no local" 44.

No que diz respeito a essa expectativa, nos recortes de imprensa selecionados, duas matérias são proeminentes no jornal — mesmo em relação às demais propostas. Para tal pretensão — cujo projeto foi, concretamente, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) a pedido do ex-prefeito Cheida —, a imprensa apresentou, nas referidas notícias, amplo destaque através de extensão textual e veiculação de imagens, conforme se segue. A primeira delas, publicada em abril de 1994, intitulada "Pesquisa tardia revela: cadeia deve cair"45, (Anexo A) e a segunda, quatro meses depois, intitulada "Mantida a ideia de shopping no Cadeião"46 (Anexo B).

Quanto à primeira matéria destacada, a publicação traz textos relacionados, porém com distintos enfoques. O primeiro deles informa que o Instituto Canadá Pesquisas⁴⁷, de Londrina, interrogou 600 pessoas, acima de 14 anos de idade, acerca de suas opiniões quanto à destinação da antiga cadeia pública, explicitando que 73% eram favoráveis à derrubada do prédio. Inclusive nas entrevistas do Canadá Pesquisas, a instituição inqueriu, entre aqueles que defendiam a derrubada do Cadeião, que os citadinos optassem entre quatro sugestões para o espaço urbano: instituto de criminalística (31%), escola para policiais civis (27%), praça (25%) e um "mini-shopping" (17%) – sugestões que, como vimos, apareceram no decorrer das comunicações acerca do Cadeião desde o início de 1994. É significativo que o instituto ainda questionou "se comprariam num shopping localizado ao lado de uma delegacia" – a pesquisa

_

⁴⁴ UBIRATA, Paulo. Cai, não cai. Demolição da cadeia divide opiniões. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 mar. 1994. Reportagem, p.07.

⁴⁵ PESQUISA tardia revela: cadeia deve cair. **Folha de Londrina**, Londrina, 05 abr. 1994. Paraná, Opinião Popular, p.02.

⁴⁶LIVORATTI, Pedro. Mantida a idéia de shopping no Cadeião. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 ago. 1994. Planejamento Urbano, s/p. Acervo NDPH, Folha de Londrina, Geral, 1444 (CD 88).

⁴⁷ O Canadá Pesquisas, atualmente inoperante, era uma instituição privada que atuava no segmento de pesquisas de mercado. A matéria da Folha de Londrina não informa quem contratou o instituto. É significativo, porém, que a pesquisa direcione uma segunda questão acerca, especificamente, da projeção de um shopping no espaço urbano.

⁴⁸ PESQUISA tardia revela: cadeia deve cair. **Folha de Londrina**, Londrina, 05 abr. 1994. Paraná, Opinião Popular, p.02.

não menciona, entretanto, as sugestões daqueles que optavam pela preservação (que, virtualmente, poderiam sugerir espaços museais, por exemplo). De fato, embora a porcentagem dos participantes da pesquisa tenha sido menor na opção pelo shopping – apenas 17% –, o enfoque imagético da publicação na imprensa relaciona-se a essa pretensão, evidenciando o projeto elaborado pelo IPPUL. Nesse sentido, outro dos subtítulos da página é "Ippul diz que prédio da cadeia será um orgulho para a cidade", que explicita a recuperação do edifício da cadeia pública em shopping de artesanato:

> Pelo projeto arquitetônico, no lugar dos cubículos serão construídas pequenas salas comerciais para venda de artesanato, obras artísticas, discos, roupas, banca de revistas e prestação de serviços. "A ideia é um prédio comercial, inclusive como forma de conseguirmos financiar a revitalização". 49

Apesar de, na mesma publicação, a imprensa explicitar a opinião contrária do exsecretário municipal de Planejamento, o arquiteto João Bortolotti, à edificação do shopping, a conotação comercial está explícita na narrativa: "Nascido e criado nas proximidades da rua Sergipe, onde o prédio foi erguido na década de 1940, ele diz que aquela região está deteriorada e precisa de estímulo para recuperar-se"⁵⁰. Mais de uma década depois, a possibilidade de centro de compras é novamente referenciada na imprensa às vésperas da negociação com o Sesc, em 2010: "Quando o cadeião foi desativado [...] em março de 1994, diversos destinos chegaram a ser cogitados. Um projeto da prefeitura previa a transformação em shopping, ao custo de US\$ 100 mil"⁵¹. Apesar de mencionar "diversos destinos", o shopping foi a única proposta relembrada na publicação. Além disso, nos demais recortes selecionados (entre 1994 e 2010), há outras duas expressões de leitores do periódico favoráveis ao empreendimento comercial, entre as quais, de Dair de Andrade, supracitada: "Londrina é carente de áreas de lazer. [...]. Sugiro um mini-shopping de arquitetura moderna, com calçada combinando com a do Terminal Rodoviário, com extensão visando o futuro centro de convenções"52. Nesse sentido, ainda que sutilmente, é possível inferir a relevância da proposta de centro comercial a partir dos recortes da imprensa. Outra ideia com perfil comercial que também é sugerida, embora de modo singelo, é a construção de um mercado público. Assim, algumas considerações são necessárias à compreensão dessa expectativa destacada na imprensa – desejos ratificados pelo ex-prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida – e, por vezes, mesmo vinculada às pretensões culturais. Quais

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ SANTIN, Wilhan. Cadeião: o "inferno" abandonado em Londrina. **Folha de Londrina,** Londrina, 04.set.2008. Disponível em:. Acesso em: 18 nov. 2019.

⁵² ANDRADE, Dair de. Memória. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 abr. 1994, s/p.

os sentidos da articulação entre "lazer e mini-shopping", esboçada por Dair de Andrade, nas cidades contemporâneas?

A socióloga Bárbara Freitag (2006) destaca a hegemonia norte-americana nas teorias e práticas urbanas brasileiras na virada do século XX para o XXI. Tal fato se verifica, segundo a autora, na verticalização das cidades, na construção de "elevados e túneis" que privilegiam o automóvel como transporte urbano e, explicitamente, na cultura do *shopping center*, que encerrou diversas formas (e espaços) de sociabilidades. Reportando-se a essa recente "cultura urbana" de comercialização, Zani cita outro caso de intervenção em que participou:

Onde é o aterro do Igapó, ali uma grande construtora de Londrina queria fazer um shopping e o prefeito já havia doado, iam fazer ... Imagina, fazer um shopping em um aterro! Então, nós fomos lá, e brigamos, brigamos, não deixamos! Então tem várias ações assim que a gente do curso acaba, a gente vai pressionando, não é? Para evitar!⁵³

Por outro lado, para o Cadeião, o arquiteto menciona de modo mais detalhado o projeto de "mercado popular", demostrado acima pela imprensa, no qual colaborou:

Depois disso... Estava começando a gestão do Cheida; na época, foi vereador, era um cara novo e era do PT – depois ele se "bandeou", mas no início era –, e ele tinha um projeto interessante de governo municipal. Quando ele viu isso, que a gente tinha conseguido segurar [o Cadeião], viu que ele tinha que fazer alguma coisa... Então ele falou: "o que dá para fazer lá"? Como você vê, ele era um edificio quadrado, tinha um pátio no meio cheio de celinha, estava perfeito! Nós não fizemos muita coisa, para você transformar aquilo em um camelódromo, era um ... na verdade, a gente chamava de mercado popular, um mercado popular, não é? Estava fácil, e o pessoal estava precisando de espaço, porque não tinha um camelódromo... Então, falamos, vamos fazer!⁵⁴

Na esteira dessa descrição do espaço, conforme a escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo, enquanto os centros urbanos de outrora configuravam elementos de uma "identidade urbana" – com suas intempéries e ruídos, com o "claro-escuro", com as diferentes escalas das edificações e seus inúmeros anúncios –, ao contrário, o "shopping center" é padrão em quaisquer cidades contemporâneas, "cápsula espacial acondicionada pela estética do mercado" e, portanto, indiferente à cidade (SARLO, 2006, p.15). É necessário argumentar, entretanto, que mesmo os antigos centros da cidade – intitulados "centros históricos" –, embora divergentes do shopping center em termos de experiências urbanas, são também, com as devidas ressalvas, padronizados nas cidades modernas planejadas e globalizadas; sobretudo

_

⁵³ Depoimento de Antônio Carlos Zani concedido a mim em 16 set. 2019.

⁵⁴ Idem.

após os processos de revitalização vigentes a partir do século anterior – em discussão no próximo subcapítulo.

Embora a antiga cadeia não tenha sido requalificada, efetivamente, em shopping – em decorrência de discordâncias entre, à época, o prefeito Cheida e o governador Requião –, essa narrativa se insere no terreno das possibilidades. Além disso, é relevante tal pretensão nas expectativas relacionadas ao Cadeião, inserida na dinâmica das sociedades contemporâneas. Refletir as características de nossas "cidades-capitalistas" – inclusive em suas dimensões subjetivas – é fundamental no processo de compreensão mais amplo da transformação do Cadeião em Sesc Cultural. Nesse sentido, no interior dessa contemporânea "cultura urbana", como conceber as demais propostas destacadas pela imprensa – embora de maneira menos enfática – de transformar o Cadeião em praça, instituto de criminalística ou escola de polícia civil?

O desejo de transformar o Cadeião em praça foi explicitado, predominantemente, em 1994, pelo governador do Paraná, jornalista e urbanista, Roberto Requião (PMDB, 1991-1994): "A demolição do prédio da cadeia é defendida pelo governo do Estado, que pretende construir uma praça no local, e aguarda apenas cessão de mão-de-obra pela prefeitura para iniciar os trabalhos" Essa expectativa é expressa também no periódico pelo ex-diretor do Museu Histórico de Apucarana – "O local deveria ser transformado em praça arborizada, com os nomes dos que faleceram ali" – e pelo presidente, à época, da Associação Comercial de Londrina (ACIL), Farage Khouri, que sugeriu construir uma "praça de esportes" no local 57. Segundo a historiadora Júnia Marques Caldeira, na tese "A praça brasileira" (2007), a partir do século XIX, o desenvolvimento acelerado das cidades – e de seus problemas – operam transformações estruturais, morfológicas no espaço citadino e, nesse movimento,

os espaços simbólicos e tradicionais perdem significado. É o caso da praça pública que, diante do crescimento territorial da cidade moderna e do surgimento de edificações, que passam a abrigar e acolher diversas atividades praticadas nos espaços tradicionais, depara-se com um movimento de declínio na condição de local de sociabilidade. As praças passam a assumir gradativamente o papel de vazios urbanos articulados ao sistema viário e ao abrigo de monumentos. (CALDEIRA, 2007, p.196).

⁵⁵ CONSELHO debate destino da cadeia. **Folha de Londrina**, Londrina, 02 fev. 1994. (NDPH, Folha de Londrina, Série Geral, CD 88 - Imagem 1433).

MARENA, Ninger. Cadeião. Folha de Londrina, Londrina, 07. abr. 1994. Opinião, "O leitor escreve", p.02.
 UBIRATA, Paulo. Cai, não cai. Demolição da cadeia divide opiniões. Folha de Londrina, Londrina, 24 mar. 1994. Reportagem, p.07.

Apesar dessas considerações, a historiadora explicita que, embora a praça tenha perdido a relevância de outrora nos centros urbanos (especialmente política) —, ela permanece no desenho urbano contemporâneo, seja como espaço urbano de lazer coletivo local, com equipamentos esportivos, por exemplo — e, nesse âmbito, ainda espaço de sociabilidades, sobretudo de classes mais empobrecidas —, seja, simplesmente, como espacialidade urbana destinada à circulação, nas quais a dimensão estética é bastante valorizada. Portanto, nesse caso, é necessário considerar as gerações e grupos sociais aos quais pertencem os idealizadores das "praças" para a antiga cadeia pública.

Quanto à criminalística, ofício da denominada polícia científica, na imprensa, na década de 1990, a sugestão é proveniente do ex-secretário de Justiça do Paraná, José Tavares da Silva Neto: "Ele defende a construção, [...] do prédio para abrigar o Instituto de Polícia Científica. O instituto, disse ele, abrangeria o Instituto Médico Legal e os setores de criminalística e toxicologia" No Brasil, o primeiro Instituto foi elaborado na década de 1940, no Rio de Janeiro. A área, porém, foi negligenciada no decorrer da ditadura militar – retornaram os investimentos apenas a partir do período de redemocratização. Os Institutos de Criminalística são, desse modo, expoentes recentes da modernidade. Por sua vez, a proposta relativa à implantação de uma escola de policiais civis no Cadeião decorre do Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região (Sindipol). Conforme notas da imprensa em 1994, o presidente da entidade era contra a demolição do edificio, "solicitando sua reforma e readaptação para que seja instalada ali uma célula da Escola de Polícia Civil do Paraná, onde os policiais teriam formação básica e cursos de reciclagem" Portanto, em ambas as últimas proposições elencadas, é plausível considerar que os atores sociais descritos apenas propunham reformas conforme as necessidades de suas áreas.

Nesse sentido, retomando a publicação "Pesquisa tardia revela: cadeia deve cair" 60, como avaliar as porcentagens explicitadas pelo "Canadá Pesquisas", nas quais as sugestões de instituto de criminalística, escola de polícia civil e praça sobrepunham a opção por shopping? Novamente, seriam necessárias informações mais específicas a respeito dos "600 entrevistados" e que, na pesquisa, as sugestões não fossem direcionadas, a fim de analisar, de fato, a repercussão de tais propostas na sociedade. No entanto, no que concerne às pesquisas de

⁵⁸ LIVORATTI, Pedro. Governo prepara demolição da cadeia. **Folha de Londrina**, Londrina, 26 mar. 1994. Londrina, p.01.

⁵⁹ BIANCHI, Bené. Polícia quer escola no prédio da cadeia. Sindipol não concorda com demolição e pede readequação da área para instalação de sala de aula e alojamento. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 jan. 1994. Folha Paraná, Londrina, p.01.

⁶⁰ PESQUISA tardia revela: cadeia deve cair. **Folha de Londrina**, Londrina, 05 abr. 1994. Paraná, Opinião Popular, p.02.

opinião, Pierre Bourdieu (1973) argumenta que – para além das dúvidas relativas à amostragem e sua efetiva significação – as não respostas, em geral, são eliminadas nessas pesquisas, e questiona três de seus postulados implícitos, a saber, a suposição de que todos tenham uma opinião – ou são capazes de produzi-la –, de que essas tenham a mesma valoração e de que "há um consenso" acerca das questões relevantes a serem colocadas. Contudo, outra dimensão essencial discutida no âmbito da "opinião pública" é o impacto, a "força" (desiguais) das diversas opiniões. Pronunciamentos de autoridades públicas ou sujeitos de prestígio social, por exemplo, são "discursos performativos" – conforme outras reflexões de Bourdieu (1998), cujo "efeito de realidade" – expressão foucaultiana – será mais expressivo quanto maior o reconhecimento da autoridade desses indivíduos, sendo essa atribuída não apenas em decorrência dos cargos públicos ou das nomeações/titulações, mas da ressonância de suas conviçções e "percepções de mundo" na sociedade.

Conforme apontado, as principais propostas explicitadas pelo periódico "Folha de Londrina" referenciavam desejos de autoridades ou entidades locais e/ou regionais – tais como o ex-governador Robert Requião, o ex-prefeito Luiz Carlos Cheida, o ex-secretário de Justiça José Tavares e o Sindipol. Além disso, a própria seleção de "fragmentos da realidade", de depoimentos pela imprensa, ou seja, a atribuição de sentidos pela narrativa jornalística, em decorrência de sua notória presença na vida cotidiana – uma vez veículo de comunicação com expressiva circulação na cidade –, reverbera na opinião dos citadinos. Evidentemente, "tratam-se, portanto, de estratégias de criação de uma realidade que provocam efeitos na vida prática e imaginária da sociedade". (WOITOWICZ, 2015, p.42). E, nesse sentido, em certa medida – e com as devidas ressalvas –, são válidas as enumerações das propostas pelo Instituto Canadá Pesquisas. Além de tais proposições em destaque na imprensa, são citados, no decorrer dos recortes analisados, "centro de convenções", "casa da ciência", "reforma" (para reativação da cadeia, em decorrência da crise na segurança pública na década de 1990) e, genericamente, espaço para "fins educacionais".

Paralelamente à imprensa, nos expedientes da Câmara Municipal, entre 1990 e 2014, há escassas citações ao Cadeião nas atas disponibilizadas; entre essas, em 2004, o vereador Orlando Bonilha:

Diz que o prédio do "Cadeião", na Rua Sergipe, precisa de revitalização urgentemente porque está horrível. Comenta que o terreno do local pertence ao Município, por isso os vereadores precisam fazer uma articulação política para que algo seja feito para melhorar o local. Sugere

que seja criado um posto avançado do Detran no local, o que traria muitos benefícios à população.⁶¹

Por sua vez, o vereador Roberto Fú, em 2006,

Fala das obras que estão paradas na cidade. Uma vergonha, completa. [...]. Diz que há um prédio abandonado que foi invadido por oito famílias. Fala também de outra obra abandonada, o antigo Cadeião. Acha que a Casa deveria fazer alguma coisa para coibir esse tipo de coisa.⁶²

Apesar de tais declarações, o espaço urbano só será novamente referenciado nas atas municipais em 2010, quando o diretor do Sesc – Londrina, Silas Fonseca Viana, agradece a cessão do "Cadeião" e convida os presentes na Câmara a comparecerem à entrega oficial do edifício⁶³.

Há, ainda, outro grupo de sugestões previamente citadas que, numericamente, mais recpercutiu no "Folha de Londrina" – também a partir de uma autoridade – e que está presente nos documentos da Prefeitura Municipal de Londrina, entre 1990 e 2014; a saber, as propostas de perfil cultural. Nessas últimas fontes, no recorte temporal supracitado, havia projeções para a transformação do Cadeião tanto em centro musical, especificamente, quanto em espaço de produção cultural. Nas Leis Orçamentárias produzidas anualmente pela Prefeitura, a partir da Lei Orçamentária para 1998 (Lei Municipal nº 7.080, de 07/07/1997), esteve presente entre as metas a revitalização do Cadeião. Nas leis produzidas entre 1997 e 2000, havia proposta para centro musical; entre 2002 e 2004 – não houve menção no Plano Plurianual em 2001 –, já há sugestão para revitalização do espaço em centro cultural. Nos anos subsequentes, o Cadeião não é mencionado até 2010, com a Lei nº 11.068 de 09 de novembro de 2010, em que o imóvel referente à antiga cadeia é concedido em comodato ao Sesc.

Embora a conotação "cultural" seja discutida de maneira mais aprofundada a seguir, é necessário destacar que, em termos de imprensa, nos recortes, é explicitada uma proposição com perfil cultural em março de 1994, proveniente de defesa do patrimônio local. Não por acaso, tal proposição advém do então Secretário Municipal de Cultura da época, Alcides Carvalho:

Alcides Carvalho recordou Rui Barbosa quando Ministro da Justiça, que alegando "vergonha nacional" destruiu todos os arquivos sobre escravatura no Brasil. "A forma de apagar a memória negativa da cidade não é destruir, mas sim construir algo positivo sobre os fatos", filosofou. O secretário disse que apresentou um projeto ao prefeito Cheida com a finalidade de

⁶¹ CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Londrina. **Ata do expediente realizado no dia 09 de março de 2004**.

⁶² CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Londrina. **Ata do expediente realizado no dia 14 de dezembro de 2006.**

⁶³ CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Londrina. **Ata do expediente realizado no dia 07 de dezembro de 2012.**

fazer do local um Centro Cultural. A ideia é transformar as celas em lojinhas de produtos artesanais e construir no pátio central da cadeia um auditório com cúpula de vidro e mezaninos, para apresentações musicais e peças de teatro⁶⁴.

É notória a vinculação entre a dimensão cultural e comercial esboçada na proposta acima para o Cadeião – entretanto, tal relação será discutida posteriormente. Ainda nesse perfil, a ideia de centro musical, por sua vez, é explicitada na imprensa a partir das expectativas do governador Jaime Lerner (PDT, 1995-1999; PFL, 1999-2003), expressa, nos recortes, em maio 1995: "Lerner anunciou que já está com um projeto sugerido pela secretária da Criança, Fany Lerner, de transformar as instalações em um centro de artesanato. Mas não escondeu sua simpatia em fazer do antigo Cadeião um auditório para música ou teatro". A publicação ainda destaca a frase: "A dúvida: centro de artesanato ou teatro?", descartando a opção de centro de música, que prevaleceria nas propostas nos anos subsequentes, ao menos durante o governo de Jaime Lerner.

De fato, no ano seguinte à referida matéria, outro exemplar jornalístico citava o projeto do grupo artístico "Efêmeros & Perpétuos" para utilizar, temporariamente, o espaço do Cadeião em "eventos artísticos e culturais", e informava:

Depois de serem cogitadas várias propostas, o destino do cadeião foi definido em junho do ano passado, durante visita do secretário estadual de Cultura, Eduardo Virmond. O local, segundo Alcides de Carvalho, será transformado em um Centro de Estudos Musicais. [...]. O início da reforma, segundo Alcides de Carvalho, depende da Secretaria Estadual de Cultura. [...]. Ele acredita que até o final do ano as obras deverão ser iniciadas⁶⁶.

Apesar dessas declarações, o Secretário Estadual de Cultura, Eduardo Virmond apresenta justificativas para as delongas nas obras do Cadeião, já em 1997:

A exemplo da visita realizada em junho de 1995, o secretário disse que irá reformar o local e transformá-lo em um Centro de Música. Mas não disse quando a obra pode ser concluída, explicando que o projeto ainda precisa ser elaborado. [...]. Virmond acredita que as obras podem ser iniciadas ainda neste ano, mas ressalta que todo o processo é complicado, já que depende de elaboração de projeto e licitação. 67

⁶⁴ UBIRATA, Paulo. Cai, não cai. Demolição da cadeia divide opiniões. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 mar. 1994. Reportagem, p.07.

⁶⁵ BIANCHI, Bene. Lerner estuda destino do Cadeião. Folha de Londrina, Londrina, 20 mai. 1995. Patrimônio, s/p. Acervo NDPH, Folha de Londrina, Geral, 1448 (CD 88).

⁶⁶ ARTISTAS querem transformar ex-Cadeião em espaço cultural. Grupo quer recuperar história do local utilizando-o como ateliê. **Folha de Londrina**, Londrina, 09 ago. 1996. Projeto, s/p Acervo NDPH, Folha de Londrina, Geral, 1460 (CD 88).

⁶⁷ GOVERNO quer adequar Cadeião a Centro de Música. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 fev.1997. Acervo NDPH, Folha de Londrina, Geral, 1476 (CD 88).

Em 2001, outra referência à realização de centro musical é explicitada nos recortes da imprensa. Conforme o "Folha de Londrina", o ex-governador Lerner retoma a ideia de transformação da antiga cadeia pública em auditório musical – embora enfatize que a ideia estivesse "aberta a discussões com a comunidade cultural" – e, a despeito das considerações acima de seu secretário de cultura, sinaliza que quaisquer obras no Cadeião poderiam ser realizadas "em seis meses"⁶⁸. Apesar deste otimismo, das projeções, anúncios e "crenças", nenhuma destinação foi concedida àquele espaço urbano durante os dois mandatos do governador Jaime Lerner no Paraná:

Uma vez veio o Jaime Lerner, que era governador, ele veio, falou que iria fazer... ele não queria fazer mercado popular, ele queria conseguir fazer alguma coisa cultural. Ele fez, até, uns esboços e tudo, mas depois, fez os esboços e esqueceu! Não deu verba porque a Prefeitura não tinha verba, e se ela não conseguisse verba, ele não ia fazer... "pô"! Foram dando outras prioridades... "vai dando nisso", não é?⁶⁹

E conquanto a proposta de transformação da antiga cadeia pública em centro de música estivesse presente não apenas na imprensa, mas nas "metas e prioridades" das leis municipais que dispunham das diretrizes para as leis orçamentárias anuais de 1997 a 2000⁷⁰, conforme dito anteriormente, tal pretensão se dissolveu em anos posteriores⁷¹ – com exceção do breve comentário em 2004, citado anteriormente, da ex-diretora do Patrimônio Histórico-Cultural de Londrina, Vanda de Moraes dizendo que "a ideia não vingou"⁷².

A sugestão, contudo, foi retomada, na imprensa, em 2009 pelo núcleo de comunicação do portal da PML. O prefeito da época, Homero Barbosa Neto, declarou:

"O cadeião é um jóia rara. O prédio tem mais de 60 anos e desde que foi desativado em 1994, ele vem se deteriorando. Ninguém cuidou dele e hoje se encontra em péssima situação. Vamos restaurar e manter as formas originais do prédio, que precisa ter uma destinação correta. Vamos revitalizar esta área importante do centro da cidade", afirmou o prefeito. Ele explicou que no local a ideia é implantar a Escola Municipal de Música. "A equipe do Ippul vai preparar o projeto, que vamos encaminhar para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em busca de recursos". 73

-

⁶⁸ DE OLHO no cronograma. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 nov. 2001. Folha 2, s/p. Disponível em:

https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/de-olho-no-cronograma-370405.html. Acesso em: 19 nov. 2019.

⁶⁹ Depoimento de Antônio Carlos Zani concedido a mim em 16 set. 2019.

⁷⁰ Lei Municipal n° 7.080, de 07/07/1997; Lei Municipal n° 7.454, de 22/06/1998; Lei Municipal n° 7.783, de 07/07/1999; Lei Municipal n° 8.197, de 06/07/2000.

⁷¹ Na imprensa dos anos 2000, todavia, a perspectiva cultural prevaleceu no âmbito das ideias.

⁷² 'CADEIÃO' traz tristes lembranças. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 jun. 2004. Folha Cidades, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cadeiao-traz-tristes-lembrancas-493451.html. Acesso em: 14.ago.2019.

⁷³ BARBOSA Neto quer revitalizar prédio do antigo Cadeião. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 jul. 2009. Disponível em:

Em 2010, o prefeito oportuniza, de fato, a revitalização do Cadeião, mas por meio de acordo com o Serviço Social do Comércio – e não de recursos do Iphan. Mas ainda a respeito da ideia de Escola Municipal de Música almejada por Barbosa Neto, em entrevista, o ex-prefeito anuncia que

só não foi prosperando mais a questão da escola de música porque eu creio que a minha saída da prefeitura impediu que aquilo se materializasse, até mesmo também porque o espaço seria utilizado totalmente para fins educativos, culturais, [...].

Mas como eu fiquei três anos na Prefeitura e acabei também com o processo de cassação, durante um tempo muito grande perdendo força – e os vereadores não sossegaram enquanto não me tiraram da Prefeitura –, por isso acabou não acontecendo também, mas era essa a nossa intenção, instalar ali a Escola de Música⁷⁴.

Trata-se, aqui, de memória afetiva do jornalista, a partir do desejo de projetar um centro musical no Cadeião, uma vez que na Lei 11.068 de 09 de novembro de 2010 – em que se estabelece a permissão de uso ao Sesc do terreno no qual se encontrava o edifício da antiga cadeia –, já havia a definição por espaço cultural; conforme seu artigo 7°:

Parágrafo único. No imóvel de que trata este artigo (denominado "Cadeião") o SESC efetuará a reforma e obras necessárias para o desenvolvimento da área artístico-cultural, englobando atividades de música, teatro, artes visuais, dança, cinema, literatura, artesanato, bem como a instalação de auditório, biblioteca, salas para oficinas e cursos, galeria e atelier de artes, salas para ensaios individuais e práticas de grupos de música, de teatro e de dança.

Por sua vez, a gestora cultural Solange Batigliana elucida que, na Secretaria Municipal de Cultura, se discutia com "pessoas ligadas a conservatórios musicais" a possibilidade de edificar um centro de músicas no Cadeião anteriormente à gestão do prefeito Barbosa Neto. Mas, para esse caso, segundo Batigliana,

era uma situação, assim, um pouco complicada, porque [o prédio] não se adaptava exatamente para as necessidades que aquele grupo apresentava. [...] não se tinha muita certeza de que lá fosse o melhor espaço. Entendeu? Porque acho que, naquele momento inclusive, você não tinha nenhum projeto arquitetônico adequado a uma restauração, a uma reutilização do espaço.⁷⁵

A escola de música, especificamente, embora bastante sugerida no longo período de latência do Cadeião de Londrina, não se concretizou, tal qual o projeto elaborado pelo IPPUL

http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5830:29612&catid=88:cultura&Itemid=975. Acesso em: 16 ago. 2019.

⁷⁴ Depoimento de Homero Barbosa Neto concedido a mim em 23 set. 2019.

⁷⁵ Depoimento de Solange Cristina Batigliana (com participação de Marcos Roberto Parisotto) concedido a mim em 18 set. 2019.

de shopping de artesanato, ou quaisquer outras propostas veiculadas, preponderantemente, na década de 1990. Latência significa, segundo o dicionário Michaelis, "período entre o momento em que se inicia um estímulo e o começo da resposta por ele provocada"⁷⁶. Essa exposição não poderia ser mais precisa na definição do período em que a referente cadeia pública esteve desativada. Latente entre 1994 e 2014 quando, de fato, houve a inauguração do espaço urbano com atividades plenas.

Logo após a desativação da cadeia pública em janeiro de 1994, e a determinação da preservação do prédio, o prefeito do ano, Luiz Eduardo Cheida declarou: "as obras do shopping de artesanato começam no mês de abril"⁷⁷; mencionando a busca de recursos na iniciativa privada a fim de agilizar as reformas. Na década seguinte, em 2001, a sugestão não havia sido descartada:

Segundo a diretora de ação cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, Dora Barnabé, a prefeitura já começa a definir o projeto de criação do Centro de Artesanato e Artes Visuais, que funcionará no antigo prédio da Cadeia Pública, na Rua Sergipe, região central da cidade. [...] a reforma do antigo "Cadeião", não tem previsão porque o prédio precisa de uma grande reforma e não há, no momento, recursos financeiros disponíveis.⁷⁸

Assim, ambas as propostas mais incisivas para o Cadeião, a partir dos discursos das autoridades governamentais – escola de música e shopping de artesanatos, não se efetivaram interinamente; ora por ausência concreta de projeto e das "complicações do processo", ora por carência de recursos, respectivamente. Entretanto, no governo de Barbosa Neto (PDT, 2009-2011), há movimento efetivo para a requalificação da antiga cadeia pública.

Nesse sentido, serão aquelas justificativas suficientes para explicar a morosidade de determinadas políticas públicas no Brasil? Em outras perspectivas, trazida pela compreensão de Batigliana,

Às vezes, isso que no poder público é complicado, não é? Você tem o projeto de alguém, a sociedade disse 'não'! Então, se vocês não querem, eu não vou fazer nada, vai ficar lá parado até... não é?

⁷⁷ LIVORATTI, Pedro. Fim da polêmica. Requião vai manter velha cadeia em pé. **Folha de Londrina**, Londrina, 30. mar. 1994, s/p.

⁷⁶ LATÊNCIA. Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em:

http://michaelis.uol.com.br/busca?id=4bxz2. Acesso em: 15 ago. 2019.

⁷⁸ C., A. Ação Cultural já tem projeto para criação de Centro. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 jun. 2001. Folha Cidades, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/acao-cultural-ja-tem-projeto-para-criacao-de-centro-342598.html. Acesso em: 14 ago. 2019.

[...] porque você precisa ter um projeto, você precisa ter um uso, você precisa... e é o que o Marco disse, o espaço ele, afetivamente, guardava essa coisa meio trágica de ser uma cadeia, de ser uma coisa, então...⁷⁹

As propostas para o espaço urbano, não concretizadas durante quase 20 anos, evidenciam que projetos e mesmo operações iniciadas por autoridades públicas não são, necessariamente, concluídas no tempo previsto e/ou não resultam no produto esperado — nas cidades contemporâneas, os "vazios urbanos" decorrentes de obras paralisadas são exemplos, conforme o próprio vereador Roberto Fú diagnosticara. Para essa reflexão, é imprescindível o entendimento de que

[...] a história é uma mistura complexa de determinação e indeterminação, de regras e de contingência, de níveis de condicionamento estrutural e de graus de liberdade para a ação individual, em que o esperável é, frequentemente, sabotado pelo inesperado [...]. (SOUZA, 2006, p.51).80

A essas palavras acrescentaria, portanto, não apenas "liberdade para a ação individual", mas, de fato, vontade política para o empreendimento.

As propostas descritas nesse subcapítulo sugerem vontades individuais que, em sua dimensão subjetiva, expressam coletivamente, parafraseando Sarlo (2006), "o tom de uma época". Em outras palavras, a especificidade das proposições (no limite, das expectativas, e de suas repercussões nos meios de comunicação de massa) relacionadas ao "destino" do Cadeião, embora distintas, dialogam se apreciadas na dinâmica das cidades capitalistas contemporâneas; a partir das transformações (e, eventualmente, permanências) no decorrer do século XX: "Esse caráter universal, presente em cada singularidade, materializa-se em formas particulares da vida social, assumindo o estatuto de legalidade social que indica os limites, possibilidades e as tendências gerais do movimento histórico da sociedade". (REIS, 2002, p.65).

Além disso, outro elemento denota essa dimensão subjetiva capitalista própria de uma temporalidade presente; a saber, a impaciente preocupação com a "destinação" do prédio ou "essa espécie de vontade de potência produtiva" (GUATTARI, 2005, p.34)⁸¹. Trata-se de um fenômeno mais sutil do que, simplesmente, a inquietação relacionada à "imagem da cidade" veiculada por meio do "estado de abandono" do espaço urbano. Apesar disso, este último

⁷⁹ Depoimento de Solange Cristina Batigliana (com participação de Marcos Roberto Parisotto) concedido a mim em 18 set. 2019.

⁸⁰ Esse trecho deriva das reflexões do cientista social Marcelo Lopes Souza (2006) acerca dos planejamentos urbanos. Em sua obra, o autor teoriza e problematiza planejamento e gestão urbanos; que serão devidamente abordados no tópico seguinte.

⁸¹ Defendida por Félix Guatarri, a "subjetividade capitalística" será relevante às discussões subsequentes, a partir da articulação entre as dimensões cultural e comercial expressa na história de requalificação do Cadeião de Londrina.

aspecto não deve ser negligenciado à medida que, nas palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses (1984/1985, p.199), "a cidade é também a imagem da cidade". Nesse intervalo temporal que caracterizo por latência, perpetuaram-se reclamações de leitores – e mesmo da redação do periódico "Folha de Londrina" – com a situação do edifício. O radialista Octávio Martinez Gianelli, por exemplo, expressara sua indignação a respeito do Cadeião de Londrina:

Quem passa pelo cruzamento da Rua Brasil com Leste Oeste se depara com uma vergonha: o antigo prédio da cadeia pública de Londrina. Até hoje nada foi feito para demolir ou até mesmo usar para outros fins. O prédio, que está deteriorado pelo tempo e cheio de mato ao redor, pode ser um local de procriação do mosquito da dengue. O único papel que este castelo de terror pode proporcionar seria ser protagonista de um filme de terror. Quando o ex-secretário de Segurança Pública José Tavares quis demolir o cadeião foi contido pela população. E agora o que fazer? Com a palavra as autoridades responsáveis.⁸²

A crítica pontual à ansiedade de desígnio para o espaço – obviamente, sem negligenciar a displicência das políticas públicas em relação ao edifício – relaciona-se às discussões, supracitadas, de Cristina Meneguello acerca dos "vazios urbanos". Entrementes, a ausência de uma funcionalidade específica para o edifício do Cadeião de Londrina não significa que o espaço urbano não fora usufruído em sua "latência"; houve, de fato, "subutilizações".

Nos dias seguintes à desativação da cadeia pública, o espaço foi aberto a visitações e, assim, utilizado para uma "aula prática" dos discentes de Direito da Universidade Estadual de Londrina, inciativa do professor Arnaldo Godoy:

Durante uma hora os estudantes percorreram cubículos e antigas repartições, constatando a situação precária em que mais de uma centena de presos viveu até o dia 28 de janeiro, data da transferência dos presos para a Penitenciária Estadual. As inscrições nas paredes e a má conservação da estrutura palco de várias fugas de detentos, foram os detalhes que mais chamaram a atenção dos universitários.⁸³

Na década seguinte, o espaço torna-se palco para a peça "Apocalipse 1,11", do Teatro Vertigem, durante o Festival Internacional de Londrina (Filo). Conforme a imprensa,

A partir de uma releitura do texto bíblico Apocalipse, com versão final assinada por Fernando Bonassi, e direção de Antônio Araújo, o Teatro da Vertigem enfoca em quatro atos a trajetória pecaminosa da humanidade e um emblemático julgamento final. [...]. João conduz o público através da narrativa, pelos corredores e celas do Cadeião, de Londrina, que retratam 61 anos de degradação. Nas paredes, histórias que evocam um passado

⁸² GIANELLI, Octávio Martinez. Cadeião da vergonha. Folha de Londrina, Londrina, 25 maio 2008. Opinião, Cartas, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/cartas-642354.html>. Acesso em: 21 nov. 2019

⁸³ LIVORATTI, Pedro. Aprendizado prático. Estudantes de direito têm aulas no prédio da cadeia. Folha de Londrina, Londrina, 16 mar. 1994, s/p.

sombrio. À medida que transita pelos locais, João testemunha um painel das misérias humanas⁸⁴.

Novamente espaço de produções artísticas, a antiga cadeia é retratada no documentário experimental "Nem todos que são estão. Nem todos que são estão", realizado pela Kinoarte – Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina – e coordenado por Kiko Goifman. O curta, que veicula filmagens internas do espaço e narra algumas das histórias de seus detentos, foi produzido em função da Mostra Londrina de Cinema, em 2005⁸⁵. Posteriormente, na imprensa, é veiculada a informação de utilização das celas do Cadeião pela Polícia Civil, tanto para abrigo de eventuais detentos⁸⁶, quanto de objetos apreendidos – "os presos foram substituídos por diversos caça-níqueis, motocicletas e bicicletas. Objetos que parecem tão sem destino quanto o prédio que os abriga" Novamente, no trecho, a apreensão com o propósito do Cadeião.

Apesar deste destaque, portanto, os usos do edifício e a própria narrativa deste subcapítulo, fundamentada, sobretudo, nas expectativas relacionadas à cadeia pública desativada, demonstram o quanto é possível atribuir sentidos e significados a um "vazio urbano". Nesse processo de quase duas décadas, conforme mencionado, o perfil cultural é majoritário nas expectativas para o Cadeião – e, inclusive, é expresso em suas subutilizações. Proposições a respeito dessa constatação serão discutidas no capítulo seguinte. Assim, reitero o trecho da alegação do ex-prefeito Barbosa Neto: "Vamos revitalizar esta área importante do centro da cidade" O capítulo seguinte, desse modo, narra as negociações que incorreram na transformação do Cadeião em Sesc Cultural – que, invariavelmente, remetem aos processos de revitalização dos centros históricos nas cidades contemporâneas.

_

⁸⁴ FRANÇA, Francelino. As visões do Apocalipse num espetáculo chocante. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 mai. 2002, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/as-visoes-do-apocalipse-num-espetaculo-chocante-396436.html. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁸⁵ Documentário disponível online em: < https://www.youtube.com/watch?v=MGbklvy3ebM>. Acesso em: 18 nov. 2011.

⁸⁶ OGAWA, Vítor. Revitalização do Cadeião está emperrada. Folha de Londrina, Londrina, 19 jan. 2012, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/geral/revitalizacao-do-cadeiao-esta-emperrada-786969.html. Acesso em: 20 nov.2019.

⁸⁷ SANTIN, Wilhan. Cadeião: o "inferno" abandonado em Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 04 set. 2008. Disponível em:https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cadeiao-o-inferno-abandonado-em-londrina-653738.html. Acesso em: 18 nov. 2019.

⁸⁸ BARBOSA Neto quer revitalizar prédio do antigo Cadeião. **Prefeitura de** Londrina, Londrina, 14 jul. 2009, s/p. Disponível em:

http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5830:29612&catid=88:cultura&Itemid=975. Acesso em: 16 ago. 2019.

3. O TEMPO DAS REVITALIZAÇÕES. EMERGÊNCIA DO SESC CADEIÃO CULTURAL (2010-2014)

O futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade. Por isso ele também vai depender das políticas públicas que possam ser geradas [...]. Ora, a vontade política é o fator por excelência das transfusões sociais. (SANTOS, 1993, p.126).

Em dezembro de 2010, a página de notícias da Prefeitura de Londrina disponibilizou, online, a seguinte matéria:

Como parte das comemorações do 76º aniversário de Londrina, a Prefeitura de Londrina e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná (Fecomércio) assinam amanhã, às 18 h, o termo de permissão de uso para a restauração do prédio da antiga Cadeia Pública (Cadeião) da rua Sergipe, pela entidade classista. [...]. O projeto de revitalização do Cadeião terá início já no começo do próximo ano, e transforma o prédio histórico em um espaço sociocultural e turístico.⁸⁹

O Sesc Cadeião Cultural seria inaugurado apenas quatro anos depois dessa assinatura, em 10 de dezembro de 2014, igualmente em comemoração ao aniversário da cidade. O recorte referese também a dois termos importantes à discussão nesse capítulo, a saber, "revitalização" e "espaço sociocultural". Nesse sentido, as fontes possibilitam a seguinte problemática: por que uma antiga cadeia pública, desativada na década de 1990, é reinaugurada, 20 anos depois, como centro cultural? O que, a partir dessa transformação do espaço urbano, é possível apreender acerca dos movimentos citadinos no tempo presente?

Tal como no capítulo anterior, experiências e expectativas serão problematizadas nas narrativas de ambos os subcapítulos – bem como será discutida a expressão da violência nos processos de revitalização, a fim de incorrer na reflexão de uma temporalidade presente relativa às temáticas discutidas aqui. Ambas as dinâmicas referenciadas nos capítulos da presente dissertação, desse modo, se inserem nas discussões referentes à "cidade capitalista" (ROLNIK, 1995). Nesse sentido, pretendo desenvolver no presente capítulo, em consonância com o antecessor, uma narrativa que possa complexificar as (ações) políticas públicas citadinas, tendo como referencial um espaço urbano estigmatizado, denominado "Cadeião" de Londrina.

. Acesso em: 14.nov.2019.

_

⁸⁹ PREFEITURA e Fecomércio oficializam restauração do Cadeião. **Prefeitura de Londrina**, Londrina, 09 dez. 2010. Disponível em:

3.1 REVITALIZAÇÃO URBANA: O CENTRO HISTÓRICO DE LONDRINA

Outro presente recebido pela cidade foi na própria sexta-feira, dia 10 de dezembro, quando o prefeito de Londrina, Barbosa Neto, e o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná (Fecomércio), Darci Piana, assinaram o termo de cessão de uso para que a entidade classista possa restaurar o prédio da antiga Cadeia Pública (Cadeião) da rua Sergipe, e transformá-lo em um espaço cultural. O prefeito Barbosa Neto [...] lembrou que a ação da prefeitura está resgatando o patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade. "É um prédio que tem toda uma simbologia. O que antes era motivo de vergonha, em breve espaço de tempo, será motivo de orgulho", discursou. O projeto de revitalização do Cadeião terá início, já no começo do próximo ano e respeitará as características de ser um prédio histórico. Ele será transformado em um espaço sociocultural e turístico. 90

A notícia publicada pelo núcleo de comunicação da PML anuncia a formalização da cessão de uso do terreno onde estava o edifício do Cadeião – portanto, recebendo o prédio da cadeia e da $10^{\rm a}$ SDP – entre a Prefeitura e a Fecomércio. Anteriormente, o projeto de lei para a doação de terras ao Sesc (Projeto de Lei nº82/2010) foi oficializado na CML em 31 de março de 2010; tornando-se a Lei nº11.068, como vimos, apenas em novembro de 2010. Quanto à imprensa, as expectativas para iniciar as obras de restauro em 2011, entretanto, não se concretizaram. É necessário, portanto, um panorama dos movimentos que possibilitaram a inauguração do Sesc Cadeião Cultural em dezembro de 2014. A princípio, há uma expressão no trecho em destaque que deve ser discutida na dinâmica das cidades atuais; a saber, "projeto de revitalização" que, portanto, remete à prática tanto da revitalização quanto a do planejamento.

Nas últimas décadas do século XX, há um desenvolvimento espraiado nas cidades em direção às periferias devido à superlotação dos núcleos urbanos (como vimos), à especulação imobiliária e à popularização dos automóveis. Desse modo, são construídas novas centralidades, além dos processos de verticalização dos centros. Em Londrina, a explosão demográfica a partir dos anos de 1950 gerou expressiva expansão físico-territorial da cidade e contribuiu para a elaboração do primeiro plano urbanístico em 1951. De fato, em relação a zona de ocupação projetada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – para trinta mil pessoas no "tabuleiro de xadrez" e com destaque para o atual centro histórico em seu formato de "grão de café" – a malha urbana expandiu vertiginosamente. Essas significativas transformações econômico-sociais repercutiram, notoriamente, na área central de Londrina.

⁹⁰ FONTE Luminosa e restauração do cadeião: presentes para Londrina. Folha de Londrina, Londrina, 13 dez. 2010, s/p. Disponível em:

http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9903:alem-destas-obras-no-aniversario-de-76-anos. Acesso em: 26 nov. 2019.

Elaborado pelo município em 1968, um Plano de Desenvolvimento Urbano já mencionava propostas de revitalização do centro histórico, a fim de garantir acessibilidade e intensificação do fluxo econômico. Apesar do espraiamento mencionado da malha urbana, esse núcleo mantém sua centralidade em Londrina até fins de 1980, concentrando comércios e prestação de serviços, privilegiando imóveis de uso comercial — o uso residencial, entretanto, sobretudo em decorrência do processo de verticalização nos anos de 1980, não se extinguiu e permanece nos dias vigentes. (FRESCA, 2007, p.162).

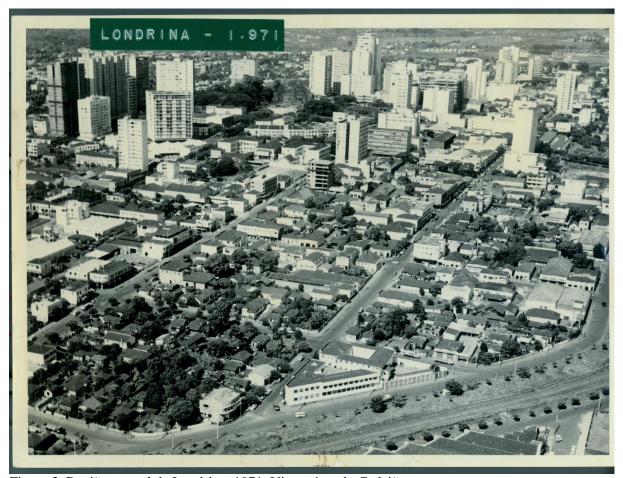


Figura 3. Região central de Londrina, 1971. Vista aérea do Cadeião. Fonte: Oswaldo Leite. Coleção Prefeitura Municipal de Londrina. Acervo MHL.

Há, na virada do milênio, mudanças expressivas no que diz respeito ao consumo de massa, ao poder aquisitivo das classes sociais e mesmo nos modelos de produção do espaço urbano. Desse modo, a partir da década de 1990, novas centralidades se impõem de maneira geral nas cidades. Em Londrina, subcentros destacam-se na paisagem urbana e o advento de um shopping center na zona sudoeste, que se concretiza como "locus" consumidor, relega o centro histórico a outras representações qualitativas:

a área central passou por certas modificações no comércio mais sofisticado e de seus consumidores; ocorreu um progressivo aumento de estabelecimentos comerciais direcionados à população de menor poder aquisitivo mediante venda em grande quantidade de produtos de preços mais acessíveis, garantindo lucros para o pagamento de elevados aluguéis na área central. (FRESCA, 2007, p.162).

De fato, esse movimento de alteração no perfil dos frequentadores do centro histórico, bem como a negligência dos poderes públicos com esse espaço urbano, ocorre com certa regularidade nas cidades médias e grandes no final do século XX.:

Você vê, a área central... com o deslocamento do... porque, é coisa de capital, né. O deslocamento é capital, estava no centro e deslocou para a Palhano [nova centralidade em Londrina, região de classe média-alta]. Então o centro ficou meio abandonado, não é?! E é um lugar excelente! Bom para morar, bom para comprar, bom para tudo, só que... tem que revitalizar, não é?! Porque se não, não responde mais.⁹¹

Desenvolvem-se, assim, os processos de intervenção nos centros históricos, políticas públicas destinados a

dinamizar, intensificar e reforçar a utilização das áreas centrais e do seu patrimônio, bem como transformar o perfil de uso popular que havia se instalado ou que ameaçava se instalar em setores considerados econômica e simbolicamente importantes". (SANT'ANNA, 2004, p.160).

Desde 1997, nas metas para "Educação e Cultura" das Diretrizes Orçamentárias Municipais para 1998, explicita-se o projeto de "Revitalizar o antigo prédio da Cadeia Pública de Londrina, transformando-o em um Centro Musical"⁹². O caso do Cadeião se insere em uma dinâmica mais ampla que visava revitalizar a rua Sergipe (figura 2) – uma das mais antigas ruas comerciais em Londrina:

O prefeito lembrou ainda que a restauração do prédio é parte da revitalização da rua Sergipe, onde está localizado, que já havia sido iniciada com o projeto "Cidade Limpa" que fez a retirada dos painéis, acabando com a poluição visual da cidade, além da recuperação de duas quadras com novo asfalto e reorganização do passeio público.⁹³

⁹² LONDRINA. **Lei Municipal nº 7.080 de 07 jul. 1997**. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do município de Londrina para o exercício financeiro de 1998, e dá outras providências. Londrina, PR: Câmara Municipal, 1997. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/l/londrina/lei-ordinaria/1997/708/7080/lei-ordinaria-n-7080-1997-dispoe-sobre-as-diretrizes-orcamentarias-do-municipio-de-londrina-para-o-exercicio-financeiro-de-1998-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 nov. 2020.

⁹¹ Depoimento de Antônio Carlos Zani concedido a mim em 16 set. 2019.

⁹³ PREFEITO Barbosa Neto entrega prédio do cadeião para Fecomércio. **Prefeitura de Londrina**, Londrina, 23 mar. 2012. Disponível em: <</p>

Embora o referido projeto "Cidade Limpa" e mesmo de restauração do Cadeião tenham sido elaborados durante o governo de Barbosa Neto, os anseios de revitalização da rua Sergipe são bastante anteriores à gestão:

A rua Sergipe — considerada a principal via comercial de Londrina — também será um de seus trechos transformados em "Calçadão", a exemplo do que se verificou com a avenida Paraná, que por sua vez, teve seu projeto baseado na rua XV, de Curitiba. [...]. A reivindicação para que o Calçadão se estendesse para a Sergipe não é nova e só não havia sido atendida ainda por falta de recursos financeiros que, segundo a Prefeitura, virão agora da Presidência da República [...]. A área a ser abrangida [...] terá diversas cabines de telefone público, além de floreiras e bancos, com a iluminação sendo feita através de luminárias idênticas as que são utilizadas na avenida Paraná. Não será permitida a instalação de nenhum quiosque na área, "para que não se repita o mesmo erro do outro Calçadão", conforme lembrou Takahara [à época, presidente da ACIL], que considerou importante a iniciativa tomada pelas autoridades no sentido de convocar os comerciantes para a discussão. 95

Aliás, tais expectativas envolviam, no limite, todo o centro histórico da cidade. De fato, nas fontes pesquisadas, além das leis orçamentárias, a Folha de Londrina, em 1997, publicava:

Uma reunião de comerciantes do centro de Londrina, do prefeito Antonio Belinati e do presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), Abílio Medeiros, acabou ontem em discussão bastante calorosa. O encontro, realizado no auditório da Acil, tinha o objetivo de debater melhorias para a área central, já que o Natal está chegando e os empresários locais querem tornar o espaço atraente para clientes de Londrina e região. A discussão esquentou quando os comerciantes começaram a cobrar soluções da Acil e da administração municipal sobre problemas como limpeza do Calçadão [rua principal do centro histórico], falta de segurança, revitalização do centro, horário de funcionamento do comércio e das agências bancárias, entre outras coisas. ⁹⁶

Desse modo, o verbo "revitalizar", que contém o sentido de atribuir nova vitalidade, remete a alvos específicos? É possível delinear interesses ou perfis dessas revitalizações? As fontes

_

http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14690:prefeito-barbosa-neto-entrega-predio-do-cadeiao-para-fecomercio&catid=108:destaques>. Acesso em: 26 nov. 2019.

⁹⁴ O projeto tornou-se a Lei 10.966/10, que regulamenta a propaganda no mobiliário urbano, visando amenizar a poluição visual da cidade, estabelecendo locais e modos apropriados. Nas palavras do ex-prefeito Barbosa Neto, "A despoluição visual, principalmente para uma cidade como Londrina, que dispõe de uma extensa paisagem urbana, é um tema que merece ser discutido e executado no município. Sem dúvida, é uma lei moderna, em operação em várias cidades brasileiras, como São Paulo. A história de Londrina, através de seus prédios históricos localizados no calçadão, por exemplo, poderá ser contada com a eliminação de outdoors e propagandas publicitárias". (PML, 2010, s/p.)

⁹⁵ RUA Sergipe também terá seu Calçadão. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 abr. 1981. Acervo NDPH, Folha de Londrina, Cidades, 1341 (CD 09).

⁹⁶ CUNTO, Adriana de. Lojistas do centro cobram soluções para o Calçadão. Folha de Londrina, Londrina, 21 nov. 1997, s/p. Disponível em: < https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/lojistas-do-centro-cobram-solucoes-para-o-calcadao-51108.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

destacadas anteriormente indicam sentidos para esse processo, sobretudo no trecho acima "tornar o espaço atraente para clientes".

Em 2004, na seção "Espaço Aberto" do jornal "Folha de Londrina", o leitor e arquiteto Humberto Yamaki dedica todo um texto para discorrer a respeito desse processo:

Vivemos uma época de revitalizações. Revitaliza-se tudo: edificações, praças, avenidas, fundos de vale e até lixões. De fato, o dicionário Aurélio define o verbete revitalizar como: dar nova vida, revigorar, dar grau de eficiência. Propostas recentes de revitalização de praças e avenidas têm-se resumido à troca de piso, substituição de luminárias, colocação de bancos e outras "melhorias". No entanto, a verdadeira revitalização pode ter outros significados. Por exemplo, ser uma operação que vise relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência, a revalorização de atividades urbanas potenciais. (Carta de Lisboa, 1995). Praças vivas devem, além de tudo, ter usos múltiplos: social, cultural, comercial. Lugares onde se possa sedimentar a história, revigorar o senso de comunidade, de ligação entre o morador e o chão, a terra roxa. Fragmentos de otimismo?⁹⁷

As fontes destacam a preocupação comercial como norteadora das revitalizações. De fato, a partir dos anos 1980, aproximadamente, a revitalização (e valorização) de áreas centrais tornou-se pauta importante nos planejamentos urbanos, sobretudo em regiões degradadas, subutilizadas ou quase obsoletas. No trecho em destaque, Yamaki ainda enfatiza a valorização do patrimônio local como uma das vertentes desse movimento. Em última instância, viabilizase a modernização desses espaços urbanos mesclando globalização e identidade, com o intuito de torná-los mais atrativos, rentáveis, enfim, impulsionar o mercado nessas regiões. Todavia, apesar dessa perspectiva de "senso de comunidade" a partir do patrimônio local, avalio que – tangente às considerações de Beatriz Sarlo (2006) – a mercantilização própria às revitalizações, ou seja, a imposição do "centro de compras" nas paisagens urbanas contemporâneas representa, no limite, uma ausência de sentidos; a dimensão estética predomina em relação a quaisquer ênfases identitárias que a revitalização pretenda configurar:

Onde as instituições e a esfera pública já não podem construir marcos que se pretendam eternos, erige-se um monumento baseado justamente na velocidade do fluxo mercantil. O shopping apresenta o espelho de uma crise do espaço público onde é difícil construir sentidos [...]. (SARLO, 2006, p.22).

Em Londrina, a prefeitura promoveu tais ações para a revitalização da região central da cidade, especialmente, após os anos 2000:

O cenário atual é bastante poluído, disforme e despadronizado. Mas um projeto da Prefeitura de Londrina, que ainda está apenas no papel, pretende

n

⁹⁷ YAMAKI, Humberto. Revitalização e seus significados. **Folha de Londrina,** Londrina, 19 abr. 2004, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/espaco-aberto---revitalizacao-e-seus-significados-486257.html. Acesso em: 26 nov. 2019.

revitalizar a Rua Sergipe (centro), uma das áreas comerciais mais movimentadas da cidade. O principal objetivo consiste em transformar o espaço em um lugar mais atraente, agradável e bonito. Segundo o presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul), Luiz Figueira de Mello, as mudanças da Sergipe fazem parte do projeto de restauração de todo o centro da cidade, o qual já contemplou o Bosque, e deve alcançar o Calçadão e a Concha Acústica. 98

Assim, conforme breve menção no tópico anterior, a "padronização" é vigente nos processos de revitalização. Essa perspectiva também é abordada nas entrevistas a partir do projeto Nova Sergipe (de revitalização), que se configura também na gestão do Barbosa Neto⁹⁹ – embora, como trabalhado, esse movimento seja anterior – e se estende aos dias atuais, ainda com projeções para se concretizarem. Nas palavras da gerente Patrícia Sugeta,

Tem o projeto também da Nova Sergipe, não é? Em que os empresários da Nova Sergipe se reúnem toda semana para discutir sobre a revitalização da rua, de que forma eles podem otimizá-la para continuar sendo um pólo de comércio da cidade! [...] Como se fosse um shopping a céu aberto, não é? Modernizar também essa parte do comércio!¹⁰⁰

Reforço, desse modo, a dimensão comercial dos processos de revitalização nesses tristes trópicos! Isso é bastante evidente nas expectativas de transformação do Cadeião. Em entrevista, Cilas Vianna, atual gerente do Sesc Londrina Norte, destaca a inquietação de um dos proprietários do entorno da cadeia pública com a valorização imobiliária da região:

Por duas vezes, eu fui procurado, aqui na unidade da Fernando de Noronha, por vizinhos; inclusive, esse da esquina onde hoje é um estacionamento, esse terreno estava à venda. Quando a pessoa ficou sabendo que estariam para ocorrer reformas, que o Sesc iria assumir [o Cadeião], ele me procurou, ligou para mim: "Escuta, eu tomei conhecimento disso. É fato, como que é, como que não é? E tal", e eu disse a ele que nós estávamos em final de negociação, mas que o Sesc já estava caminhando para ser o proprietário, quem iria trabalhar a revitalização, enfim... Então ele me disse: "Ah, então eu vou tirar meu imóvel de venda, que estava, inclusive, em uma imobiliária. Eu vou retirar porque eu penso que a região deve valorizar muito" 101.

Tais expectativas são enfatizadas pela imprensa, na qual são notórias as perspectivas de valorização de toda a área da antiga cadeia pública:

-

⁹⁸ ZANON, Erika. Rua Sergipe deve passar por revitalização. **Folha de Londrina**, Londrina, 15 out. 2005. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/imobiliaria-e-cia/rua-sergipe-deve-passar-por-revitalizacao-545352.html. Acesso em: 26 nov. 2019.

⁹⁹ Cf. PREFEITO apresenta projeto da nova Sergipe, **Prefeitura de Londrina**, Londrina, 06 jul. 2011. Disponível em:

destaques. Acesso em: 26 nov. 2019.

¹⁰⁰ Depoimentos de Cilas Fonseca Vianna e Patrícia Sugeta concedidos a mim em 31 out. 2019.

¹⁰¹ Idem.

Porta de entrada da rua Sergipe, a revitalização do espaço deve transformar o perfil de lojas no entorno, diz o superintendente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), Diego Menão. "Uma das primeiras coisas que se via ao chegar a Londrina era o cadeião e corríamos o risco de deixar uma má impressão inicial para a cidade. Quando virar um espaço cultural, vai atrair outros equipamentos à região, como lanchonetes e lojas", afirma. No local, a maioria dos espaços comerciais estão vazios, tomados por escritórios ou lojas de ferramentas e equipamentos. A ideia, conta Menão, é que a obra marque o início da revitalização de todo o corredor comercial da Sergipe, que vai até a avenida Higienópolis. "Queremos mudar todo o padrão, com visual mais adequado, fachadas mais estruturadas e bonitas, empresários mais unidos e trânsito agradável." 102

Em outras palavras, na esteira da arquiteta Raquel Rolnik, (1995, pp.54-55), "a lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado". Além da preocupação expressa com a imagem da cidade, a matéria evidencia também que as áreas então em processo de revitalização – entre as quais o Cadeião –, "são hoje consideradas degradadas e perigosas, principalmente à noite, mas a expectativa é de que renasçam como espaços culturais e pontos de encontro" 103. O trecho destaca, portanto, o aspecto "degradado" dessas regiões. É necessário ponderar, contudo, o que desvaloriza tais áreas? Apenas o "visual inadequado", ou seja, a estética "envelhecida" dos históricos centros urbanos? O autoritarismo é um movimento imprescindível no entendimento desses processos de revitalização que não representam, para todos os envolvidos, "fragmentos de otimismo".

Destaco outros movimentos de revitalização no centro histórico de Londrina, por exemplo, uma ação ocorrida em 2003, em relação a artesãos que trabalhavam em praças a serem revitalizadas:

Mais um entrave surgiu entre os artesãos das praças Rocha Pombo e Marechal Floriano Peixoto, na área central de Londrina, e a prefeitura. Houve um retrocesso nas negociações para que eles deixem as praças e se instalem em um prédio, a ser alugado pelo município, onde será montado o Centro de Referência do Artesanato de Londrina (Cereal). "Eles não estão oferecendo garantias. Querem colocar a gente em um prédio e tchau", reclamou o presidente da Associação dos Artesãos Autônomos de Londrina (Acal), Sérgio Augusto Barbosa. Do outro lado, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) não abre mão de retirar os artesãos das praças para que elas sejam revitalizadas 104.

¹⁰⁴ BRESSAN, Fernanda. CMTU mantém projeto de revitalização das praças. **Folha de Londrina,** Londrina, 02 ago. 2003, s/p. Disponível em: < https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cmtu-mantem-projeto-de-revitalizacao-das-pracas-457019.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

-

 ¹⁰² GALIOTTO, Fabio. Revitalização de espaços deve favorecer corredores comerciais. Folha de Londrina,
 Londrina, 05 mar. 2014, s/p. Disponível em: < https://www.folhadelondrina.com.br/economia/revitalizacao-de-espacos-deve-favorecer-corredores-comerciais-873816.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.
 103 Idem.

Em 2010, esse perfil do Estado manifestava-se novamente no Calçadão de Londrina (avenida Paraná, figura 2) e, inclusive, de encontro aos interesses da comunidade local:

"Morar nessa cidade hoje me envergonha". A frase de uma moradora que passava pela Praça 21 de Abril, na Rua Quintino Bocaiúva, resumiu a opinião de outros moradores da região, que assistiram, na manhã de ontem, à retirada de mais uma banca de revistas do quadrilátero central por agentes da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). A ação faz parte do projeto de revitalização do Centro de Londrina e a CMTU pretende realizar uma licitação para escolha dos novos permissionários dos quiosques. Desta vez, a Banca Amiga, que comercializava revistas há mais de quatro décadas, foi desmontada sem a presença do proprietário. Este foi o quarto quiosque desapropriado pela CMTU¹⁰⁵.

De fato, o processo de revitalização do Calçadão iniciado em 2009, também pelo prefeito Barbosa Neto, incorreu em inúmeras denúncias, na imprensa local, de abuso das autoridades no processo de retirada dos quiosques, tal como o descrito acima – encerramento justificado, aliás, em decorrência de irregularidades com a Administração. Nesse caso, os permissionários foram notificados de que deveriam encerrar seus comércios. Todavia, segundo a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), àqueles não respeitaram o prazo negociado. Em seguida, foram mobilizadas a CMTU, a Polícia Militar e a Guarda Municipal para a desativação dos quiosques:

O clima entre os proprietários era de indignação. "Não me avisaram. Ontem liguei para o prefeito Barbosa Neto, que disse não saber de nada. Fui informado hoje (ontem), às 6 horas, pela minha vizinha que escutou uma movimentação e me ligou", disse José Novaes Bacelar, proprietário da Lanchonete do Dedé. Ele diz ter comprado o ponto há 12 anos e que pagava R\$ 1.130,00 por mês à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), mais impostos. "Emprego cinco funcionários, minha mulher e meus dois filhos trabalham aqui, ainda não sei o que vou fazer", declarou. [...]

Elquisson Moreira Pieroti, proprietário da lanchonete Chopão, foi avisado da demolição por seu advogado. "Estou tranquilo, por enquanto não sei se vou reabrir a lanchonete em outro lugar. O que couber de recurso vamos tentar, mas os seis funcionários que tenho serão demitidos", informou. 106

Quanto a esse movimento de remoção dos quiosques para a revitalização do Calçadão – conforme os anseios expressos na fonte sobre a revitalização da rua Sergipe dos anos de 1980,

¹⁰⁶ LEÃO, S. Mais 3 quiosques demolidos no Calçadão. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 jul. 2010a. Folha Cidades. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/mais-3-quiosques-demolidos-no-calcadao-718952.html>. Acesso em: 8 out. 2020.

¹⁰⁵ GUERIN, Mariana. CMTU desmonta mais um quiosque. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 mai. 2010, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cmtu-desmonta-mais-um-quiosque-715060.html. Acesso em: 26 nov. 2019.

pela entidade classista dos comerciantes locais –, cumpre destacar que as promessas de licitação para reabertura dos mesmos não foram cumpridas, à época, pela Prefeitura. Entretanto, a partir de 2017, tais estabelecimentos retornaram à avenida Paraná, consoante o desejo dos citadinos expressos em uma pesquisa realizada pelo IPPUL em 2014. Esses casos evidenciam, portanto, o autoritarismo como presença nas práticas do Estado. As hipóteses explicativas para tal autoritarismo, na esteira do sociólogo Sérgio França de Abreu (1996), direcionam-se para o hiato entre direitos políticos e sociais, para o desenvolvimento de uma subjetividade autoritária, bem como para o perfil das relações de poder no interior da sociedade. E no que diz respeito às relações de poder, o conceito de política, per si, relaciona-se, invariavelmente, ao de poder.

O poder político se estabelece, afinal, a partir do uso exclusivo da força física das armas, ou do monopólio da violência, tal como expresso na mobilização dos organismos policiais para a garantia de encerramento dos quiosques. Esse poder se materializou igualmente na decisão unilateral do prefeito Barbosa Neto em não realizar novos processos licitatórios. Destarte, quem se beneficia dessas ações de revitalização? Nesse caso, os comerciantes da ACIL, sem dúvida, foram beneficiados:

numa sociedade dividida em classes antagônicas, as instituições políticas têm a função primordial de permitir à classe dominante manter seu domínio, alvo que não pode ser alcançado, por via do antagonismo de classes, senão mediante a organização sistemática e eficaz do monopólio da força; é por isso que cada Estado é, e não pode deixar de ser, uma ditadura. (BOBBIO, 1998a, p.956).

Trata-se, no limite, de controle da presença popular a partir do "ordenamento do comércio informal", nas palavras da arquiteta Sant'Anna (2004, p.161). Nessa perspectiva, há ainda outra vertente comum a esses locais a serem revitalizados: a insegurança — fator presente nas discussões acerca do entorno do Cadeião —, bem como a expectativa de que a revitalização altere esse quadro.

Reportando-se à região leste de maneira geral, no qual se vincula o atual Sesc Cadeião, Solange Batigliana elucida que

você tem para aquela região uma projeção de crescimento, uma projeção de ações que podem colaborar em muito para a ocupação daquele lugar. Ao mesmo tempo você tem alguns problemas que estão colocados ali. Você tem uma região na qual tem espaços que favorecem a ocupação por moradores de rua, que em alguns casos ficam estigmatizados, ou em outros são usuários de drogas, de álcool, enfim... e ficam no espaço, o que acaba tornando o espaço inseguro, não é? Por conta dessa situação...

Ele [Sesc Cadeião Cultural] tem uma potência de tornar, junto com outras coisas que estão acontecendo ali, um espaço que seja um pouco mais

agradável e disponível para as pessoas. Que não seja um espaço inseguro, que não seja um espaço inacessível...¹⁰⁷

Segurança é discussão imprescindível às políticas públicas desenvolvidas nas cidades contemporâneas. Todavia, deve-se questionar o "modos operandi" dessas políticas. Além disso, a partir das considerações acima, sobressai a reflexão: a quem pertence o centro? 108

É importante considerar que, apesar da expressiva repercussão negativa desse processo de revitalização do Calçadão iniciado em 2009, em particular, na imprensa – fato que sugere especulações acerca dos interesses mercantis ou políticos do grupo Folha de Londrina no evento –, no que diz respeito ao caráter mais geral do processo, os discursos hegemônicos ignoram as arbitrariedades e contradições nos processos de revitalização, compreendendo-os sob a ótica da modernização:

Para os frequentadores dos trechos reformados, a revitalização deixou o local mais limpo, mais aberto e mais fácil de se locomover. O agente de aeroporto Jacques Henrique Dias diz que o local ficou mais moderno. "Retiraram vários telefones públicos desnecessários, removeram os quiosques e engraxates que ficavam no local e acabaram com os problemas de irregularidades no piso", elogia. Ele alerta que, embora o local tenha ficado melhor, se não for bem cuidado pode se degradar como o antigo Calçadão. ¹⁰⁹

Mesmo o prefeito Barbosa Neto, antes de assumir a prefeitura, durante sua campanha eleitoral, prometera a revitalização do Calçadão, a fim de "fazer dele o Calçadão mais bonito, mais moderno do Brasil [...]. Isso faz com que as pessoas voltem a consumir no Centro da cidade" (BARBOSA NETO, 2008, s/p, grifo meu). Reitera-se, nesse trecho, a condição mercantil do processo e associada à modernização das cidades. Os usos da palavra "moderno" remetem, evidentemente, à noção de atual; a palavra é significada enquanto alteridade. A partir disso, refletindo o âmbito das temporalidades históricas, tratar-se-ia, ainda, de uma mesma modernidade advogada e experenciada na cidade no decorrer de sua fundação, em meados do século XX?

Conforme discutido, a expressão "modernidade" associa-se a uma experiência temporal que se apresenta a partir do século XVIII e se concretiza nas vivências no decorrer do século

_

¹⁰⁷ Depoimento de Solange Cristina Batigliana (com participação de Marcos Roberto Parisotto) concedido a mim em 18 set. 2019.

¹⁰⁸ Cf. LEFEBVRE, 2001.

¹⁰⁹ OGAWA, V. Revitalização do Calçadão está dois anos atrasada. **Folha de Londrina**, Londrina, 8 jun. 2012. Folha Cidades. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/revitalizacao-do-calcadao-esta-dois-anos-atrasada-806471.html.

XX. Tal experiência caracteriza-se pelo progresso, pela progressiva diferenciação entre passado e futuro, vivenciado como aceleração. Se a dimensão do futuro norteia os sentidos da existência humana até meados do século anterior, após os anos de 1980, fundamentalmente, há um processo de desencantamento em relação a esse futuro utópico de outrora – tal como esboçado no capítulo anterior e explicitado pela própria desativação da antiga cadeia pública. As consequências de uma urbanização acelerada e de uma modernização anômala evidenciaram que, tal como Benjamin (1987) expusera já no início do século passado, o desenvolvimento técnico-científico – e acrescentaria, informacional – não engendrou um progresso significativo no âmbito social, capaz de superar as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista.

Nessa discussão, ao se reportar ao movimento pós-moderno, Jameson discorre a respeito das vantagens do uso do termo a partir, na realidade, do "renascimento do conceito de modernidade" (JAMESON, 2005c, p.17) — e, nesse sentido, a expressão pós-moderno seria apenas uma recunhagem do moderno. Conforme o autor, a ideia de modernidade sempre se relacionou com tecnologia e, por conseguinte, com o progresso. Contudo, as críticas à ideologia do progresso, após a Primeira Guerra Mundial — na esteira do discorrido acima —, corroboraram para a depreciação nos significados da modernidade em si. Cria-se, nesse sentido, a teoria da modernização, conferindo um "acréscimo de vida" à "ideia burguesa de progresso" (JAMESON, 2005c, p.17). A fim de distanciar-se das críticas circundantes ao modelo de modernidade e modernização socialistas, stalinistas, o conceito de modernidade renasce no Ocidente como um projeto em si mesmo, a ser aspirado por países subdesenvolvidos, vinculado em alguma medida ao capitalismo:

Não importa o fato de que, desde há muito tempo, todas as nações-Estado viáveis do mundo de hoje têm sido "modernas", em qualquer sentido que isso se possa conceber, do tecnológico em diante: o que se encoraja é a ilusão de que o Ocidente possui algo que ninguém mais tem – mas que eles deviam desejar para si próprios. Esse misterioso algo pode ser então batizado de "modernidade" e ser longamente descrito por aqueles chamados a vender o produto em questão. (JAMESON, 2005c, p.17-18).

Desse modo, Jameson argumenta que a modernidade é sempre um conceito de alteridade. Ao analisar o termo "moderno" no campo das disputas políticas discursivas, Jameson aborda sua viabilidade à medida que apresenta em seu significado um certo "grau de eficiência" em termos de organização social; ainda que, na prática, os "países modelos" para essa palavra estereotipada, tal como os Estados Unidas, hoje, não apresentem tal eficiência. Nesse sentido, apesar da associação corrente entre as práticas de revitalização e do conceito de modernidade, políticas públicas reiteradas de revitalização – tal como aconteceram no centro

histórico de Londrina desde a década de 1970 –, ao representarem um processo repetitivo, contínuo e acelerado nos últimos anos, não traduziriam, antes, uma ineficiência das políticas públicas? Nesse sentido, tais discursos "de modernidade" tornam-se utópicos, revestidos de otimismo.

Elucida-se, portanto, que a revitalização do Cadeião ocorreu nesse movimento mais amplo de transformações urbanas recentes. No que diz respeito a preservação, transformação e propostas, especificamente, para antigas cadeia públicas:

Municípios do Estado que têm cadeias públicas desativadas estão se mobilizando para aproveitar estruturas ociosas, geralmente localizadas em regiões nobres. Enquanto em Londrina o conhecido prédio da Rua Sergipe deve se transformar em centro cultural, a prefeitura de Cornélio Procópio (Norte) tenta conseguir a posse da edificação que abrigou o cadeião para criar um centro integrado de atendimento. [...]. O cadeião [de Cornélio Procópio] foi desativado há três anos, com a inauguração da nova cadeia pública, e desde então passou a ser utilizado por usuários de drogas e moradores de ruas, transformando-se em problema para os vizinhos. [...]. Para alívio da população do entorno, a ideia é que no prédio da Rua Quintino Bocaiúva passe a funcionar a Delegacia da Mulher, Instituto Médico Legal (IML), Instituto de Criminalística (IC), setor de identificação para expedição de registro geral (RG) e posto de atendimento da Polícia Militar, além da sede do Conselho Tutelar. O projeto foi desenvolvido pelo Conselho Municipal de Segurança (Conseg). 110

Logo, movimentos de revitalização semelhantes inscrevem-se em municípios vizinhos no Paraná. Outra variável desse processo deve ser destacada: o financiamento das revitalizações.

O projeto Nova Sergipe, que abarcava, de certo modo, o Cadeião de Londrina, foi realizado em parceria entre o poder público e o setor privado, uma vez que os comerciantes seriam responsáveis pelo novo calçamento. Na transformação do Cadeião de Londrina ressaltase a parceria público-privada. Nessa dinâmica das cidades contemporâneas, desse modo, conforme a "Coluna Londrina" em 1994,

parceria virou palavra de ordem na Prefeitura. Nunca se usou tanto este vocábulo em uma administração pública como agora. [...]. Mas, é bom ressaltar, a coisa não fica só no discurso. Atualmente, a prefeitura mantém seis projetos de parceria com empresas da cidade ou instituições financeiras que têm agências instaladas em Londrina¹¹¹.

E continua,

Mas há pelo menos uma parceria que, até agora, ninguém veio a público manifestar interesse em realizar. É a tal da reforma do prédio da velha Cadeia Pública da rua Sergipe e sua transformação em shopping de

¹¹⁰ LEÃO, Silvana. Novos papéis para velhas cadeias. **Folha de Londrina**, Londrina, 06 jul. 2010, s/p. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/novos-papeis-para-velhas-cadeias-719123.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

¹¹¹ PARCERIA. **Folha de Londrina**, Londrina. 24.abr.1994. (NDPH, Folha de Londrina, Série Geral, CD 55 - Imagem 1119).

artesanato, casa da ciência ou qualquer outro empreendimento que se encaixe nos objetivos da prefeitura: manter aquela estrutura de pé. 112

Como vimos, desde a desativação da antiga cadeia pública, a carência de recursos foi um dos obstáculos apresentados à revitalização do edifício; e o ex-prefeito Cheida diversas vezes mencionou, na imprensa, a intenção de parceria com instituições privadas.

No entendimento da gestora cultura, Solange Batigliana, de fato,

você teria que trazer dinheiro de fora para fazer um projeto dessa natureza, ou retirar de recursos livres, e é sempre algo bastante complicado. Você tem algumas demandas, que são demandas por equipamentos que irão atender a educação, a saúde, e os equipamentos culturais acabam ficando em um segundo plano. Então você precisa realmente carrear recursos externos. E não, necessariamente, a gente encontra, encontrava, enfim, esses recursos, porque você tinha, assim, programas, não é? Então, como você tem governo federal e governo estadual eles têm programas com a marca deles para aquele determinado equipamento, não exatamente para o que a gente precisa. Então isso é sempre um problema, até hoje é um problema!

De fato, essa dificuldade se expressa na própria delonga para a transformação do espaço urbano – sem negligenciar os outros fatores mencionados –, de quase duas décadas. Nessa temática, em depoimento, o servidor municipal Marcos Roberto Parisotto narra outro caso de edifício no qual se insere o "tempo do poder público" e suas consequências:

Nós temos aqui, hoje é um "shoppingzinho" na rua Souza Naves com a rua Goiás. Ali era para ser o maior prédio do Estado na década de 80, mas ficou 20 anos parado! E já naquela época se falava que seria o maior prédio... A obra não obteve recurso, parou no tempo! Então, como ele era para ter 30 andares, hoje ele não tem três! Porque sua estrutura, quando passa vinte anos parada, ficou comprometida, você não pode mais erguer!¹¹⁴

Nesse sentido, parcerias entre os setores público e privado, virtualmente, são não apenas úteis como, de fato, necessárias ao poder público. Especialmente, em tempos nos quais "a capacidade regulatória e de investimento do Estado se acha [...] bastante reduzida, adotar modelos menos centralizados e rígidos de planejamento não é apenas uma opção ideológica: é uma necessidade econômica e política". (SOUZA, 2006, p.53). Souza (2006) argumenta que isso não significa, todavia, que "descentralização e flexibilidade" se traduzam, necessariamente, por processos de submissão acrítica ao mercado desde que a gestão e o planejamento incluam participação democrática da comunidade.

_

¹¹² O QUE está difícil fazer. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 abr. 1994. (NDPH, Folha de Londrina, Série Geral, CD 55 - Imagem 1119).

¹¹³ Depoimento de Solange Cristina Batigliana (com participação de Marcos Roberto Parisotto) concedido a mim em 18 set. 2019.

¹¹⁴ Idem.

Em síntese, portanto, a respeito dos processos de revitalização no centro histórico de Londrina – no qual o Cadeião foi um expoente no âmbito da rua Sergipe –, denotam-se as intenções de preservação histórica – embora a preocupação estética seja norteadora –, os discursos de modernização – que justificam arbitrariedades do Estado quanto aos interesses de grupos não hegemônicos –, parcerias entre os setores público e privado e (por extensão) seu perfil predominantemente mercadológico. Nesse sentido, reitero, quem se beneficia dessas políticas de revitalização? E na percepção dos tempos históricos, a recorrência de diversos projetos dessa prática, em períodos reduzidos de tempo, progressivamente, não indicam um futuro mais aproximado e menos experimentado como diferença? Mais limitado em suas possibilidades? E, portanto, um presente ampliado? Apesar do otimismo que, em geral, encontra-se nos discursos dessa prática, "existem vários otimismos. O pior não seria aquele que não diz seu nome, que se cobre de positivismo, que por essa razão impõe as coações mais duras e a mais irrisória ausência de tecnicidade?" (LEFEBVRE, 2001, p.110).

Conforme mencionado no início deste subcapítulo e nos parágrafos anteriores, o estudo das revitalizações associa-se ao estudo dos projetos urbanos. Ao abordar as estratégias do Estado na efetivação de seu poder, a arquiteta Raquel Rolnik refere-se ao planejamento urbano – e aqui, as ações de revitalização são exemplos. Segundo a autora, esse modelo de intervenção planejada do Estado nas cidades data do século XVII, e remete à transformação nos modos de produção e transmissão do conhecimento: "a lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão, que emerge a partir das práticas econômicas do grande comércio e da manufatura, penetra assim na produção do espaço, com planos e projetos debaixo do braço". (ROLNIK, 1995, p.58). Apesar da prática de planejamento datar de séculos anteriores, as regulamentações no ordenamento das cidades eram escassas e, em geral, insuficientes até fins do século XX.

A intensificação do processo de urbanização, notoriamente, demandou acentuada organização dos municípios. Desse modo, as políticas urbanas tornaram-se capítulo na Constituição de 1988 em seus artigos 182 e 183. Tais políticas caracterizam-se, em resumo, pela primazia dos municípios, bem como pela participação democrática nos processos decisórios. Em outras palavras, as políticas urbanas são orientadas

para a ampliação do leque de atores envolvidos na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas e para o estabelecimento de parcerias — entre Estado e sociedade e entre organizações do próprio Estado — para a provisão de serviços públicos e para a formulação e implementação de políticas. (FARAH, 2001, p. 121).

Desse modo, há um processo de reconfiguração da esfera pública a partir dos movimentos de redemocratização brasileira ao final do século passado. Tais transformações abrangem, nos

propósitos dessa dissertação, o ordenamento urbano, bem como as dinâmicas de valorização do patrimônio e da cultura.

3.2 "AVISO DE LICITAÇÃO": Sesc, CENTRO CULTURAL

Ele diz que não é essencial a criação de um Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, mas comenta que a implantação ajuda, assim como a elaboração de um plano diretor. [...]. Mas ele acredita que algumas mudanças aplicadas em Curitiba podem ser implantadas em Londrina, como a reciclagem e separação de lixo, o trabalho em parceria com a setor privado, atividades para reduzir o número de menores de rua e o uso do solo [...]. 115

Esse trecho reporta-se a presença, em Londrina, do engenheiro Cassio Taniguchi para uma palestra em 1992, durante o governo Cheida, sobre "Planejamento urbano e gestão municipal". Nesse ano, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba completara 27 anos. Apesar do comentário do engenheiro de que "não é essencial" a criação de um organismo de planejamento em Londrina ou de um plano diretor, a Constituição de 1988, em seu artigo 182, estabelece a obrigatoriedade do plano diretor para cidades com índices superiores a vinte mil habitantes e que este é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana" 116.

Até as últimas duas décadas do século XX, as políticas públicas brasileiras caracterizavam-se pela centralização, na esfera federal, das decisões e dos recursos financeiros; atribuindo aos estados e municípios a função de executores. Todavia, à medida que as instâncias locais do poder público se aproximavam das demandas dos citadinos, aquelas agenciavam os recursos federais para a realização de determinada política pública. Na prática, o professor Roberto Lobato Correa, argumenta, a respeito das questões urbanas dos anos de 1980:

"A questão da política urbana existe mais nos discursos do que na prática. Em todos os órgãos ligados ao Sistema Financeiro da Habitação, como o BNH, que influem diretamente na urbanização brasileira, são colocados grandes empresários, defensores de certos interesses que servem a uma minoria. O processo de crescimento urbano em nosso país é dirigido por três categorias: proprietários de terras, incorporadoras e empreiteiras. Eles fazem um planejamento privado que é apenas ratificado pelas prefeituras e pelo Estado. Os interesses de uma pequena parcela da população acabam prevalecendo sobre as necessidades da grande maioria dos cidadãos". 117

¹¹⁵ PROJETO urbano é essencial para a cidade. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 dez. 1992. Londrina, 04B.

¹¹⁶ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 28 nov. 2020.

¹¹⁷ PROFESSOR denuncia política de interesses na urbanização. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 dez. 1986. Acervo NDPH, Geral, 2182 (CD 104).

Além da centralização, as políticas públicas da época eram marcadas pela fragmentação institucional e pela setorização dos serviços públicos, que não se articulavam. Outra característica das políticas públicas, até aquele período, "consistia na exclusão da sociedade civil do processo de formulação das políticas, da implementação dos programas e do controle da ação governamental" (FARAH, 2001, p.123). No que tange, especificamente, às políticas sociais, cria-se um modelo de provisão estatal – baseada no Estado do bem-estar – e de gestão hierarquizada – que limitava a participação do cidadão nas instâncias locais –, em que significativa parcela da população foi marginalizada dos programas sociais, destacando-se soluções autônomas desses grupos para seus problemas coletivos.

O debate para reformas nas políticas sociais se inicia na década de 1970 e adquiriu impulso na década de 1980, e incluía uma pauta de alterações não apenas no regime político, mas, igualmente, nas políticas públicas. Nesse período histórico de redemocratização, ainda durante a vigência da ditadura militar, a potência da propagação do movimento operário no cenário público, principiado no ABC paulista, e de suas conquistas sociais reverberou para outros grupos sociais:

Atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se aperceberam de que havia algo de novo emergindo na história social do país [...]. A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde a sua gestação no curso na década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real. (SADER, 1988, p.26-27).

A emergência das classes populares na representação política, possibilitou a elaboração da Constituição Cidadã de 1988, que, por sua vez, incluiu a participação popular como fundamental às políticas urbanas.

A respeito da institucionalização dessas políticas na Constituição Federal, Alcidino Pereira, ex-diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, considera que

A nova Constituição, [...] inicia uma fase da história das instituições voltadas para o desenvolvimento urbano com 3 implicações principais: reforço da autonomia municipal; ampliação das competências do Poder Legislativo e instrumentalização para o exercício da cidadania. O reforço dado pela Reforma Tributária aos municípios, prevendo como competência municipal novos impostos e inovando o IPTU com a possibilidade de

torná-lo um imposto progressivo, "os municípios poderão ganhar independência". [sic] "A instrumentalização para o exercício da cidadania permitirá também a participação efetiva, através da associação de bairros, por exemplo, no planejamento urbano. O importante mesmo é que a população organizada participe da administração", afirma. 118

Desse modo, as reformas na agenda das políticas públicas no desenlace do século XX, compreendiam a descentralização política e a participação dos cidadãos como essenciais à equidade dos resultados de tais ações públicas e à universalização, em particular, dos direitos sociais. Nesse cenário, os governos locais e estaduais adquirem preeminência na organização das políticas pública e caminha-se para um Estado "institucional-redistributivista" (FARAH, 2001).

Com a crise fiscal entre os anos de 1980 e 1990, entretanto, as ideias neoliberais emergem nessa agenda de reformas, com perspectivas nas quais o Estado é culpabilizado pela crise econômica e percebido como ineficiente, ineficaz e provedor de serviços de baixa qualidade. A partir desse sistema de significação, justifica-se a redução do Estado, a desregulamentação da economia e a abertura de mercado. Assim, as propostas neoliberais articulam-se à agenda democrática em construção nos anos precedentes resultando em novos horizontes: "a preocupação com a eficiência e a eficácia se articula à orientação para a equidade e para a democratização dos processos decisórios, envolvendo tanto alterações institucionais — com ênfase na descentralização — quanto novos padrões de relação entre Estado e sociedade" (FARAH, 2001, p.127-128). Nessa dinâmica, na década de 1990, a Folha de Londrina enuncia "Canais abertos para a participação":

Opinar sobre as políticas de desenvolvimento ou aplicação de recursos para a realização de obras de interesse da população. Com este objetivo a administração municipal criou, estimulou a criação e reativou Conselhos onde a comunidade participa diretamente ou através de suas representações e lideranças.¹¹⁹

Destaco, consoante os objetivos da presente dissertação, o Conselho Municipal de Planejamento, o Conselho Municipal de Cultura, o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Segurança.

Além desses organismos, destaca-se o Conselho Municipal do Orçamento Participativo:

As administrações municipais em Londrina têm um divisor de águas: antes e depois do Orçamento Participativo. A garantia da correta aplicação dos recursos públicos municipais em obras e serviços tem sido assegurada pela

¹¹⁸ PLANEJAMENTO urbano é tema do livro. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 out. 1988. Acervo NDPH, Geral, Urbanismo, 2185 (CD 10).

¹¹⁹ PARTICIPAR: Esse é o canal. **Folha de Londrina**, Londrina, 1992. Acervo NDPH, Cidades, 1146 (CD 09).

população dos diferentes bairros da cidade. O clientelismo, a troca de favores políticos são práticas do passado. No orçamento participativo, além de discutir e votar nas prioridades, a população ainda dá exemplo de solidariedade [...]. ¹²⁰

Divulgar que o Orçamento Participativo por si encerraria a "troca de favores políticos" é, notoriamente, um "fragmento de otimismo" propagado pela mídia local — embora essa constatação não pretenda reduzir a importância da inserção dessas dinâmicas no governo municipal ou a satisfação concreta dos citadinos. Essa expectativa evidencia-se também quanto à elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano no Paraná; nas palavras do supracitado Alcidino Pereira: "O mais importante desse plano, na minha opinião, é que os municípios não dependerão mais da conjuntura política, e o prefeito não precisa ser do mesmo partido do governador para receber recursos para seu município". Alguns anos depois, as diferenças entre o governador Requião e o prefeito Cheida foram suficientes para a não execução do shopping de artesanato para a antiga cadeia pública, projetado pelo IPPUL.

O IPPUL foi instituído em 1993, a fim de organizar o crescimento do município que, nesse período, era majoritariamente urbano e apresentava quase 400.000 habitantes. Após a obrigatoriedade da execução do plano diretor, este discutido desde o final dos anos 1980, sendo concluído em 1998:

Numa sociedade caracterizada por conflitos de todos os tipos, o Plano Diretor quer estabelecer um planejamento para diminuí-los o quanto for possível, levando em conta os dados econômicos e sociais, além das perspectivas do futuro. "Não se trata de acabar com os problemas, mas de saber que eles estão sendo encaminhados de uma forma coerente", explica o diretor-presidente do IPPUL, arquiteto Marcos Barnabé. O último Plano Diretor de Londrina, realizado nos moldes clássicos, data de 1968". 122

Desse modo, em 1998, é aprovado o Plano Diretor do município, que deve ser elaborado a cada dez anos. Ou seja, há uma redução temporal significativa entre o Plano Diretor da década de 1960 e os posteriores ao de 1998. Em 2008, então, é instituído o Plano Diretor Participativo. A nomenclatura diferenciada – embora o Plano Diretor de 1998 tenha sido debatido com a sociedade – deve-se à aprovação do Estatuto da Cidade¹²³, em 2001, que regulamentou os artigos da Constituição referentes às políticas urbanas. Ambos os planos diretores, bem como

¹²⁰ ORÇAMENTO Participativo: Exercício de cidadania e solidariedade. **Folha de Londrina**, Londrina, 1992. Acervo NDPH, Cidades (série), 1146 (CD 09).

¹²¹ PLANEJAMENTO urbano é tema do livro. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 out. 1988. Acervo NDPH, série Geral, Urbanismo, 2185 (CD 10).

¹²² BRIGUET, Paulo. O plano e um desafio: qualidade de vida. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 dez. 1995.

¹²³ BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 jul. 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 30 nov. 2020.

o próprio Estatuto da Cidade, referem-se à preservação do patrimônio brasileiro – histórico, cultural, ambiental –, também referenciado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216. Ambos os planos diretores de 1998 e de 2008 mencionaram a preservação do centro histórico de Londrina. O "Documento para Discussão" do Plano Diretor de 1998, por exemplo, propôs às "centralidades existentes, emergentes e possíveis", entre as quais, o centro histórico, sua "caracterização, fortalecimento da identidade e delineamento de um fortalecimento participativo de suas qualidades". A Lei que instituiu o Plano Diretor de 1998, inclusive, destaca a "revitalização de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico" No Estatuto da Cidade há diretrizes como gestão democrática nos planejamentos, preservação e recuperação do patrimônio natural e "construído" – por exemplo, o patrimônio histórico-cultural –, e associação entre governo, iniciativa privada e outros setores, objetivando o interesse social no processo de urbanização.

Na esteira das discussões apresentadas, na experiência do arquiteto Zani,

esse sistema participativo é bom, mas muito demorado, não é? O sistema participativo, às vezes, nem sempre é da comunidade; às vezes, é da liderança. Isso é complicado! Eu já participei muito disso, não sei se funciona muito bem não. A participação público privada funciona bem, mas eu digo, do povo escolher o que é melhor... difícil, não é? Muito difícil. Eu acho que você tem um setor cultural na cidade funcionando [...]. Você perguntar para o cara que tá, que mora lá no Jardim Marabá, "o que era melhor ali?" Ahh... meu filho, eu estou tão "ferrado", não é? Preciso pagar minhas contas, o que você fizer de bom, né... é ou não é? E não ficar perguntando... não tem discernimento. Agora tem um setor cultural forte em Londrina, que sabem onde e o que acontece ali, não é... eu acho que eles acertaram, porque ali atende o centro [...]. 126

No trecho anterior, as palavras do professor são compreensíveis à medida que, de fato, no campo da vida cotidiana, a desigualdade social, em seu sentido amplo, traz consequências que, virtualmente, prejudicam a participação efetiva do sujeito nas instâncias de nossa estrutura política — no limite, que cerceiam sua cidadania. Além disso, entre o desejo e a realização — conforme visto —, entre a teoria do modelo participativo e a sua eficiência prática, há distanciamentos, há frustrações.

.

¹²⁴ PML. **Plano Diretor Participativo do município de Londrina – PDPML**. Leitura do PD 98. Disponível em:

http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/plano_diretor_participativo1/proposta_do_plano_diretor_1998.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020c.

¹²⁵ LONDRINA. **Lei nº. 7482, de 20 de julho de 1998**. Institui o Plano Diretor do município de Londrina e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 8 out. 2020.

¹²⁶ Depoimento de Antônio Carlos Zani concedido a mim em 16 set. 2019.

Entretanto, no que se refere a essa dinâmica entre gestão governamental e movimentos sociais, consoante as palavras do sociólogo Jean Lojkine (2002, p.32),

Não será arriscado continuar a confinar os movimentos sociais, as lutas urbanas, em associações de base, cortadas das instâncias de decisão política, e assim reproduzir eternamente a divisão tão profunda, particularmente no Brasil, entre os que se revoltam e aqueles que geram a política pública?

No âmbito das políticas locais, especialmente, essa articulação é essencial uma vez que a instituição municipal se encontra em um posicionamento privilegiado por sua conexão simultânea com o capital globalizado e com àquelas situações sociais de degradação, cujas demandas são negligenciadas ou não são priorizadas pelas sociedades privadas. (LOJKINE, 2002).

Ao discutir acerca dos termos planejamento e gestão, o sociólogo Marcelo Lopes Souza (2006) argumenta que embora o último tenha adquirido notoriedade no Brasil após os anos 1990, com o contexto neoliberal, e, em algumas interpretações, suceda a ideia de planejamento, compreendido – nessas leituras –, como práticas austeras que levaram à crise dos planejamentos nos anos de 1980 no país; no entendimento do sociólogo, "longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares" (SOUZA, 2006, p.46). Para o autor, enquanto a prática da gestão remete ao presente, buscando atender a necessidades imediatas a partir dos recursos disponíveis, o planejamento é um exercício de "esforço de imaginação de futuro" (SOUZA, 2006, p.47), necessário a todas as instâncias da vida pessoal e coletiva, a fim evitarmos os dissabores das circunstâncias - embora, evidentemente, o indeterminado sempre esteja presente nos movimentos da história. Pautadas, portanto, na ciência, na tecnologia e na informação – consoante as premissas da cidade mercantil globalizada -, na participação democrática e na descentralização, nos novos modos de articulação entre Estado e sociedade, encontram-se as ferramentas das políticas públicas no tempo presente! E devido à parceria entre o setor público e privado, a antiga cadeia pública de Londrina foi, finalmente, restaurada. Não sem negociações, portanto; ou seja, nessas parcerias há sempre um jogo de interesses.

No que concerne ao Cadeião, seu restauro foi negociado como contrapartida pela doação da PML de terrenos localizados na zona norte de Londrina ao Sistema Fecomércio – durante o governo de Barbosa Neto:

Essa questão da concessão do Cadeião para o Sesc foi interessante no seguinte sentido: o Sesc, naquele momento, procurou pela PML na tentativa de receber um terreno na região norte da cidade. Nós entendíamos

 o Sesc, a instituição – que era uma área desprotegida socialmente de um agente social, de uma instituição, enfim...

Só que naquela oportunidade, houve uma, não sei se uma imposição, mas houve uma sugestão, uma proposta da Prefeitura: "Nós doamos o terreno 'x' – que é onde era um campo de futebol na avenida Saul Elkind, esquina com a rua Cegonha –, nós entregamos esse terreno para vocês e vocês farão uma contrapartida". Foi uma proposta do Antônio Ribeiro e do Barbosa Neto, prefeito e vice-prefeito [não respectivamente], no sentido de que eles nos dariam aquela área e, em troca, nós assumiríamos esse espaço.

Então, o que aconteceu foi o interesse manifesto do Sesc por uma área lá na zona norte; em primeiro momento era isso...

Nós fomos também surpreendidos pelo desejo do prefeito [...]. 127

Em outras palavras, a princípio, houve a coincidência do interesse do Sesc em terrenos da Prefeitura; uma instituição paraestatal, sem fins lucrativos, e mantida por empresas dos segmentos de comércio, bens e serviços. A partir daqui, é necessário ressaltar a sagacidade do ex-prefeito em sugerir a contraproposta. Conforme Batigliana,

Existe uma situação interessante em relação ao prefeito Barbosa Neto que era a visão dele para muitas questões referentes à forma da cidade, às questões da cidade. Então, a Lei Cidade Limpa que ele... não é? A retirada de quiosques do Calçadão — da forma como estava, várias questões em relação ao ordenamento, inclusive a discussão das leis complementares do Plano Diretor, da revisão do Plano Diretor, ocorreram no período em que ele era prefeito. E ele era uma pessoa que tinha uma certa visão para essa questão histórica. Então ele que vai fazer esse apontamento da contrapartida para que eles também, a Fecomércio, ficassem responsáveis por aquele quarteirão entre a Avenida Leste-Oeste e a [rua] Sergipe. 128

Em entrevista, Barbosa Neto enfatiza sua preocupação com a preservação da antiga cadeia pública enquanto patrimônio histórico; o ex-prefeito apresenta, de fato, esse perfil, à medida que narra outras políticas de valorização do patrimônio urbano que empreendeu na cidade. Reporta-se à sua trajetória profissional que, como repórter policial, conviveu com o Cadeião e seu entorno; e também ao processo de revitalização da rua Sergipe. Desse modo, são três elementos que justificam o interesse do ex-prefeito: valorização do patrimônio histórico, suas memórias afetivas em relação ao Cadeião e o processo de revitalização da rua Sergipe:

Eu trabalhei como repórter policial e acompanhei muitos casos ali dentro. E foi realmente emocionante poder, na época que estava como prefeito, conseguir fazer essa parceria com a Fecomércio, com o Sesc, não é? E que foi tão importante depois de tantas e tantas tentativas de derrubar aquele espaço histórico!

O que eu vejo hoje é que não há nenhum interesse por parte dos que estão como "administradores de plantão" [...] de pensar nisso, não é? [...]. Eu trouxe, por exemplo, para dentro do gabinete, uma mesa com mais de 60

-

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Depoimento de Solange Cristina Batigliana (com participação de Marcos Roberto Parisotto) concedido a mim em 18 set. 2019.

anos e que está lá até hoje, que já havia sido levada para ser destruída... a mesa histórica também! Então, mobiliário urbano, ele não era respeitado. Então, eu acho que precisa, além da legislação, ter acho que compromisso do administrador de fazer com que isso seja preservado.

Aquele ponto, bem na esquina, no começo da rua Sergipe, que é considerada a rua mais comercial e emblemática para a cidade, teve uma atenção maior por nossa parte, justamente porque seria um marco da revitalização, com a Lei Cidade Limpa, permitindo a visualização de construções históricas, antigas[...]. 129

Desse modo, diversos fatores contribuíram para a transformação do Cadeião em Sesc Cultural; e o primeiro deles deve-se à própria preservação desse espaço urbano:

O Conselho Municipal da Cultura encaminhou ontem ao prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida, pedido para que haja ampla discussão sobre o destino do prédio da antiga Cadeia Pública antes que qualquer decisão seja tomada. Os conselheiros querem evitar medidas precipitadas "que não poderão ser revestidas mais tarde". Eles defendem avaliações técnica e histórica que possam indicar se o prédio deve ou não ser preservado. O conselho é um órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador das questões relacionadas à cultura, além de representar a comunidade. ¹³⁰

Inúmeras fontes utilizadas na presente dissertação explicitaram que a preservação do patrimônio histórico e cultural adquirira importância nos centros urbanos nas últimas décadas do século XX. E no trecho acima nota-se a intervenção do Conselho Municipal da Cultura.

No bojo desses processos de preservação e revitalização nos últimos anos do século XX, conforme as fontes, há nos sujeitos os desejos de usufruto de espaços culturais, que aparecem, inclusive, nas propostas oficiais para o Cadeião. Uma matéria da Folha de Londrina em 1988 é subintitulada "Londrina é unânime: a explosão cultural nos sete primeiros meses do ano mostra que a agitação pode ser um bom negócio. Mas coloca também o dedo numa ferida: a cidade precisa urgente de um calendário de eventos e mais espaços "131". Rosângela Morello considera que tais espaços destinados às práticas simbólicas – significadas pelo termo cultura – são um "ponto de conexão entre um conjunto de práticas políticos-sociais que sintomatiza limites para se discriminar o um e o outro, conduzindo-os a um único fecho: o da 'restauração das identidades'" (MORELLO, 2001, p.36). Em outras palavras, a liquidez do tempo presente, que padroniza nossas subjetividades, nos orienta, cotidianamente, à ressignificação dos sentidos do "eu". No fenômeno citadino, esse movimento remete ao direito às cidades, no qual o urbano é

¹³⁰ CONSELHO debate destino da cadeia. Folha de Londrina, Londrina, 02 fev. 1994. Acervo NDPH, Geral (série), Polícia, Cadeia Pública, 1433 (CD 88).

¹²⁹ Depoimento de Homero Barbosa Neto concedido a mim em 23 set. 2019.

¹³¹ PELLEGRINI, Bernardo. Hora de balanço. Folha de Londrina, Londrina, 05 ago. 1988. Caderno 2, p.13. Acervo NDPH, Cidades (série), Londrina, 2088 (CD 08).

compreendido como "espaço da realização prático-sensível", "lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens" (LEFEBVRE, 2001, p.118). Entretanto, é necessário observar na cidade-mercado a mercantilização da própria cultura.

Para além da especificidade do processo, também o fato de que o Sesc já havia realizado semelhante trabalho de restauração no Paço da Liberdade em Curitiba. O Cadeião de Londrina foi o segundo exemplo desse exercício – e há outros dois em andamento, em municípios vizinhos no Paraná. Segundo Barbosa Neto:

Essa ideia de fazer o Cadeião como espaço cultural, não é minha. Na verdade, eu adaptei aquilo que já existe em diversos Estados brasileiros e até no país afora, de utilizar um espaço de violência [...].

[...] o espaço seria utilizado totalmente para fins educativos, culturais, dentro do que já existe por parte do Sesc em outras cidades do Brasil, como já citei aqui, São Paulo tem essa parceria, e tantos lugares com teatro... Era nossa oportunidade, nossa intenção realmente fazer tudo aquilo. 132

O ex-prefeito diversas vezes menciona São Paulo como referência para as políticas públicas que implementou. Nesse sentido, é necessário considerar o acontecimento do Sesc Cultural também a partir dos processos de metropolização e do desenvolvimento dos processos informacionais:

São Paulo fica presente em todo o território brasileiro graças a esses novos nexos, geradores de fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo. Se muitas variáveis modernas se difundem amplamente sobre o território, parte considerável de sua operação depende de outras variáveis geograficamente concentradas. [...]. (SANTOS, 1993, p.90)

E no que diz respeito à experiência temporal desses fenômenos,

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. (SANTOS, 1993, p.90)

Nesse sentido, a sincronia – e não simultaneidade, à medida que as velocidades desse processo de padronização são distintas – é vivenciada como experiência da temporalidade presente; sobretudo em cidades médias brasileiras, como Londrina. A identificação do município com São Paulo, no território do norte paranaense, contribuiu, sem dúvida, para esse movimento.

Por sua vez, Cilas Vianna explicou as definições por espaço cultural em comparação à opção de centro musical, preferida por Barbosa Neto:

¹³² Idem.

Nós, falando em cultura, não restringimos para um segmento só, fomos mais amplos a ponto de – agora em um segundo momento do processo de incorporação das atividades – pôr um museu. Nós vamos reformar aqui ao lado, e esse espaço se transformará no Museu do Café, que é o desejo do nosso presidente. Então, você percebe que a cultura abarca muito mais coisas do que se falar em música apenas? E foi um dos acordos celebrados nessa negociação. Se cogitou música, mas aí nós expusemos essa abrangência para cultura e foi assimilado, foi aceito. Então, acho que nós potencializamos o projeto. Essa foi a escolha do caminho!¹³³

Foi explanado que as primeiras ideias anunciadas na imprensa para o Cadeião já expressavam, de fato, contornos culturais virtualmente articulados ao perfil comercial. De que modo, assim, essa relação se estabelece a partir do Sesc Cadeião Cultural?



Figura 4. Sesc Cadeião Cultural.

Fonte: Sesc Paraná. 134

Um primeiro elemento fora abordado; a saber, as valorizações "comerciária" e imobiliária expectadas para o entorno do espaço urbano, referentes ao processo de revitalização. Um segundo elemento, mais sutil, se expressa nos discursos dos gerentes do Sesc acerca do papel do Cadeião Cultural, e que representa uma problemática mais ampla das implicações do capitalismo no âmbito da cultura:

¹³³ Depoimentos de Cilas Fonseca Vianna e Patrícia Sugeta concedidos a mim em 31 out. 2019.

¹³⁴ Disponível em: https://www.sescpr.com.br/wp-content/uploads/2019/02/sesc-londrina-cadeiao-cultural-1024x683.jpg. Acesso em: 20 nov. 2020.

Então, estamos como um agente de transformação, para que desde pequeno a criança já tenha esse hábito de consumir a cultura e poder passar para outras pessoas. 135

Tal qual Sugeta, expressa Cilas Vianna:

Esse é um projeto formiguinha! Você vai a todo tempo oxigenando o processo, através de bons produtos, bons projetos, enfim, você acaba despertando o interesse, a curiosidade, e você vai trazendo as pessoas [...]. Quem passa a frequentar aqui, me parece que o estamos colocando em contato com um programa, um produto que ele não consumia. 136

Evidentemente, não era a intenção dos entrevistados exprimir aspectos mercadológicos ao abordarem a dimensão cultural promovida pelo Sesc Cadeião. Todavia, suas expressões denotam, claramente, a "cultura de consumo" inserida, inclusive, nos "produtos culturais". A própria dinâmica de divulgação das inúmeras atividades oferecidas pelo espaço, por exemplo, através de uma programação encaminhada online, remete a um catálogo de compras. Nesse sentido, a revolução informacional, acentuada na virada do século XX para o XXI, possibilitou a inserção da lógica de acumulação capitalista nos processos de comunicação, que substituiu a "massificação" das produções – própria da revolução industrial – pela qualidade e variabilidade dos produtos. Nesse processo, a "mercadoria cultural" corrobora na "definição de padrões artísticos e culturais, de moda, de preferência, normas de consumo e de opinião pública" (REIS, 2002, p.80); em outras palavras, expressões do que Guatarri denominou "subjetividade capitalística".

Ainda nesse raciocínio, no âmbito das negociações próprias da parceria público-privada, o tempo de permissão de uso concedido ao Sesc – de 20 anos, prorrogável por mais 20 –, por exemplo, refere-se ao investimento da instituição no processo de restauração do espaço urbano. Na dimensão temporal, aliás, houve, igualmente, demoras no processo, que previu – conforme supracitado –, em 2010, que as obras seriam iniciadas em 2011. Após a cessão do uso do terreno da antiga cadeia ao Sesc, em 2010, a escritura pública dos terrenos na zona norte foi repassado ao Fecomércio apenas em 2011. Mas as obras, efetivamente, se iniciaram apenas em 2013, após a desocupação efetiva do edifício – subutilizado pelos policias da 10ªSDP –, no decorrer do processo de licitação (concorrência nº 54/12) divulgado no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2012. Após esses trâmites burocráticos próprios à administração municipal, o Cadeião foi reativado; afinal, "para a Fecomércio, o tempo é diferente do poder público, porque,

_

¹³⁵ Idem

¹³⁶ Idem.

às vezes, a gente tem um tempo um pouco mais longo. Eles não. Eles tinham recursos e empreenderam o que tinham que fazer!" ¹³⁷

Quanto ao processo de "autocriação da realidade sócioespacial" na cidade, é

um fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável, de uma miríade de agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o Estado apenas um dos condicionantes em jogo (ainda que seja um condicionante crucial nas modernas sociedades capitalistas). (SOUZA, 2006, p.52).

Nessas reflexões encontra-se, talvez, o fardo de um Sesc Cadeião Cultural em transformar a imagem pejorativa de uma antiga cadeia pública, em dinamizar o fluxo de pessoas naquela região de centro-margem e contribuir, de fato, com o desenvolvimento social a partir das ações que proporciona. Segundo os entrevistados do Sesc,

P.S.: O que eu percebo dessa mudança mesmo do Cadeião é ter se tornado uma referência de um equipamento cultural para a cidade. Então hoje nossa programação é contínua, todos os dias têm alguma atividade gratuita ou paga para a população usufruir, e a gente tenta ampliar essa divulgação o máximo possível. A gente divulga tanto no site e também nos materiais do Sesc, mas também no site da Prefeitura, no site da Secretaria de Cultura, né, para que todos tenham acesso mesmo a esse espaço. A gente sempre diz que esse espaço não é nosso, não é do Sesc, é da população.

C.V.: [...] nós estamos proporcionando agora, o Sesc, condição para que o cidadão londrinense e aqueles do entorno de Londrina, que tenham acesso específico com cultura. E a gente percebe assim, do início da unidade para agora, que você está formando um público, sabe assim, como que não existia esse hábito, não existia o conhecimento da casa [...]¹³⁸.

Apesar das intenções esboçadas, seria necessário analisar qual o perfil do público frequentador. Questionados sobre seu entorno, Patrícia Sugeta informou que há uma divulgação específica para esse grupo, sobretudo quando há programações mais amplas, "principalmente porque eles são do comércio, então eles são clientes preferenciais do Sesc também"¹³⁹. Nesse sentido, embora seja um espaço cultural com contínuas e diversas atividades gratuitas – tais como, por exemplo, oficinas artísticas, teatro, música, palestras, cinema, clubes de leitura, eventos intermitentes –, suas atividades pagas, obviamente, nivelam o público, bem como a própria orientação do Sesc para os comerciantes; além disso, suas programações resultam de editais e seleções prévias. Portanto, por mais acessível que seja – e que, de fato, pretendam seus gestores – há limites na democratização do Sesc Cadeião Cultural, comparado a um espaço

¹³⁷ Depoimento de Solange Cristina Batigliana (com participação de Marcos Roberto Parisotto) concedido a mim em 18 set. 2019.

 $^{^{138}}$ Depoimentos de Cilas Fonseca Vianna e Patrícia Sugeta concedidos a mim em 31 out. 2019 139 Idem.

urbano no qual a própria comunidade se manifeste e se organize livremente, por exemplo. E no que concerne à estratégia urbana para a transformação social, consoante as reflexões de Lefebvre (2001, p.113), essa

não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária [...]. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos "centros de decisão". [...] A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará, sob a máscara e a nostalgia da integração.

Notoriamente, os resultados dessa transformação socioespacial demandam tempo para serem vislumbrados; portanto, são o "desfecho aberto" dessa historiografia do tempo presente.

Nas transformações das políticas públicas há um processo de

racionalização do gasto social, de modo a se obterem maiores eficiência e efetividade — tal racionalização envolve a articulação entre o setor público e o setor privado para a prestação de serviços sociais, havendo a transformação do modelo de provisão estatal para um em que o Estado deixa de ser o provedor direto exclusivo e passa a ser o coordenador e fiscalizador de serviços estabelecidos a partir da interação entre agentes públicos e privados. (FARAH, 2001, p.128)

E nessas conjunturas, conforme as palavras de Cilas Vianna, é interessante

Saber que existem braços dentro da cidade, que não fica só por conta de uma universidade, ou só por conta da secretaria de cultura, ou só por conta de um centro comunitário de bairro, enfim... nós nos juntamos a tudo isso, damos as mãos e vamos juntos! A gente quer que esse público, que esse cidadão londrinense cresça enquanto gente, né.

P.S.: Que é um dos objetivos do Sesc, né. Desenvolver as pessoas!¹⁴⁰

Afinal, teria sido o Cadeião revitalizado se não fossem os interesses e as sensibilidades, circunstanciais, de ambos os setores público e privado?

A gestora cultural Solange Cristina Batigliana, dimensiona esse processo refletindo as mudanças na circularidade da região do Cadeião, após sua reinauguração como centro cultural e pela presença de outras construções edificadas naquele fragmento da cidade:

Porque a gente tem um espaço que é no centro da cidade, ele é um espaço que muda a forma de você se localizar naquele lugar. Antes você tinha uma cadeia, você passava ali ... criança, eu lembro, ficávamos com medo porque, não é? Hoje ali o que você tem? Você tem esse espaço cultural, você tem um supermercado grande que também funciona, tem o espaço do VGD [Estádio Vitorino Gonçalves Dias] que tem um museu ali, você tem o próprio shopping, um espaço que atrai pessoas, né... bastante movimentado. Você vai ter agora o deslocamento do "Monumento ao

¹⁴⁰ Depoimentos de Cilas Fonseca Vianna e Patrícia Sugeta concedidos a mim em 31 out. 2019.

Passageiro" para uma espécie de praça que vai ficar ali próxima também... então você tem várias possibilidades de uso do espaço para a questão cultural, enfim, das pessoas poderem circular... e eu acho que se se concretizar o projeto da Fecomércio de você ter um museu ali, você qualificar e muito... ¹⁴¹

Encontra-se no trecho, portanto, novos fragmentos de otimismo – essenciais às políticas públicas, todavia, não restritos aos sujeitos representantes da Administração.

Em matéria da Folha de Londrina, João Milanez escreve nos anos de 1990:

De fato, os próximos anos revestem-se de um simbolismo todo especial: estamos a escassos oito anos do fim do milênio. O Paraná começou a ser colonizado há quatro séculos, experimentou os ciclos do ouro, do tropeirismo, da erva mate e da mamadeira, entre outros, mas sua grande expansão econômica, social e política só veio a ocorrer nos anos 30 deste século. E isto devido ao vertiginoso processo de colonização da região norte, e em seguida, da noroeste, que mudou radicalmente a economia estadual e, consequentemente, seu peso político e econômico no cenário nacional. A agricultura é ainda a principal atividade produtiva paranaense e deverá continuar crescendo, recorrendo cada vez mais à tecnologia para compensar a praticamente total ocupação de sua fronteira agrícola. (...) é preciso acrescentar maior valor a esses produtos, e isto se obterá somente quando avançarmos no processo de industrialização. O mundo experimenta uma crise de identidade com o esfacelamento do bloco soviético e a recessão não é privilégio de um ou outro país isoladamente (...). Se não bastassem esses fatores externos, o Brasil passa por um momento delicado, que certamente ocupará lugar de destaque em sua história. A recessão socava nossos recursos e a sucessão de escândalos políticos mancha a imagem dos nossos homens públicos e pode vir a comprometer nossas instituições. Mas somos otimistas. O otimismo não é um recurso de fuga da realidade e nem uma crença pueril em dias melhores. É, acima de tudo, o principal instrumento do homem sábio para vencer o presente e construir o futuro. 142

Ou seja, há um processo sociopsicológico, significado nesse "otimismo", recorrente nas fontes, inclusive nos discursos de inauguração do Cadeião e do Sesc sob a égide da "modernidade". Sem dúvida, não se trata da mesma modernidade, mas, talvez, de sentimentos símiles?

Ora,

As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas,

¹⁴¹ Depoimento de Solange Cristina Batigliana (com participação de Marcos Roberto Parisotto) concedido a mim em 18 set. 2019.

¹⁴² MILANEZ, J. Um milagre chamado Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993. Paraná Especial, p.2.

culturais. Motivos de certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade. (LEFEBVRE, 2001, p.59).

Apesar da crua realidade social explicitada no decorrer dos anos 1980, enquanto instituição social, a experiência do tempo apresenta, portanto, regularidades; se estrutura na dinâmica dos tempos históricos e se traduz, virtualmente, na expressão da modernidade; no limite, na presente dissertação, do otimismo. Esse estado de ânimo contém sentidos que concentram e privilegiam a dimensão temporal do futuro. Daí seu pertencimento a um futuro passado que o associa a uma modernidade forjada, sobretudo, nas décadas iniciais do século XX, e que corrobora com os propósitos de justificativa das ações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade permite ser compreendida e decifrada a partir do espaço urbano, lugar de enunciação. A metalinguagem urbana apresenta elementos que possibilitam significações na/da cidade devido, no limite, a sua historicidade, munida de experiências e expectativas, vontades e frustrações, desejo e reparação. A história do tempo presente, nesse sentido, ao orientar a construção da narrativa urbana, politiza o próprio tempo.

O problema de pesquisa desta dissertação situou-se nas condições de emergência do Sesc Cadeião Cultural em Londrina, em 2014 – cuja escrita foi norteada pelo movimento das ações políticas e das políticas públicas. Em vistas a esse objetivo, portanto, foi necessário perscrutar, em um processo sincrônico e diacrônico, por meio de eventos e de estruturas, as dinâmicas urbanas inseridas nessa temporalidade vigente. As fontes evidenciaram que as dimensões que atravessam o urbano – sociais, culturais e políticas – reiteram a concretização de uma cidade capitalista, na qual a própria cultura torna-se mercadoria.

Os documentos também destacaram que experiências e expectativas de distintos tempos históricos articulam-se no tempo presente, tais como representadas nas práticas de planejamento, nas revitalizações, na participação democrática, no autoritarismo do Estado, na ascensão do shopping center e dos centros culturais, no otimismo dos tempos modernos e no desencantamento da "pós-modernidade". Além disso, ritmos diversos apresentam-se na experiência do tempo presente. Há o tempo do campo e o tempo das cidades, o tempo das políticas públicas e o tempo da vida cotidiana.

A presente narrativa situa-se entre dois acontecimentos: a manutenção da antiga cadeia pública de Londrina e sua posterior transformação em Sesc Cadeião Cultural. Desse modo, evidencia-se o fato de que sem o primeiro evento, ou seja, sem a preservação do Cadeião, não haveria um Sesc Cultural. Ou seja, a manutenção do edifício da cadeia pública é impreterível à realização do segundo acontecimento. A desativação e a preservação da cadeia pública, nesse sentido, podem ser compreendidas a partir dos processos de urbanização brasileira em geral, e a de Londrina, em particular – induzidos pela industrialização – ao longo do século XX, bem como da reivindicação dos movimentos sociais fortalecidos no final deste século.

Os movimentos sociais são igualmente importantes na dinâmica que possibilitou o advento do Sesc Cadeião. No que tange à subjetividade, a ascensão de centros culturais denota, de maneira geral, as necessidades do sujeito contemporâneo em reinventar-se na aceleração de nossa temporalidade presente. A inauguração do Sesc Cadeião torna-se inteligível na contingência das políticas urbanas contemporâneas e dos interesses do Serviço Social do

Comércio, na concretização de um meio técnico-científico-informacional, na singularidade de um prefeito cuja vontade política e memória afetiva ensejaram desejos de reparação histórica.

A relação entre os dois acontecimentos descritos não é, portanto, interdependente. Tais constatações são importantes para ilustrar a indeterminação dos tempos históricos, que tendem a ser narrados como causas e efeitos. Embora a historiografia construa sentidos plausíveis ao estudo do campo social, os eventos são sempre da ordem do inesperado. Daí o trocadilho com o título dessa dissertação, "histórias (im)possíveis", uma vez que o prefixo "im" remete à fatalidade da causalidade, já superada pela historiografia recente e, sobretudo, evidenciada pela História do Tempo Presente, à medida que sua narrativa se destaca privilegiando o terreno das possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sérgio França Adorno de. **A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança**. Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea. Tese de Livre Docência, São Paulo, FFLCH/USP, 1996.

ADUM, Sonia M. S. Lopes. **Imagens do progresso**: civilização e barbárie em Londrina - 1930/1960. Assis: Unesp (dissertação mestrado), 1991.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp.155-202.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: ______. **História** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. Bauru/SP: Edusc, 2007, p.199-209.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. VII-XXV.

ARCHELA, R.S.; et al. Implantação de Londrina. **Atlas Ambiental da Cidade de Londrina**, 2008. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/INPLANTACAO.htm. Acesso em: 8 out. 2020.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp.23-79.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Albuquerque:** revista de História, Campo Grande – MS, v.2, n.3, p.71-115, jan./jun. 2010.

BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano; CHAGAS, Mario de Souza (orgs). A democratização da memória: a função social dos Museus Ibero-Americanos. Livro do Seminário Internacional "A democratização da memória: a função social dos Museus Ibero-Americanos". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: ______. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BIDOU-ZACHARIENSEN, Catherine. (coord.) **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

BOBBIO, Norberto. Política. In: _____; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BÓGUS, Lucia Maria Machado. Segregações urbanas. In: FORTUNA, Carlos; PROENÇA, Rogério. (orgs.). **Plural de cidade**: léxicos e culturas urbanas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. pp.115-126.

BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. **A opinião pública não existe**, 1973. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1464421/mod_resource/content/1/A_Opinião_Pública_Não_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf>. Acesso em: 01.ago.2019

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Campinas, SP: [s. n.], 2007.

CAMPOS, Emerson César de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempo Presente: entre operações e tramas. **História da historiografia**, v. 2, p. 97-113, 2017.

CARDOSO, C. F. **Tempo e História**. Disponível em: https://docero.com.br/doc/x1vc8. Acesso em: 30. nov. 2020.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como História. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flávia Florentino (org.) ... [et al.]. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 7-37.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografía. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.5-22, jan./jun., 2012.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v.35, n.1, p. [119]-144, fev. 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2ª edição. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FERREIRA, Marieta Moraes de. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia Florentino (org.) ... [et al.]. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia Florentino (org.) ... [et al.]. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____. **Reinventando o otimismo**: ditadura propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FORTUNA, Carlos. Cidade e Urbanidade. In: FORTUNA, Carlos; PROENÇA, Rogério. (orgs.). **Plural de cidade**: léxicos e culturas urbanas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. pp.83-97.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREITAG, Bárbara. Teorias da cidade: a recepção no Brasil. In: _____. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2006. pp. 125-149.

FRESCA, T.M. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia**, Londrina, v. 16, n. 2, p.143-166, jul./dez. 2007. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/5563. Acesso em: 8 out. 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs) **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; GIOVANELLI, Alexandre. Criminalística: origens, evolução e descaminhos. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista-BA, n.5/6, p.43-60, 2009.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. Trad. Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GONÇALVES, Kawanni dos Santos. **De "Cadeião" a centro cultural londrinense**: processo de ressignificação de um edifício histórico. 2017. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HOFFMANN, M.L.; PIVETA, P. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. In: BONI, P.C. (org.). **Certidões de Nascimento da História:** o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p.17-50.

JAMESON, Fredric. As quatro máximas da modernidade. In: **Modernidade singular**. Trad. Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 25-33.

Conclusão. In: Modernidade singular.	Trad.	Roberto	Franco	Valente.	Rio de	e Janeiro:
Civilização Brasileira, 2005b. p. 245-250.						

_____. Prefácio. In: **Modernidade singular**. Trad. Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005c. p. 9-23.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. **Semina**: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v.26, p.87-94, set. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

_____. Futuro Passado: **Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. IN: REVEL, Jacques (org). **Jogo de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV. 1998. pp. 77-102.

LOJKINE, Jean. Alternativas em face da mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. **Brazilian Studies Association (BRASA)**, Atlanta, Georgia, 2008. Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf . Acesso em: 15.nov.2011.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp.111-153.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Rua Sergipe**: patrimônio cultural londrinense. Londrina: Editora UniFil, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELLO, J.M.C; NOVAIS, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F.A. (coord.); SCHWARCZ, L.M. (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.558-658.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. FORTUNA, Carlos; PROENÇA, Rogério. (orgs.). **Plural de cidade:** léxicos e culturas urbanas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. pp.127-135.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade x a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n.8/9, set./1984-abr./1985. p.197-205

MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História da Cidade: **Questões e Debates**. Oficina do Historiador, v. 5, p. 101-112, 2012.

MORELLO, Rosângela. Casas e centros de cultura e o movimento de sentidos na cidade. In: ORLANDI, Eni (org.). **Cidade Atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. pp.35-41.

MUDRO	VCIC, María Iné	és. Cuando la Historia se encuentracom el presente a lo que	queda del
"passado	histórico". In: _	; RABOTNIKOF, Nora (coordinadoras.). Em busca	del passado
perdido.	Temporalidad, h	nistoria y memoria. México: Siglo XXI Editores, 2013. pp.	66-87.

_____. El recuerdo como conocimiento. In:_____. **Historia, Narración y Memoria.** Debates actuales en filosofía de la Historia. Madrid: AKAL, 2005, pp.111-119.

ORLANDI, Eni. Apresentação: Cidade Atravessada. In: _____ (org.). **Cidade Atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001a. pp.7-8.

_____. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: _____ (org.). **Cidade Atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001b. pp.9-24.

PELLEGRINI, Domingos. A arte da transformação. Curitiba: Sesc-PR, 2014

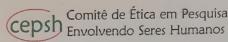
REIS, Carlos José. História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. pp. 97-146. REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Produção/reprodução do capital no mundo contemporâneo da cultura. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. RÉMOND, René. Do político. In: _____. Por uma história política. 2ª edição. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a. RÉMOND, René. Introdução. In: _____. **Por uma história política**. 2ª edição. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b. RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____. Por uma história política. 2ª edição. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003c. REVEL, Jacques. Recursos narrativos e conhecimento histórico. In: História e historiografia: exercícios críticos. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. pp. 205-233. ROLIM, Rivail Carvalho. O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina: 1948-1962. Londrina: Eduel, 2013. [Originalmente, Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade, UNESP-Assis, 1996]. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995. ROLNIK, Sueli. Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea. In: _ Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. pp.25-28. ORLANDI, Eni. Apresentação: Cidade Atravessada. In: _____ (org.). Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001a. pp.7-8. _. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: _____ (org.). Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001b. pp.9-24. ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016. SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993. SARLO, Beatriz. Abundância e pobreza. In: _____. Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. SANT'ANNA, Márcia. A cidade-atração. Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: GUIMARAENS, C., KESSEL, C., SANTOS, A.C.M. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades", Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. SERPA, Angelo. Cultura e participação popular. In: . O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). MANA, 11(2), p.577-591, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Introdução: da crítica ao planejamento urbano a um planejamento urbano crítico. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao
planejamento e à gestão urbanos. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 25-41.
Os conceitos de planejamento urbano e gestão urbana. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos . 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 45-59.
TRIGUEIROS FILHO, Marinósio. Dos porões da delegacia de polícia . Londrina: Kan, 2013.
; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. História da imprensa em Londrina : do baú do jornalista. Londrina: UEL, 1991
WOITOWICZ, Karina Janz. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. In: Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916) [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MODELO) - ANTÔNIO CARLOS ZANI





GABINETE DO REITOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada "Histórias (im)possíveis do Cadeião de Londrina-PR (2014-1990): sentidos na/da cidade", que fará a entrevista tendo como objetivo geral compreender as ações políticas concernentes ao Cadeião de Londrina-PR, enquanto espaço urbano, em seus processos de desativação, abandono e transformação em centro cultural, relativos ao recorte temporal de 1990 a 2014; quanto aos objetivos específicos, às questões norteadoras, dissertar (e perscrutar sentidos!) acerca dos eventuais usos do Cadeião durante seus 20 anos desativado, e da opinião pública na imprensa a respeito desse "vazio urbano" no centro histórico da cidade; analisar os projetos elaborados para a cadeia pública desativada, inclusive do próprio centro cultural, à luz das propostas contemporâneas para planejamento urbano, nas quais se inserem os processos de revitalização urbana; discutir os embates entre distintos agentes relativos à desativação e manutenção do edifício da cadeia pública à luz das percepções sociais sobre violência urbana/justiça social no advento da modernidade; analisar os impactos urbanos (e seus significados para os sujeitos) que a antiga cadeia pública encerrou para seu entorno, bem como a localização das instituições prisionais construídas após sua desativação (processos de segregação urbana). Serão previamente marcados a data e horário para a entrevista, utilizando gravador de áudio apenas. Estas medidas serão realizadas, conforme preferência do entrevistado, em sua residência ou no Sesc Cadelão Cultural, em Londrina-PR. Não é obrigatório responder a todas as perguntas ou submeter-se a publicização da entrevista na integra - trechos poderão tornar-se confidenciais segundo o desejo do depoente.

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de danos decorrentes da pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver a publicização da entrevista com os depoentes. A fim de amenizar os riscos, informarei minha disponibilidade – através de e-mail ou celular – com os entrevistados; comprometendo-me a enviar para eles a transcrição da entrevista e, se assim preferirem, os trechos da narrativa durante sua produção, ou seja, antes do envio da dissertação completa, em sua versão final, em PDF ou impressa.

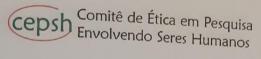
A princípio, a pesquisa pretende nominar os entrevistados na narrativa, pois serão selecionados poucos indivíduos e que sejam atores centrais nos processos estudados pela pesquisa. Entretanto, sua identidade poderá ser preservada, se assim desejar, e cada indivíduo poderá ser identificado por um número. Não há obrigatoriedade na publicação dos nomes dos depoentes; o entrevistado é livre para participar anonimamente na narrativa.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão a contribuição historiográfica para a história das cidades, bem como do Cadeião de Londrina, uma vez que há apenas dois escritos acadêmicos publicados, ambos monografias, que discorrem a respeito desse espaço urbano de notória e histórica presença em Londrina (PR) — localizado no centro histórico; testemunha do crescimento do município ao longo do século XX; e o único edificio da cidade da década de 1940. A singularidade do objeto de pesquisa como instituição prisional e, atualmente, como centro cultural permitem questionamentos pertinentes ao tempo presente. Vivenciamos, correntemente, profundas crises em nossos sistemas prisional e carcerário, com corrupções, fugas, rebeliões, impunidade. Nesse sentido, a partir do texto dissertativo, estudar o antigo Cadeião — desativado em razão de suas condições desumanas e que quase fora demolido com suas memórias trágicas — é, portanto, uma experiência necessária, enriquecedora e que se reveste de grande importância nas possibilidades de reflexão e debate que encerra sobre as prisões. Além disso, o exercicio de nos conscientizarmos acerca do que representou e representa o Cadeião, tanto para o contexto citadino quanto para os atores sociais, é fundamental para a preservação de sua história. Particularmente no que diz respeito ao Sesc Cadeião Cultural, é possível problematizarmos os limites da democratização de um centro cultural elaborado e mantido por uma instituição privada, bem como os impactos dos processos de revitalização urbana desenvolvidos nos centros históricos das cidades contemporâneas.

A pessoa que estará acompanhando os procedimentos será o professor Dr. Émerson César de Campos, meu orientador de pesquisa.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. Se preferir, a sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.





GABINETE DO REITOR

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

NÚMERO DO TELEFONE: (48) 99931-8565 / kawannisg@gmail.com

ENDEREÇO: Servidão Brasil Natural, 201, apto. 05 - Florianópolis, SC.

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEPSH/UDESC Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901 Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cepsh.udesc@gmail.com CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 - E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

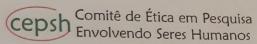
Nome por extenso ANTONIO CANLOS ZOUI Assinatura Data: 16 109 119 Local:

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO, HOMERO BARBOSA NETO



APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO, SOLANGE CRISTINA BATIGLIANA





GABINETE DO REITOR

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

NÚMERO DO TELEFONE: (48) 99931-8565 / kawannisg@gmail.com

ENDEREÇO: Servidão Brasil Natural, 201, apto. 05 - Florianópolis, SC.

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPSH/UDESC Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - Florianópolis - SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br / cepsh.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte - lote D - Edificio PO 700, 3º andar - Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 - E-mail: conep@saude.gov.br

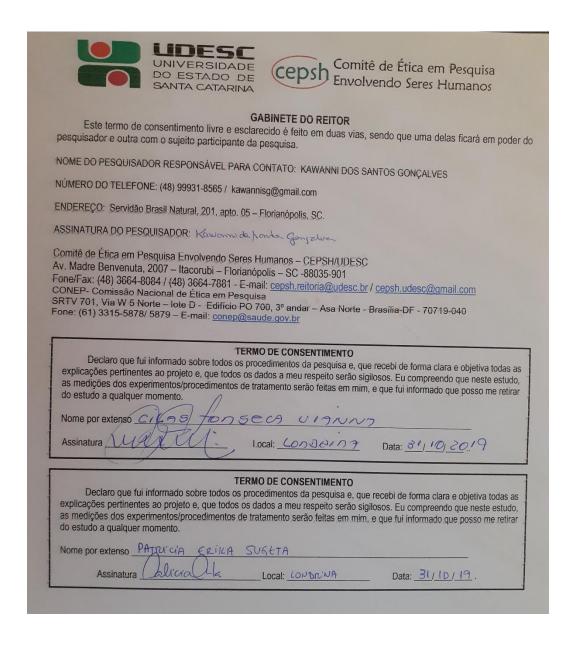
TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO, CILAS VIANNA E PATRICIA ERIKA SUGETA



ANEXO A – "PESQUISA TARDIA REVELA: CADEIA DEVE CAIR"



ANEXO B - "MANTIDA A IDEIA DE SHOPPING NO CADEIÃO"

Mantida idéia de shopping no Cadeião pelo ex-governador Roberto Rediae antes de deixar o cardiae antes de deixar o car-

Depois de muita discussão sobre o que fazer com o prédic da antiga Cadeia Pública de Londrina discativada no final de janciro deste ano, a velha estrutura permanece intacta na rua Sergipe (centro), com o aspecto de edificação abandonada. A demolição do prédio foi evitada depois qua a prefeitura se manifestou contrária à idéia. O prefeito Luiz Eduardo Cheida propôs transformar a velha estrutura em shopping de artesanato. Mas o projeto, que chegou a ser detahado por técnicos do Ippul (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina), não saiu do papel. Agora, o novo director do orgão, o arquiteto Marcos Barnabê, garante que vai colocar em prática a idéia a presentada pela administração municipal.

Professor da Universidade de

Professor da Universidade de Londrina, Barnabé foi um dos organizadores do movimento que impediu a derrubada do prédio da velha Cadeia, depois da remoção dos 120 presos, que ocupavam os precários cubiculos, para a Penitenciária Estadual de Londrina. O velho prédio quase foi demolido dois meses depois pelo então secretário de Estado de Justiça e Cidadania. José Tavares. Barnabé chegou as posicionar diante da máquina, não permitindo a investida contra o prédio. A polêmica em torno da destinação da velha Cadeia Pública de Londrina foi definida Professor da Universidade de

pelo ex-governador Roberto Requião, dias antes de deixar o cargo. Ele cedeu à pressão da prefeitura e de alguns setores e manteve a construção antiga.

Rocursos A idéia do prefeito era conseguir recursos da ordem de USS 100 mil, através de parceria com a iniciativa privada. Polemica à parte, o prédio da antiga cadeia permanece da mesma forma que foi deixado após a remodição dos detentos: o reboco da paredes totalmente deteriorado depreciando o já prejudicado as pecto daquela parte da zona central de Londrina.

Embora não exista previsão de quando a reforma deve acontecer, Barnabe disse que pretende viabilizar a recuperação da velha Câdeia de duas formas, ambas previstas anteriormente pelo exdiretor do instituto. José Luiz

Càdeia de duas formas, ambas previstas anteriormente pelo ex-diretor do instituto, José Luiz Faraco. Primeiro, quer "esgo-tar" a possibilidade de obtenção de recursos para a restauração de travês do governo estadual. Uma segunda hipótese será tocar a obra através da captação de recursos junto à iniciativa privada do recursos junto à iniciativa privada do que acabou de assumir o cargo. O arquiteto está à frente do lipul desde a última segunda-feira.

Segundo Marcos Barnabé, a Segundo Marcos Barinaec, a recuperação da igreja São Mi-guel, localizada no patrimônio Heimtal (20na norte), é um caso concreto de restauração do patri-mônio público em parceria com empresas. Depois de nove meses de reforma, a igreja que tem mais



ado em janeiro, chevou a ser ameacado de demolição

de 40 anos, foi totalmente recuperada e será reinaugurada no mes que vem. "Conseguimos res-taurar aquela estrutura utilizan-do praticamente a mão-de-obra da prefeitura", informou. Até as-sumir o Ippul, o arquiteto res-pondia pelo Departamento de Patrimònio da Secretaria Muni-cipal de Cultura.

rência dos presos para a Peni tenciária Estadual de Landri

rência dos presos para a Penirenciária Estadual de Landrino.

3 de fevereiro: o ex-secretário estadual de Justica e Cidadania, José Tavares ace; na a possibilidade de trocar a possibilidade de trocar a como estado e como e possibilidade de trocar en a viva Expresso.

1 2 de fevereiro: o emão, secretário Tavares admite de beter destino da predia do Cadelão com diversos selores do Cadelão a com diversos selores do cidade.

2 8 de março: começam smovimentações da demolição do predia com retirado de ajans materials e ferrado de ajans materials e ferrado de apredia com retirado de ajans materials e ferrados do predia com retirado de apredia com retirado de ajans materials e ferrados do predia com retirado de ajans materials de retirado de porte do muro externo.

2 9 de março: protesto organizado por estudantes impede o inicio do demolição do Cadelão. Câmara de Verendares chega a suspender sessão para pedir manuterios do predialo.

3 de março: O exagoremador Roberto Requisão de cide monter o predia da 8 de cide monter o predia do a verendares chestros Requisão de cide monter o predia do a verendare se toutoriza prediativa a construir shopping de artesancio no local.

5 de abril: pesquisa opendia que landinense é tavardo de demolição do velho reddio; maioria acha que construira de construir